

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
SUL-RIO-GRANDENSE
Câmpus Pelotas

Programa Bolsa Família: uma análise de seus
impactos sobre os resultados educacionais dos
alunos beneficiários no âmbito do *Campus*
Pelotas do IFSul.

Juliana Roldão Bittencourt

01/08/2017

JULIANA ROLDÃO BITTENCOURT

Programa Bolsa Família: uma análise de seus impactos sobre os resultados educacionais dos alunos beneficiários no âmbito do *Campus* Pelotas do IFSul.

Dissertação de Mestrado apresentada e submetida à banca examinadora, como requisito para o título de Mestre em Educação e Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do Instituto Federal Sul-rio-grandense, *Campus* Pelotas.

Linha de Pesquisa: linguagens verbo-visuais e tecnologias.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas

PELOTAS

2017

Ficha Catalográfica

B624p Bittencourt, Juliana Roldão.
Programa Bolsa Família: uma análise de seus impactos sobre os resultados educacionais dos alunos beneficiários no âmbito do Campus Pelotas do IFSul / por Juliana Roldão Bittencourt. – 2017.
105f. : il. color.
Orientador: Prof.^a Dr.^a Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas .
Dissertação (mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia, Pelotas, 2017.
1. Programa Bolsa Família 2. Educação 3. Políticas públicas. 4. Transferência de renda. I. Rostas, Márcia Helena Sauaia Guimarães. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul. III. Título.

CDD 370

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Cristiane Pereira da Silva CRB 10/1880
Biblioteca IFSul - Câmpus Pelotas

JULIANA ROLDÃO BITTENCOURT

Programa Bolsa Família: uma análise de seus impactos sobre os resultados educacionais dos alunos beneficiários no âmbito do *Campus* Pelotas do IFSul.

Dissertação de Mestrado apresentada e submetida à banca examinadora, como requisito para o título de Mestre em Educação e Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do Instituto Federal Sul-rio-grandense, *Campus* Pelotas.

Linha de Pesquisa: linguagens verbo-visuais e tecnologias.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Prof.^aDr.^a Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Campus Pelotas

Prof.^a Dr.^a Conceição Paludo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação

Prof.^a Dr.^aLuciane Albernaz de Araújo Freitas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Campus Pelotas

Local: Instituto Federal Sul-rio-grandense – *Campus* Pelotas

Aprovado pela Banca Examinadora em: 01/08/2017

Pelotas, 2017

“A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.” (Paulo Freire, 2015)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por sua presença em minha vida, por estar comigo em todos os momentos, sustentar minha fé, guiar os meus passos com sabedoria e capacitar-me a vencer todos os desafios, oportunizando, assim, a construção desse trabalho.

Agradeço à minha família, meu esposo Rodrigo e meu filho Jefté, pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência, tão necessários para a conclusão dessa etapa. Eu amo vocês imensamente, e sem os dois, a minha vida não seria completa. Agradeço à minha sogra, Marisa, por acolher-me como a uma filha e cuidar, com tanto carinho, da minha casa e dos “meus meninos” quando não estou por perto. Agradeço aos meus pais, Paulo e Rosa Ana, pelo amor dedicado e por tudo que me ensinaram ao longo da nossa caminhada juntos, o que possibilitou tornar-me a pessoa que sou hoje. Vocês me ensinaram o valor da família e do trabalho árduo, lições sempre presentes em minha vida.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Márcia Helena, por ter acreditado e investido em mim, por todas as horas dedicadas, que viabilizaram a escrita dessa dissertação. Agradeço a todos os colegas, orientandos da “Dn.^a Florinda”, como a chamamos carinhosamente, pelo apoio e por compartilharmos dessa caminhada de formação. Agradeço, em especial, à minha “duplinha”, Maria Cecília, por caminhar lado a lado e dividir tantos momentos de angústias e incertezas... Conseguimos!

Agradeço, por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente para a construção desse trabalho: à banca examinadora, Prof.^a Dr.^a Luciane Albernaz e Prof.^a Dr.^a Conceição Paludo, à equipe da COAE, aos alunos e aos professores que participaram dessa pesquisa, muito obrigada!

RESUMO

O presente estudo analisou a condicionalidade do Programa Bolsa Família (PBF) na área da educação, no que tange a frequência escolar, no âmbito do Campus Pelotas do IFSul. Verificou se a condicionante influenciava, ou não, o rendimento acadêmico dos alunos beneficiários. Ao analisar os possíveis impactos dessa política de transferência de renda, investigamos, ainda, questões ligadas aos processos de ensino e aprendizagem, aprovação, reprovação e/ou dependência escolar. A pesquisa foi de cunho qualitativo, embora tenha apresentado nuances quantitativas no tocante aos dados extraídos do sistema acadêmico. Utilizamos como metodologia o estudo de caso, e para análise dos dados obtidos, nos valem da análise de conteúdo segundo Bardin (2011). A pesquisa subdividiu-se em etapas, da seguinte forma: constituição do estado da questão e elaboração do referencial teórico, a fim de subsidiar o trabalho; mapeamento de dados dos alunos beneficiários via sistema Q-acadêmico; aplicação de instrumento virtual para coleta de dados, aos alunos beneficiários e aos docentes das disciplinas de matemática, física e química. Ao final da pesquisa, após a análise dos dados obtidos, concluímos que a exigência de frequência escolar imposta pelo PBF não exerce influência significativa no tocante ao rendimento acadêmico dos alunos beneficiários, bem como, não influencia as questões de aprovação, reprovação e/ou dependência escolar. Antes, notamos múltiplos aspectos que tangenciam, tanto as questões de sucesso, como as de fracasso escolar. Observamos que a condicionalidade de frequência é um motivador externo para a presença dos alunos no espaço escolar, mas que de fato, o que os faz frequentar esse espaço são as razões intrínsecas que cada um traz em sua fala, o que os mobiliza e faz com que encontrem uma real significação para permanência. De posse dos resultados, almejamos promover reflexões sobre as relações que se desenvolvem na escola e, ainda, sobre as questões que dizem respeito ao sucesso ou fracasso escolar, visando desmistificar visões estereotipadas, relacionando tais fatores às questões socioeconômicas. Desejamos ainda, que esse trabalho possa agregar valor às pesquisas que vem sendo realizadas, envolvendo as temáticas que dizem respeito não apenas ao PBF, mas às diversas políticas públicas implementadas ao longo dos últimos anos no Brasil.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Frequência escolar; Educação; Políticas públicas; Transferência de renda.

ABSTRACT

This study analyzed the conditionality of a welfare program offered by the government on the education area, to what it concerns to school frequency, on the scope of the IFSul Campus Pelotas. It was verified if the conditionality influenced, or not, the academic efficiency of the students who receive the benefit. Analyzing the possible impacts of this income transference, we investigated, also, matters connected to the teaching-learning processes, to pass, to fail and/or school dependency. The research was made in quantitative terms in reference to the data extracted from the academic system. We used as methodology the case study, and to the analysis of the collected data, we used the content analysis proposed by Bardin (2011). The research was subdivided in steps, as follows: constitution of the state of the question and elaboration of the theoretical frame, in order to support the work. Mapping of the data of the students who receive the benefit through the Q-academic system. Application of the online instrument for the data collection, to the students who are benefited and to the teachers of the subjects of math, physics and chemistry. At the end of the research, after the analysis of the obtained data, we concluded that the demand of school frequency imposed by the PBF does not exert meaningful influence regarding the academic efficiency of the students who are benefited, just as, it does not influence the matters of passing, failing and/or school dependency. Before, we noticed multiples aspects that were related as much as success matters and school failure. We observed that the conditionality of frequency is an external motivator to the attendance of the students at school, but actually, what makes students attend school are the intrinsic reasons that each the individual brings on their speech, what mobilizes them and makes them find a real meaning to stay in school. Having the results, we aimed to promote reflection on the relationships that are developed in the school and, also, on the matters related to the school success or school failure, striving for demystify stereotyped visions, related to those factors to socioeconomic issues. We also desire this work to add value to the researches that have been carried out, involving the topics concerning not only to PBF, but to the vast range of public policies implemented throughout the last years in Brazil.

Keywords: Welfare; School attendance; Education; Public policies; Income transference.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Resultado da Busca

Quadro 02 – Pesquisas selecionadas para aprofundamento

Quadro 03 – Artigos selecionados para análise

Quadro 04 – Dissertações selecionadas para análise

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Percentuais de ingresso por cotas (75%)

Gráfico 02 – Percentuais de ingresso por cotas (85%)

Gráfico 03 – Percentuais de desempenho acadêmico (75%)

Gráfico 05 – Percentuais de desempenho acadêmico (85%)

Gráfico 06 – Disciplinas de maior reprovação – Formação geral (75%)

Gráfico 07 – Disciplinas de maior reprovação – Formação geral (85%)

Gráfico 08 – Disciplinas de maior reprovação – Área Técnica (75%)

Gráfico 09 – Disciplinas de maior reprovação – Área Técnica (85%)

Gráfico 10 – Faixa etária dos alunos pesquisados

Gráfico 11 – Benefícios recebidos pelos entrevistados

Gráfico 12 – Disciplinas de maior dificuldade – Formação geral

Gráfico 13 – Professores x Tempo de docência

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Tempo de permanência no PBF

Figura 02 – Condicionalidade de frequência sob a ótica do estudante

Figura 03 – Visão do estudante sobre os benefícios da A.E

Figura 05 – Contribuição dos auxílios para a permanência do estudante

Figura 06 – Motivação para estudar no IFSul

Figura 07 – Percepção do aluno sobre as vantagens ou desvantagens em estudar no IFSul

LISTA DE ABREVIATURAS

AE – Assistência Estudantil
APEDUC- Assessoria de Programas Educacionais
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CadÚnico – Cadastro Único do Governo Federal
CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEF – Caixa Econômica Federal
CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social
COAE – Coordenadoria de Assistência Estudantil
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC – Ministério da Educação
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OD – Organização Didática
PBF – Programa Bolsa Família
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEPE – Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SECAD – Sistema de Educação Continuada a Distância
SICON – Sistema de Condicionalidades
SJSS – Secretaria de Justiça Social e Segurança
UFS – Universidade Federal do Sergipe
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. BOLSA FAMÍLIA – UM BREVE HISTÓRICO ATÉ A SUA IMPLEMENTAÇÃO	16
2.1. O Bolsa Família na cidade de Pelotas e no <i>Campus Pelotas</i>	19
3. A PERMANÊNCIA, O ÊXITO E O FRACASSO ESCOLAR – REFLETINDO E PROBLEMATIZANDO CONCEITOS	22
3.1. A constituição do Estado da questão	22
3.2. Dos artigos	24
3.3. Das Dissertações	26
3.4. Ser ou não beneficiário	34
3.5. A permanência ou a evasão	35
3.6. O êxito ou o fracasso escolar	38
4. CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA	43
4.1. Sobre a pesquisa	45
4.2. Os beneficiários e suas impressões: sistema Q-acadêmico x instrumento de coleta	54
4.3. Os docentes e suas impressões: sistema Q-acadêmico x instrumento de coleta	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES	92
Apêndice 1 – Estado da questão	93
Apêndice 2 – Mapeamento de situação acadêmica	98
Apêndice 3 – Questionário direcionado aos alunos	103
Apêndice 4 – Questionário direcionado aos docentes	106

1. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF), instituído pelo ¹Governo Federal no ano de 2004 tem por objetivo principal a transferência de renda às famílias pobres ou em condições de extrema pobreza. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável por coordenar, gerir e operacionalizar o programa, são atendidas mais de 17 milhões de famílias em todo o Brasil (CAMPELLO; NERI, 2013, p. 116).

Para fazerem jus ao recebimento desse benefício é necessário que essas famílias atendam a determinadas condicionalidades na área da saúde, educação e assistência social, que são prioritárias para a permanência no programa. De acordo com a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, podemos classificar as condicionalidades como compromissos que a família beneficiária assume em relação a essas áreas específicas.

No tocante à saúde, as condições a serem cumpridas incluem o acompanhamento do calendário de vacinas, do crescimento e do desenvolvimento das crianças até 07 anos, além do acompanhamento pré-natal das gestantes e nutrizes. Com relação à área da educação, as condições englobam matrícula e frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos, e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos. No que se refere à assistência social, inclui-se a participação nos serviços socioeducativos e de convivência (para crianças e adolescentes até 15 anos) quando ofertados pelo município.

A motivação para o tema desse estudo surgiu da atuação junto à ²Coordenadoria de Assistência Estudantil do *Campus* Pelotas (COAE), local de lotação desde 2012, onde ocupo o cargo de Assistente em Administração. Embora o trabalho desempenhado apresente um caráter eminentemente burocrático, é possível perceber sua ligação direta às diversas questões que perpassam o cotidiano escolar. O setor atende diretamente aos alunos da Instituição, acolhendo prioritariamente

¹ Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 - Cria, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

² A COAE, Coordenadoria de Assistência Estudantil, cujas funções estão descritas na Organização Didática, é o órgão responsável pela concessão de benefícios aos discentes, de acordo com as normas previstas pela Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil do IFSul.

àqueles que apresentam condições de ³vulnerabilidade social, e que por isso, buscam à Coordenadoria, para obterem acesso aos benefícios ali ofertados.

Dentre as atividades desempenhadas no exercício da função no setor, encontra-se o acompanhamento da frequência e da matrícula escolar dos alunos beneficiários do PBF. Bimestralmente são realizadas pesquisas junto ao Sistema Q-Acadêmico da Instituição, para verificar se os estudantes estão regularmente matriculados e frequentes, a fim de informar aos órgãos competentes, de acordo com as normas descritas pelo programa.

Na realização de um desses levantamentos bimestrais, nos deparamos com altos índices de reprovação e de dependência escolar dentro desse grupo de beneficiários. Verificamos que, embora estivessem frequentes em sala de aula, havia históricos de reprovações sucessivas e de dependência escolar. Este fato nos fez questionar a condicionalidade imposta pelo Governo Federal, no que diz respeito à exigência de matrícula e frequência escolar como requisito para o recebimento do benefício.

Se a exigência era estar matriculado e frequente em sala de aula, o que acontecia com alunos que estavam sendo retidos e tendo baixo aproveitamento? Verificamos, nesse sentido, a fragilidade do texto legal, uma vez que nada propõe além do acompanhamento e verificação ou não, de permanência no espaço escolar.

Portanto, diante do exposto, buscamos analisar a efetividade das condicionalidades na área da educação no âmbito do *Campus Pelotas* do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), discutindo, assim, a eficácia (ou não) desse controle, bem como os possíveis impactos em relação às questões inerentes aos processos de ensino, aprendizagem, aprovação, reprovação e dependência escolar dentro desse grupo de educandos.

Para tal, fizemos um levantamento, via sistema acadêmico, a fim de averiguarmos a frequência dos alunos que usufruem deste benefício, e em decorrência disto, o seu respectivo rendimento escolar. Aplicamos ainda um

³ Segundo Vignoli (2001, p. 2): [...] la vulnerabilidad social consistiría, precisamente em el desajuste entre los activos y la estructura de oportunidades, es decir, los activos serían insuficientes, poco pertinentes o difíciles de manejar para aprovechar la estructura de oportunidades existente. [...] vulnerabilidade social seria, precisamente um desajuste entre os ativos e a estrutura de oportunidades, ou seja, os bens seriam insuficientes, pouco relevantes ou de difícil acesso para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existente. (Tradução nossa)

instrumento virtual de coleta de dados, para investigar, sob a ótica de alunos e professores, diversas questões referentes aos processos e às relações que se estabelecem no espaço escolar.

Apresentamos ainda, ao longo do trabalho, breves dados históricos do programa até a sua implementação, além de elucidarmos de que forma se dá o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários, até sua informação aos órgãos que realizam o controle e o registro dessas informações.

Cabe mencionar que esse estudo traz dados extraídos do ⁴Sistema Q-Acadêmico da Instituição, os quais poderão contribuir de forma satisfatória para compreendermos melhor os reflexos que incidem diretamente sobre o aproveitamento acadêmico dos alunos beneficiários desse programa social.

Partindo da análise dos impactos dessa política social, no âmbito da Instituição em questão, classificamos essa pesquisa como estudo de caso, e utilizamos abordagens quantitativas e qualitativas, além de pesquisa bibliográfica e documental, examinando os dados extraídos a partir da análise de conteúdo, segundo BARDIN (2011). Salientamos que os passos dessa sondagem estão detalhados ao longo do trabalho, em seções posteriores.

2. BOLSA FAMÍLIA – UM BREVE HISTÓRICO ATÉ A SUA IMPLEMENTAÇÃO

Em um país como o Brasil, com tamanhas desigualdades sociais, a miséria e a pobreza são problemas antigos, provenientes dos idos tempos de colonização. Podemos dizer que junto com sua politização, passamos a conviver também com as diferenciações sociais, pois a partir desse momento passou-se a ter determinada cultura como superior àquela que era nata de nossa terra: a cultura europeia como superior à indígena.

Surgiram, a partir daí questões como diferenciações de raças, costumes, credos, entre outras, que foram enraizando-se, tornando-se comuns, e então, as relações de dominação consolidaram-se com o passar do tempo.

Ao traçarmos um comparativo histórico entendemos que desde o período Colonial até os dias atuais, sempre esteve presente, em nossa trajetória, o retrato do

⁴ Sistema integrado de gestão acadêmica de dados. Gera uma base de informações para toda a Instituição de ensino, permitindo os mais diversos relatórios gerenciais e estatísticos.

preconceito, da pobreza, da dominação das classes mais baixas e das desigualdades. Entretanto, há de se convir que durante muito tempo essas questões foram tratadas como fatos isolados, isto é, o problema do pobre era somente dele e não uma questão que deveria receber a atenção do Estado e dos governantes.

Conforme destacado por Mestriner (2001), essa realidade começou a modificar-se apenas a partir da década de 30 com a criação, em 1938, do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que, na época, passou a funcionar como um órgão de apoio ao Ministério da Educação e Saúde. Cabe mencionar que o CNSS representou a primeira vinculação entre questões de assistência social e o Estado propriamente dito.

A seguir, os governantes que assumiram o poder passaram a ter uma visão de caráter mais humanitário. Independentemente de suas motivações político-partidárias, um outro olhar sobre as questões sociais no Brasil foi se constituindo, o que motivou a criação e a expansão de diversos programas sociais. O Estado passou a comprometer-se mais com a pobreza enquanto problema social e desta forma, buscar alternativas para amenizar os seus impactos sobre a população.

Com a Constituição Federal de 1988, um importantíssimo marco legal foi criado, pois o Estado tomou para si a responsabilidade de: “[...] erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais [...]” conforme bem dispõe seu artigo 3º inciso III (BRASIL, 1988). Cabe mencionar também que foi através desse documento que se passou a reconhecer legalmente a assistência aos desamparados, enquanto política social e parte do sistema de seguridade social brasileiro, na medida em que foram determinados os direitos sociais previstos no capítulo II da Carta Magna.

Entretanto, apesar de todos esses avanços, a concessão de benefícios e auxílios aos mais pobres ainda era feita de maneira muito pontual. Foi apenas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em meados de 1995, que os chamados programas de transferência de renda foram implementados através da Rede de Proteção Social, composta por diversos projetos de assistência às camadas mais carentes da população, visando o combate à pobreza, bem como, a melhoria de suas condições de vida.

No governo seguinte, cujo presidente foi Luís Inácio Lula da Silva (Lula), alguns dos programas de transferência de renda foram extintos e outros, unificados, dando origem a um novo programa intitulado Bolsa Família. Através da Lei n.º

10.836/2004 o PBF foi criado, unificando os seguintes programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Cadastramento Único do Governo Federal, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Fome Zero.

Cabe mencionar que programas de transferências condicionadas são políticas sociais que vêm sendo empregadas há algum tempo em outros países, com a finalidade de combater a pobreza e reduzir a miséria. Em curto prazo, visam amenizar os problemas decorrentes da situação de pobreza e, em longo prazo, objetivam investir em capital humano, interrompendo, assim, o ciclo intergeracional de pobreza.

O programa visa, efetivamente, à redução da miséria e das desigualdades de renda, utilizando-se das condicionalidades a serem cumpridas pelos usuários, para incluir e promover o acesso dessas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Para fazerem jus ao benefício, as famílias devem estar inscritas no Sistema de Cadastro Único do Governo Federal (⁵CadÚnico) e possuírem renda per capita de até R\$ 170,00 mensais. Cabe destacar que o programa prioriza beneficiar famílias extremamente pobres, isto é, aquelas que têm renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa, entretanto também são beneficiadas famílias pobres que possuam renda de até R\$ 170,00 por pessoa, desde que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes com idade entre 0 e 16 anos incompletos.

No tocante aos valores pagos, de acordo com os dados coletados no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal (CEF), Agente Operador do PBF segundo a ⁶legislação vigente, destaca-se que há diferentes tipos de benefícios conforme o enquadramento de cada família.

Elencamos a seguir os tipos de benefício oferecidos pelo programa:

⁵ O Sistema CadÚnico é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. O perfil socioeconômico das famílias é traçado com base nas informações desse sistema, levando em conta questões como características da residência, identificação de cada pessoa do grupo familiar, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Na cidade de Pelotas esse cadastro é realizado pelos profissionais da SJSS, por meio de entrevistas e visitas domiciliares, quando necessário. Fontes: Site da Prefeitura Municipal de Pelotas. Disponível em: <<http://www.pelotas.com.br/justica-social/cadastro-social/>> Acesso em: 02 jul. 2016; Site do MDS. Disponível em: <<https://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Acesso em: 06 nov. 2016

⁶ Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 - Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

Benefício Básico: Concedido às famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa). O auxílio é de R\$ 85,00 mensais.

Benefício Variável: Para famílias pobres e extremamente pobres, que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 16 anos incompletos. O valor de cada benefício é de R\$ 39,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 195,00.

- Benefício Variável de 0 a 15 anos: Destinado a famílias que tenham em sua composição, crianças e adolescentes de zero a 15 anos de idade. O valor do benefício é de R\$ 39,00.

- Benefício Variável à Gestante: Destinado às famílias que tenham em sua composição gestantes. Podem ser pagas até nove parcelas consecutivas a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês. O valor do benefício é de R\$ 39,00

- Benefício Variável Nutriz: Destinado às famílias que tenham em sua composição crianças com idade entre 0 e 6 meses. Podem ser pagas até seis parcelas mensais consecutivas a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida. O valor do benefício é de R\$ 39,00.

Benefício Variável Jovem: Destinado às famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R\$ 46,00 por mês e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 92,00.

Benefício para Superação da Extrema Pobreza: Destinado às famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza. Cada família pode receber um benefício por mês. O valor do benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda por pessoa da família e do benefício já recebido no Programa Bolsa Família.

Observação: As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico, o Variável e o Variável Jovem, até o máximo de R\$ 372,00 por mês. Como também, podem acumular 1 (um) benefício para Superação da Extrema Pobreza. (CAIXA, 2016)

Com relação às políticas de avaliação do programa, é importante esclarecer que a partir do Decreto nº 7.332 de 19 de outubro de 2010, a coordenação, o gerenciamento e a operacionalização do PBF, bem como suas atividades de acompanhamento e fiscalização passaram a estar sob competência do MDS. Para esse acompanhamento, o Ministério articula-se aos estados e municípios, bem como às escolas e secretarias de saúde, a fim de possibilitar o registro e o tratamento dos dados de cada família inscrita.

Na seção seguinte, passaremos a detalhar o funcionamento da secretaria que faz esse acompanhamento no município de Pelotas.

2.1. O Bolsa Família na cidade de Pelotas e no *Campus Pelotas*

Na cidade de Pelotas, o acompanhamento referente à condicionalidade da educação, frequência escolar, é realizado em parceria entre as escolas existentes no município e a Secretaria Municipal de Educação (SMED). As escolas verificam e

registram a frequência dos alunos beneficiários no ⁷Sistema Presença, e a SMED, através de uma coordenadoria específica dentro da Assessoria de Programas Educacionais (APEDUC), operacionaliza a gestão do sistema no município.

Nesse processo, é importante esclarecer que algumas secretarias trabalham de forma articulada. Além da articulação que ocorre entre as secretarias municipais, trabalham de forma interligada ao Sistema Presença a 5ª Coordenadoria Regional de Educação (5ªCRE) e a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC).

Dentre as secretarias municipais, destacamos a importância da Secretaria de Justiça Social e Segurança (SJSS), órgão gestor das políticas públicas voltadas à assistência social, habitação e segurança no município de Pelotas, responsável ainda, pelo cadastramento dos beneficiários junto ao Sistema CadÚnico.

Esse registro permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda e traçar, assim, o seu perfil, uma vez que é composto por informações relevantes do núcleo familiar, características do domicílio e formas de acesso aos serviços públicos essenciais, além de dados pessoais de cada um dos componentes da família.

Após o acompanhamento de frequência realizado pelas escolas, os dados são cadastrados junto ao Sistema Presença e acessados pela Coordenadoria específica que realiza a gestão do sistema no município. As famílias cujos alunos apresentem baixa frequência recebem primeiramente uma advertência, e na segunda ocorrência, o benefício fica bloqueado por trinta dias. Na ausência de regularização da situação, o benefício é cancelado. Estes efeitos são aplicados pelo MDS e controlados por meio do Sistema de Condicionalidades (SICON).

Mas como ocorrem as ações de assistência ao aluno no âmbito do *Campus Pelotas* do IFSul? De que maneira se articulam e qual sua ligação com o acompanhamento de frequência dos beneficiários do PBF?

As ações de Assistência Estudantil (A.E) no IFSul são regulamentadas através do Decreto nº. 7.234 de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cuja finalidade é ampliar as condições de

⁷ O Sistema Presença é uma tecnologia social de acompanhamento e monitoramento da frequência escolar dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família. Fonte: Tutorial de utilização do Sistema Presença. Disponível em: <http://tutorialpresenca.mec.gov.br/saiba-mais-sobre-o-sistema-presenca-ajuda-operador-escolar.html>. Acesso em 02 de mai. 2017.

permanência dos jovens na educação pública federal trazendo em seu dispositivo legal as ações de A.E.

Através de verba específica do PNAES, são oferecidos aos estudantes oriundos de famílias com renda per capita de até um salário mínimo e meio, os seguintes auxílios: transporte intermunicipal, transporte urbano, auxílio moradia e auxílio alimentação. Cabe mencionar que a seleção dos estudantes a serem atendidos é feita pela equipe de serviço social da Coordenadoria de Assistência Estudantil do *Campus Pelotas* (COAE) e obedece a critérios como avaliação socioeconômica, disponibilidade de vagas e orçamento para atendimento das demandas existentes.

A equipe que atua no setor é multidisciplinar, composta por profissionais das áreas de serviço social, psicologia, nutrição e libras, além de servidores técnicos administrativos em educação que desenvolvem o trabalho burocrático de execução e acompanhamento dos benefícios a serem concedidos.

Dentre os acompanhamentos que são realizados por esses profissionais, está o controle de frequência escolar e matrícula dos alunos inscritos no PBF no âmbito do *Campus Pelotas* do IFSul, a fim de informar, via Sistema Presença, aos órgãos competentes responsáveis pela execução e pagamento do benefício aos usuários inscritos.

Esclarecemos, entretanto, que o PBF não tem vinculação direta com o PNAES. Os procedimentos de acompanhamento da frequência e matrícula escolar dos beneficiários ficaram a cargo dos profissionais do setor por uma questão de organização entre áreas, já que a referida coordenadoria se encarrega de prestar diversos tipos de atendimento aos alunos.

A seção seguinte versa sobre a constituição de uma revisão de literatura, denominada estado da questão, que tem por função a verificação de pesquisas existentes na área, os caminhos metodológicos percorridos por diversos pesquisadores e os resultados alcançados. Com base nestes dados, mapearemos a sustentação teórica deste estudo.

3. A PERMANÊNCIA, O ÊXITO E O FRACASSO ESCOLAR – REFLETINDO E PROBLEMATIZANDO CONCEITOS

3.1. A constituição do estado da questão

Nesta seção são apresentados os resultados de todas as consultas referenciais realizadas durante a escrita desse trabalho, as quais procederam, em uma primeira etapa, no que denominamos de estado da questão. Esta etapa tem por objetivo:

[...] levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa (TERRIEN, 2004, p. 2).

Nos propusemos, neste espaço, a realizar além de um inventário descritivo da produção acadêmica sobre o tema investigado. Buscamos, sim, clarear e balizar nossa pesquisa utilizando como base as contribuições do estudo do tema no campo científico. Como menciona Therrien, procuramos efetivamente, o “[...] esclarecimento da posição do pesquisador e de seu objeto de estudo na elaboração de um texto narrativo, [contendo] a concepção de ciência e a contribuição epistêmica [...] no campo do conhecimento” (2004, p. 4).

Nesta fase, foi possível buscar subsídios teóricos para fundamentar nosso objeto, possibilitando a organização de referenciais bibliográficos que contribuiriam para o desenvolvimento dessa pesquisa.

O escopo dessa análise teve como tema o PBF no que tange à condicionalidade da área da educação e frequência escolar. Foi utilizada a metodologia de pesquisa exploratória que, segundo Gil (2002, p. 41):

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Para realização dessa etapa, foram feitos levantamentos de dados junto ao banco de teses da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), ao portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e à *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). As palavras-chaves utilizadas para a pesquisa

foram “bolsa família *and* educação *and* frequência escolar”. O recorte de tempo foi entre os anos de 2009 a 2015.

Junto ao banco de teses da CAPES foram localizados 08 registros. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT (BDTD) foram localizados 17 e na SciELO, apenas 02 registros. O resultado final foi de 02 artigos, 25 dissertações e 03 teses, o que totaliza 30 trabalhos em diferentes temáticas que abordam questões inerentes ao PBF. A pesquisa inicial está demonstrada logo abaixo, através do quadro 01 que se segue:

Quadro 01 – Resultado da Busca

Palavra-chave: Bolsa família; educação; frequência escolar	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Artigos científicos	0	0	0	0	1	1	0	2
Dissertações	3	0	6	7	3	4	2	25
Teses	1	0	0	0	1	1	0	3
Total Geral	4	0	6	7	5	5	2	30

Fonte: elaborado pela autora.

Inicialmente, foi feita a leitura dos resumos, a fim de identificar o objeto das pesquisas e o caminho metodológico adotado pelos autores. A seguir, elaborou-se a relação de todos os trabalhos encontrados a fim de fazer uma primeira análise, separando-os por título, ano, local, objeto, metodologia e palavra-chave, conforme demonstrado no Apêndice 1.

Após realizada esta análise prévia, elencou-se algumas pesquisas para um maior aprofundamento analítico. Como critérios para a escolha, utilizou-se a paridade e a aproximação com o tema deste estudo, no caso em questão, o PBF no que diz respeito à condicionalidade da área da educação, frequência escolar.

Observamos, no entanto, que apesar de aparecerem três teses, através da busca realizada, estas não contemplam a condicionalidade de frequência, escolhida como objeto desta análise, sendo, portanto, descartadas.

O quadro a seguir aponta a relação de trabalhos que foram selecionados, por aproximação da temática deste estudo, para serem aprofundados nesta seção.

Quadro 02 – Pesquisas selecionadas para aprofundamento

Formato	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Artigos científicos	0	0	1	1	0	2
Dissertações	2	1	0	2	2	7
Total Geral	2	1	1	3	2	9

Fonte: elaborado pela autora.

3.2. Dos artigos

No formato artigo, nossa busca junto a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) resultou em dois trabalhos, que após análise inicial, foram escolhidos para aprofundamento, por conterem questões importantes, que se relacionam ao objeto de nosso estudo. Apresentamos os dois documentos selecionados, descritos conforme o quadro 03, a seguir:

Quadro 03 – Artigos selecionados para análise

Ano	Título	Autor
2013	Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?	PIRES, André.
2014	Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras	CAMARGO, Pedro Cavalcanti PAZELLO, Elaine Toldo

Fonte: elaborado pela autora.

O primeiro artigo intitula-se **“Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?”**. Nele, o autor, André Pires (2013), pondera acerca das estratégias possíveis de enfrentamento da pobreza a partir da exigência de frequência escolar mínima do PBF.

Cita ainda, apontamentos fundamentados em trabalhos científicos, que tratam sobre a efetividade das condicionalidades da educação, presentes no programa. A seguir, relata sobre a pesquisa que realizou entre os anos de 2008 a 2010, com o intuito de investigar a visão dos beneficiários sobre essa política de transferência de renda adotada pelo governo federal brasileiro. O autor entrevistou 22 integrantes do programa a fim de compreender o ponto de vista deles sobre a efetividade dessa proposta.

Sobre os resultados da pesquisa, aponta que o ingresso e a permanência na escola não oferecem, por si só, possibilidades de maior mobilidade social se não for levada em conta a qualidade do ensino ofertado. O simples fato de estar na escola não garante a aprendizagem, tampouco algum tipo de ascensão social.

Assinala que a sociedade atual tende cada vez mais, a ter um contingente elevado de desempregados, qualificados profissional e academicamente, o que coloca em dúvida a relação entre maior escolaridade e emprego.

Sobre a questão do trabalho infantil, concluiu que o valor do benefício não cobre as despesas e, portanto, ainda continua sendo necessário que muitas crianças e jovens se mantenham trabalhando.

Contudo, destacou como positivo o uso que as pessoas fazem das condicionalidades. Segundo ele, há possibilidades de ganhos envolvidos no cumprimento dos quesitos de permanência no programa, que vão além dos efeitos práticos sobre a frequência e escolaridade dos filhos. Trata-se do fortalecimento dos sentimentos de pertencimento e reconhecimento sociais, por parte das beneficiárias, dados pela efetividade no cumprimento das condicionalidades previstas no programa.

O segundo artigo intitula-se **“Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras”**. Nele, os autores, Camargo e Pazello (2014), avaliam o efeito do aumento na proporção de alunos beneficiados pelo PBF nas escolas, com relação ao desempenho médio. O intuito é o de verificar se esse aumento ocasionou diferenças significativas nos indicadores educacionais dessas escolas, utilizando como base exames nacionais, no caso em questão, a Prova Brasil de 2009.

Foram feitas estimativas com base nos dados de acompanhamento da frequência dos beneficiários, coletados pela Secretaria de Educação à Distância, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (SECAD/MEC) e MDS, durante o ano de 2008. Com base nestes dados, foi feita a combinação com os resultados do Censo Escolar, também de 2008. O pareamento dos dois bancos de dados foi realizado por equipes do MEC/SECAD/MDS e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com base em diversas informações dos alunos. A seguir, os autores relatam a combinação desses dados com os da Prova Brasil de 2009, com o intuito de avaliar o desempenho escolar dos indivíduos.

Os autores chegaram a algumas conclusões. Dentre elas destacamos: a proporção de alunos beneficiários na escola está negativamente relacionada à proficiência dos alunos, tanto em matemática quanto em português. Isto é, na medida em que a proporção de alunos beneficiados nas escolas aumenta, a média da nota nos exames se reduz. As escolas com maior número de beneficiários apresentaram um número menor de evasão e abandono escolar, porém as taxas de reprovação nos exames foram maiores.

Os autores confirmam, uma vez mais, ao fim do trabalho, que embora o PBF não contribua para um aumento no desempenho das crianças analisadas, contribuiu para uma redução das taxas de abandono escolar. Ponderam ainda, que

as escolas com maior número de beneficiários necessitam de atenção especial por parte dos gestores de políticas públicas.

3.3. Das Dissertações

A análise das dissertações englobou um universo de 25 trabalhos, desenvolvidos no intervalo de 2009 a 2015. Seleccionamos 7 que mais se aproximam do tema discutido nessa pesquisa. A partir da leitura dos trabalhos seleccionados, extraímos aspectos importantes que podem subsidiar este estudo.

A seguir, no quadro 4, estão presentes os trabalhos seleccionados para análise, na modalidade dissertação.

Quadro 4 –Dissertações seleccionadas para análise

Ano	Título	Autor
2011	O Programa Bolsa Família e a condicionalidade Educação: o caso de alunos matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista (RR)	OLIVEIRA, Maria Aparecida de.
2011	Política de Transferência de Renda e Educação: um estudo sobre o Programa Bolsa Família a partir da percepção de mães e estudantes beneficiários e suas repercussões no meio escolar	MOTTA, Thalita Cunha.
2012	Nova política velhos valores: a condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família	NORA, Naraiana Inez.
2014	Transferência de renda e educação: uma análise da contrapartida educacional do Programa Bolsa Família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife.	SANTOS, Cristiane Galvão dos.
2014	O Programa Bolsa Família e o desafio da construção de uma vida nova: percepções das mães de crianças beneficiárias do programa matriculadas em uma escola de Campinas/SP	BITTENCOURT, Jeanne Rodrigues.
2015	O Bolsa Família em Mato Grosso	FLORES, Daniela Fernanda.
2015	“A GENTE NÃO TEM NOÇÃO”: pontos de vista de professores de uma escola pública de Campinas (SP) em relação ao Programa Bolsa Família.	SILVA, Angélica Lima da.

Fonte: elaborado pela autora.

A primeira dissertação analisada intitula-se “**O Programa Bolsa Família e a condicionalidade Educação: o caso de alunos matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista (RR)**”. Nele, a autora Maria Aparecida de Oliveira (2011) tem por objetivo analisar as ações do programa no município de Boa Vista (RR) e sua relação com a questão desempenho escolar dos alunos da rede municipal matriculados no Ensino fundamental e que não obtiveram êxito durante o ano de 2010, no referido município.

O trabalho foi realizado utilizando-se metodologia de pesquisa bibliográfica e de campo quantitativo-descritivo, baseando-se em estimativas com técnica de estatística descritiva.

De acordo com a autora, após a pesquisa realizada, foi possível concluir que o foco do programa incide mais diretamente sobre as condicionalidades da educação, influenciando muito pouco sobre a emancipação socioeconômica da família.

Para Oliveira (2011), as condicionalidades deveriam propor algum tipo de contrapartida aos pais ou responsáveis, e não apenas às crianças e jovens, no sentido de escolarizarem-se ou profissionalizarem-se, para assim conseguirem superar a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Em relação à questão do combate à fome, a autora pondera que o resultado é imediato, visto que, por intermédio da pesquisa, constatou-se que as famílias investem a maior parte do benefício em alimentação.

Por fim, assevera que apenas a manutenção da criança na escola, através do cumprimento das condicionalidades, não é suficiente para garantir a superação da condição de desigualdade social, nem a questão de uma aprendizagem efetiva. De acordo com a autora, se o objetivo é minimizar a situação de pobreza e favorecer a emancipação dos beneficiários do PBF, é preciso buscar novas formas de inclusão das pessoas e investir mais recursos em políticas públicas para efetivar e garantir esses direitos a todos.

O segundo trabalho analisado intitula-se **“Política de Transferência de Renda e Educação: um estudo sobre o Programa Bolsa Família a partir da percepção de mães e estudantes beneficiários e suas repercussões no meio escolar”**, de autoria de Thalita Cunha Motta (2011). Nesse estudo, a autora analisa as percepções de pais, alunos, professores e gestores a respeito do PBF e suas repercussões em relação à educação.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi qualitativa e quantitativa. Para analisar os dados coletados, através das entrevistas, a autora utilizou-se da análise de conteúdo como ferramenta para interpretação das informações contidas nos discursos dos entrevistados.

Através da pesquisa realizada, a autora ressalta que diante dos bancos de dados analisados, tanto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) quanto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(IPEA), no tocante ao acesso e permanência das crianças pobres na escola, o Brasil se mantém com indicadores educacionais em saldo positivo, embora, não estejam dentro do desejado.

Para ela, os principais benefícios do PBF estão relacionados à cobertura e ao acompanhamento das condicionalidades, que proporcionam acesso das crianças e jovens beneficiados pelo programa a serviços de educação e saúde. Contudo, a autora destaca que embora haja a oferta dos serviços de educação e saúde, não está assegurada a questão da qualidade de tais serviços.

Sobre a percepção das famílias beneficiárias, destaca que há divergências entre o que as famílias pensam ser seu papel na educação dos filhos e qual seria o papel da escola nesse sentido. A família, em geral, deseja mais da escola, enquanto que a escola diz, em muitos momentos, fazer o papel que seria dos pais em relação à educação das crianças e jovens.

A autora entende que são necessárias mudanças em alguns aspectos do programa, incluindo o acompanhamento, não apenas da frequência, mas do rendimento escolar, contudo explica que tais mudanças estão atreladas a outras questões que também precisam ser revistas e remodeladas no desenho do programa.

A terceira dissertação intitula-se **“Nova política velhos valores: a condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família”**, de autoria de Naraiana Inez Nora (2012). Nessa pesquisa, o objetivo principal foi analisar a temática da transferência de renda no Brasil e os fundamentos teórico-ideológicos que dão sustentação à incorporação da condicionalidade da educação no PBF.

Para tal, utilizou como caminho metodológico a pesquisa teórico-bibliográfica e documental, apoiada sobre as bases do materialismo histórico-dialético, que traz a questão de trabalhar-se no horizonte da totalidade e da concreticidade dos fenômenos sociais.

A autora problematiza como se expressa a condicionalidade da educação e busca identificar os nexos dessa exigência com a ideologia liberal da igualdade de oportunidades. No decorrer do trabalho, discorre sobre os dados pesquisados, que apontam para uma redução dos índices de pobreza, com certo aumento da mobilidade social na última década. Atribui as ações de enfrentamento à pobreza e extrema pobreza, a programas como o PBF, que segundo ela, tiveram papel decisivo diante das desigualdades sociais existentes em nosso país.

Deixa claro que o programa tem pontos positivos, principalmente para a população que vive em extrema pobreza, contudo ressalta que esse modelo de transferência de renda não é suficiente para tirar as famílias da pobreza. Segundo ela, o programa teve impactos também sobre o papel ideológico da escola diante da superação das contradições estruturais do modo de produção capitalista, naturalizando a pobreza e ocultando as raízes das desigualdades sociais.

A autora reforça que a condicionalidade da educação do PBF ratifica a promessa da ideologia de igualdade de oportunidades, uma vez que diante da obrigatoriedade da frequência escolar para o acesso à renda mínima, cumpre-se a promessa burguesa da igualdade no plano das oportunidades, mesmo que seja limitada num plano concreto.

Enfim, para Nora (2012), as condicionalidades do programa apenas servem para corroborar uma visão capitalista de manutenção da ideologia, e reforçar a ideia de que só não sai da situação de pobreza e miséria aquele que não quer, uma vez que o Estado cumpre com suas ⁸obrigações ao oferecer uma renda mínima e privilegiar o acesso à escola.

A quarta pesquisa escolhida para aprofundamento analítico intitula-se **“Transferência de renda e educação: uma análise da contrapartida educacional do Programa Bolsa Família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife”**.

Nela, a autora Cristiane Galvão dos Santos (2014) analisa a relação entre a obrigatoriedade da frequência escolar do PBF e o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife, com vistas a compreender o impacto que essa contrapartida exerce (se é que exerce) no processo de aprendizagem, a partir da perspectiva dos docentes.

Como metodologia, utilizou as pesquisas quantitativa e qualitativa, além da combinação de dados de naturezas diferentes, com o intuito de assegurar a maior quantidade de variáveis possíveis acerca do objeto de estudo. Para tratamento dos dados das entrevistas, a autora utilizou a ⁹Teoria Social do Discurso, elaborada por Fairclough (2001).

⁸ Grifo nosso.

⁹ A Teoria Social do Discurso, elaborada por Norman Fairclough, propõe a linguagem como forma de prática social. Estabelece o discurso como constitutivo de todas as dimensões da estrutura social, logo, uma prática de significação de mundo. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90 - 91)

Além dos documentos normativos e oficiais do programa, utilizou informações relativas ao desempenho escolar com base nos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), das avaliações da Prova Brasil, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE), de três escolas municipais com o maior número de alunos beneficiários do PBF na cidade do Recife. Foram feitas entrevistas com os professores dessas escolas a fim de identificar, de acordo com a visão deles, se havia impactos oriundos do PBF quanto à perspectiva escolar.

Evidenciou-se que a contrapartida educacional do PBF proporcionou a redução dos índices de evasão e de abandono escolar, sobretudo nos anos iniciais, mas não se percebeu a efetividade dessa contrapartida em relação à aprendizagem dos alunos beneficiários.

O quinto trabalho escolhido para aprofundamento teórico intitula-se **“O Programa Bolsa Família e o desafio da construção de uma vida nova: percepções das mães de crianças beneficiárias do programa matriculadas em uma escola de Campinas/SP”**. A dissertação, de autoria de Angélica Lima da Silva (2014), tem como foco investigar se a frequência escolar configura-se como um fator importante para impedir a chamada transmissão intergeracional de pobreza.

A autora questiona se o fato de a criança estar na escola, de acordo com as condicionalidades do programa, garante a sua educação. Para responder aos questionamentos, o estudo analisou as percepções de mães beneficiárias do programa a respeito da exigência da frequência escolar, e se a educação de seus filhos estava relacionada com a participação no PBF.

O caminho metodológico escolhido pela autora delineou-se através da coleta de dados e informações obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, junto a um universo de vinte mães beneficiárias. O instrumento de coleta de dados foi organizado com base em quatro eixos norteadores: caracterização das beneficiárias e sua família; formas de obtenção de renda; percepções sobre o PBF e percepções sobre educação, frequência escolar e aprendizagem.

Diante do exposto, a autora analisou a percepção dessas mães, e relata que através desses dados foi possível perceber que as entrevistadas julgam importante a condicionalidade da frequência escolar e argumentam que se recebem o benefício, devem cumprir com as exigências para permanência. Fica claro que

estabelecem certa relação de troca com o Estado, contudo garantiram que os filhos continuariam a frequentar a escola, mesmo que não recebessem essa renda mínima.

A autora entende que a questão da frequência escolar não seria o ponto mais difícil a ser enfrentado pela escola, e sim a oferta de uma educação de qualidade. Segundo ela, o primeiro desafio seria o de criar condições para que crianças, jovens e adultos que participam do PBF permanecessem na escola, não apenas como condicionalidade a ser cumprida, mas com oportunidades de qualidade para completarem sua formação, seja no ensino profissional, técnico ou universitário.

As entrevistadas entendem que a falta de qualidade da educação ofertada seria o maior entrave, e esclarecem que os conhecimentos que adquiriram durante seu tempo de estudo não foram capazes de transformar suas vidas, ou de gerarem mudanças significativas. Ainda assim, esperam que a escola prepare seus filhos para o mercado de trabalho, para que possam romper com o ciclo de pobreza no futuro, portanto cobram dos filhos aquilo que lhes compete, ou seja, que frequentem a escola.

Esclarece, ainda, que de acordo com suas percepções acerca do trabalho, fica claro que o enfrentamento da pobreza, assim como o desafio da qualidade da educação ofertada aos mais pobres, são questões de extrema consideração para a construção de uma sociedade com menos desigualdade no que diz respeito ao acesso dos serviços educacionais e de saúde. Acessos esses, garantidos por meio do cumprimento das condicionalidades do programa.

De acordo com a fala das entrevistadas, os programas de transferência de renda, no molde atual no qual são propostos, por si só não são capazes de garantir a qualidade dos serviços em educação, até porque essa não é a proposta. A autora reforça, uma vez mais, ao final do trabalho, que para as mães o desafio maior está na qualidade da educação ofertada, e não apenas, na condicionalidade de permanência na escola.

A sexta dissertação analisada intitula-se “**O Bolsa Família em Mato Grosso**”, de autoria de Jeanne Rodrigues Bittencourt (2015). Nessa pesquisa a autora teve como principal objetivo avaliar o impacto do PBF sobre o desempenho escolar dos beneficiários no Estado de Mato Grosso.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo, com metodologia quantitativa e suporte de um software denominado *Stata* para a estimativa dos dados. Foi realizada também pesquisa documental nos históricos escolares dos alunos, para o levantamento das informações referentes aos resultados escolares, no período de

2005 a 2011. Foram avaliados históricos escolares de 60 alunos, vinte de cada uma das três escolas escolhidas (Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis), sendo que desses 60 avaliados, 30 eram beneficiários do programa.

Após o estudo realizado, a autora constatou um aproveitamento significativo entre os alunos beneficiários. Em muitas disciplinas, o resultado dos beneficiários é superior ao dos não beneficiários. Contudo, aponta que não se pode afirmar que o aproveitamento esteja necessariamente atrelado à questão da frequência escolar, pois há outros fatores que devem ser levados em consideração.

Em suas análises, a autora explicita que o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários tem contribuído para uma melhora significativa nos índices educacionais, e questões como evasão e abandono escolar apresentam maior possibilidade de serem acompanhadas e tratadas pelas escolas.

Para ela, há relação entre a contribuição dessas ações de transferência de renda e a redução das desigualdades educacionais. Reforça que a avaliação e reavaliação das políticas públicas implementadas configuram-se como importantes instrumentos de aperfeiçoamento e reformulação das ações desenvolvidas.

O sétimo e último trabalho escolhido para aprofundamento teórico na modalidade dissertação intitula-se **“A GENTE NÃO TEM NOÇÃO: pontos de vista de professores de uma escola pública de Campinas (SP) em relação ao Programa Bolsa Família”**. Foi desenvolvido por Daniela Fernanda Flores (2015) e teve por objetivo principal a compreensão do ponto de vista dos professores sobre a importância do PBF como possibilidade de enfrentamento da pobreza, através da condicionalidade de frequência escolar.

A pesquisa foi de cunho qualitativo, utilizando levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas junto aos professores de uma escola estadual, escolhida pela pesquisadora. O critério utilizado para escolha da Instituição foram os dados do Censo Demográfico de 2010, que apontaram a escola como a que concentra aproximadamente 34% da população beneficiária do PBF no município.

Após a realização da pesquisa e das entrevistas a autora aponta as seguintes conclusões: os professores pesquisados encontram-se alheios às questões alusivas à política de transferência de renda do PBF; não há espaço, na escola em questão, para debater o PBF; não há identificação dos alunos beneficiários e, portanto, não há acompanhamento dessa política no espaço escolar. De acordo com os professores entrevistados, o rendimento escolar dos alunos configura-se como um

ponto importante para o rompimento do ciclo intergeracional de pobreza, contudo não pode ser medido apenas pela frequência do aluno em sala de aula.

Posto isso, concluímos nossos apontamentos sobre as pesquisas analisadas, destacando, ainda, um dado consensual assinalado por todos os autores citados, que diz respeito à condicionalidade da frequência escolar. Segundo os autores, essa condicionante não é suficiente para garantir um rendimento acadêmico satisfatório. De forma geral, os pesquisadores apontam que o PBF se constitui em um eficiente mecanismo para o combate à fome e à miséria, em curto prazo, contudo, não verificam grande influência da frequência no que diz respeito às questões de aproveitamento acadêmico.

Diante dos dados apontados no estado da questão, evidenciamos a relevância de investigar a frequência escolar à luz do PBF, no âmbito do *Campus Pelotas* do IFSul, questionando, assim, a eficácia ou não dessa condicionalidade e os possíveis impactos diante dos resultados acadêmicos desse grupo de alunos.

Cabe ressaltar que ao iniciarmos a investigação acerca dos beneficiários desse programa no *Campus Pelotas*, nos deparamos com questões alusivas ao baixo rendimento escolar dentro desse grupo de alunos. Verificamos, aí, uma relação de correspondência que merece um estudo especial: aluno beneficiário PBF; permanência no curso e êxito na trajetória acadêmica.

Sendo assim, para compreendermos cada componente desta relação, fundamentamos teoricamente as condicionalidades que levam o indivíduo a ser ou não um beneficiário; os fatores que determinam a permanência ou evasão e os indicadores de desempenho que incidem no êxito ou fracasso escolar.

Nesse sentido, trabalhamos a seguir a fundamentação teórica que balizou nossas análises ao longo dessa pesquisa, a qual organizamos, subdividindo em três blocos distintos, porém interligados. São eles: ser ou não beneficiário; evasão e permanência e ainda, êxito ou fracasso escolar.

Para tal, buscamos aporte teórico nos documentos legais do programa, além de pesquisar autores que tratam questões referentes aos processos de ensino e aprendizagem, evasão e permanência, êxito e fracasso escolar. Os autores escolhidos levam em consideração as dimensões complexas de formação do sujeito, como um ser único, social e singular, um ser histórico. Compreendemos que estas não são questões que podem ser traduzidas em simples determinismo empírico, mas na diversidade que estão implicadas caso a caso.

3.4. Ser ou não beneficiário

Para trabalharmos as questões que fundamentam o PBF, recorreremos à legislação como aporte teórico principal, de onde extraímos os subsídios necessários para alicerçar o entendimento acerca desse programa e seu funcionamento. Como já mencionamos em outros momentos desse trabalho, a criação do PBF se deu a partir da Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, e sua regulamentação; por meio do Decreto nº 5.209 de 17 de setembro do mesmo ano. Portanto, foi a partir desses textos legais que buscamos caracterizar, em um primeiro momento, quem pode ou não, em consonância com a lei, ser um beneficiário.

De acordo com o artigo de 18º, do Decreto nº 5.209/2004, são atendidas as “[...] famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente.” Cabe lembrar que o parágrafo 3º desse artigo condiciona esse atendimento à disponibilidade orçamentária e financeira.

As demais condicionalidades previstas no artigo 3º da Lei nº 10.836/2004 e seu parágrafo único representam as condições que as famílias beneficiárias devem cumprir para sua permanência no programa:

A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do caput do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do caput do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Percebemos, ao longo da leitura da lei, que as condicionalidades envolvem ainda o acompanhamento de saúde das mães de alunos beneficiários e dos irmãos menores que ainda não frequentam a escola.

De acordo com os parágrafos I e II do artigo de 27º do Decreto 5.209/2004, as condicionalidades legais previstas têm por finalidade:

I - estimular as famílias beneficiárias a exercer seu direito de acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social, promovendo a melhoria das condições de vida da população; e II - identificar as vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos a que têm direito, por meio do monitoramento de seu cumprimento.

Ademais, o parágrafo único do referido artigo determina a garantia, por parte do Estado, do fornecimento de serviços públicos de saúde, educação e

assistência social, para que os beneficiários possam, assim, ter ¹⁰*pleno acesso* a tais serviços.

Portanto, de acordo com a legislação, os alunos, corpus pesquisado, são oriundos de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, que recebem acompanhamento de saúde e nutricional, cujos filhos em idade escolar devem estar regularmente matriculados, cumprindo exigência de frequência escolar mínima de 75 a 85%, em consonância com cada caso. São estas as condicionantes para que o aluno seja beneficiário do programa.

Nenhum artigo do texto legal contempla a questão do rendimento escolar. Desta forma, questionamos, por meio desse estudo, se apenas a frequência é suficiente para o êxito do aluno na escola. Verificamos que, apesar da condicionalidade de frequência ser atendida, na maior parte dos casos, há uma parcela significativa dos beneficiários do *Campus Pelotas* que apresenta baixo rendimento e retenção.

3.5. A permanência ou a evasão

Para iniciarmos a discussão sobre estes dois itens, sentimos a necessidade de conceituá-los, utilizando como base, primeiramente, o Dicionário de Língua Portuguesa. O Dicionário escolhido para nossas pesquisas foi o UNESP do Português Contemporâneo, cujas definições consideramos claras e atuais.

O primeiro dos termos conceituados é o de permanência, que de acordo com o referido léxico significa: “[...] característica do que é permanente ou estável [...] persistência, prosseguimento [...] continuidade, manutenção [...] presença constante [...]” (2004, p. 1061). A seguir, buscamos conceituar a palavra evasão, cujo vocábulo nos reporta ao “[...] ato de evadir-se, fuga, escape [...] abandono, saída [...] desaparecimento, desvio [...]” (2004, p. 571).

Ao analisarmos os dois conceitos, percebemos que há uma oposição entre eles. Enquanto a permanência evoca o ato de permanecer, de estar em um determinado local e ali manter presença constante, a evasão, por sua vez, remete ao ato de fugir, de escapar, de abandonar um determinado lugar. Compreendemos que

¹⁰ Grifo nosso.

os termos são opositivos entre si no que diz respeito aos significados e, portanto, também o são no que se refere ao espaço escolar.

Para o termo evasão, apresentamos, também, o conceito disposto na Organização Didática (OD) do IFSul. A OD é o documento norteador que rege os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos no âmbito dos processos educacionais dentro da Instituição. No artigo 74º da OD, parágrafos I e II, será considerado evadido o estudante que se enquadrar nas seguintes situações:

- I. apresentar índice de frequência inferior a 50% do total da carga horária do período e nota zero (0) ou conceito equivalente em todas as disciplinas na última etapa de avaliação;
- II. não efetuar a renovação de matrícula nos prazos definidos no calendário acadêmico. (2012, p. 15)

Tomando por base a definição de evasão constante na OD, inferimos que o aluno que tenha índice de frequência acima dos 50%, que reprove com nota ou conceito superior a zero, ou conceito equivalente e efetue a matrícula em período regular, não é considerado evadido, e segue com sua matrícula ativa na Instituição, independente do seu rendimento acadêmico.

Quando pensamos sobre o ato de permanecer, sobretudo no espaço escolar, compreendemos que apenas a permanência não é suficiente para garantir um bom rendimento acadêmico. O desafio não está apenas em viabilizar a permanência desses alunos na escola, mas contribuir para que eles realmente aprendam, e construam de fato, conhecimentos significativos.

A permanência, tomando como base as normas previstas no escopo do PBF, se dá pela frequência igual ou superior a 75%, para os jovens entre 16 e 17 anos e 85%, para crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos. Contudo, se tomarmos como base a OD do IFSul, a permanência, de acordo com o referido documento, se dá para casos de frequência igual ou superiores a 50%.

De forma complementar às questões tracejadas pela legislação e pela OD, nos deparamos com aspectos que envolvem o acesso, a permanência e a própria evasão na escola, questões essas que se encontram diretamente ligadas a aspectos como o da democratização do ensino.

Luckesi (2002) aborda a problemática da democratização, e explica que ela vai além do que simplesmente permitir o acesso de todos à educação. Para o autor, nosso sistema educacional não é tão democrático quanto aparenta ser, uma vez que “[...] as estatísticas educacionais [...] demonstram que nem no que se refere à

permanência nem à terminalidade há democratização do ensino.” (LUCKESI, 2002, p. 63).

O autor destaca, ainda, que essas questões implicam em graves prejuízos, uma vez que os “[...] poucos que ingressam na escola [...] não permanecem por vários fatores e os que permanecem por algum tempo adquirem uma terminalidade que pouco significa para a elevação do seu patamar cultural.” (2002, p. 64).

O baixo nível de qualidade do ensino ofertado é outro ponto que corrobora uma educação antidemocrática. O acesso e a permanência de nada servem se não estiverem “[...] recheados pela qualidade do ensino e da aprendizagem [...] pela apropriação significativa de conhecimentos que elevem o patamar de compreensão dos alunos [...]” (LUCKESI, 2002, p. 65).

Porém, no aprofundamento deste estudo, que aborda a temática do acesso, da permanência, da evasão, do sucesso ou do fracasso escolar, da democratização do ensino, enfim, percebemos que existem outras questões perpassando os cotidianos e os currículos escolares. Questões que, muitas vezes, não estão ligadas à baixa qualidade de ensino ofertado.

Para melhor compreensão, a título de exemplo, podemos imaginar uma oferta de ensino de qualidade. Um espaço com profissionais bem preparados, infraestrutura adequada à disposição e laboratórios bem equipados. Porém, os conteúdos contemplados naquele ambiente encontram-se distantes do cotidiano de vida daquele aluno, oriundo de classe popular. Percebemos, então, que esse fator poderá interferir diretamente nos processos de ensino e aprendizagem. Sobre isso, ¹¹Bernard Charlot explica que: “Se a escola propõe aos jovens sistemas de sentido que não tem nenhuma relação com o que vivem, esses sistemas constituem para os jovens discursos vazios [...]” (CHARLOT, 2005, p. 137).

O autor é categórico ao alertar que os jovens:

[...] em sua vida cotidiana fora da escola, [...] têm práticas, representações, valores que a escola desconhece ou não reconhece [...] Consequentemente, a cultura que a escola lhes impõe não faz sentido para eles e, ao mesmo tempo, esses jovens não vão bem na escola [...] (CHARLOT, 2005, p. 136).

¹¹ Pesquisador francês radicado no Brasil, atualmente professor da Universidade Federal do Sergipe (UFS). Fonte: Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4704005T2>> Acesso em 15 ago. 2016.

Explica que essa diferença cultural, imposta pela escola, faz com que o jovem não se sinta aceito no espaço escolar, o que acaba por aumentar o seu distanciamento em relação a esse espaço.

Além disso, explica a problemática da relação com o saber como sendo o centro das questões ligadas à evasão e, conseqüentemente, ao fracasso escolar. Esclarece que muitos jovens acabam não construindo uma relação de sentido com o saber, e por isso não encontram motivos para estarem na escola: “A escola como espaço de saber e cultura desaparece aos poucos, dando lugar à escola como meio de inserção profissional e de acesso ao dinheiro.” (CHARLOT, 2005, p. 139).

Percebemos, ao longo desta subseção, que a evasão e a permanência no espaço escolar perpassam por outras esferas, que não podem ser expressas apenas pelos percentuais de frequência, estes são dados que podem dar robustez a análises deste âmbito, mas não são por si só indicadores finais. O fato de termos alunos frequentes, que permaneçam no espaço escolar, não nos garante que se apropriem de conhecimentos significativos, ou que elevem seu patamar cultural, tampouco, garante um rendimento acadêmico satisfatório.

3.6. O êxito ou o fracasso escolar

Quando buscamos descobrir, historicamente, sobre a genealogia do fracasso escolar, percebemos que sua origem se deu a partir do momento em que a escolaridade passa a ser obrigatória, ao final do século XIX. Cordié (1996, p. 17) nos diz que o fracasso escolar é “[...] uma patologia recente [surgiu] com a instauração da escolaridade obrigatória no fim do século XIX e tomou lugar considerável nas preocupações [da sociedade] em consequência de uma mudança radical [...]”.

Bossa (2008, p. 18), por sua vez, destaca que embora o fracasso escolar venha sendo estudado e discutido, dentre os tantos problemas da educação brasileira, “[...] ainda se impõe de forma alarmante e persistente.” Enfatiza, ainda, que no Brasil “[...] a escola torna-se cada vez mais o palco de fracassos e de formação precária.” Em outras palavras a “[...] escola que deveria formar jovens capazes de analisar criticamente a realidade [...] contribui para perpetuar injustiças sociais que sempre fizeram parte da história do povo brasileiro.” (2008, p. 19).

Diante desse cenário, nos questionamos por que a questão do fracasso escolar continua a ser um problema, ainda nos dias de hoje, persistente em nossas

escolas? Quais fatores contribuem para os baixos resultados de muitos alunos e conseqüentemente, para o aumento dos índices de evasão e reprovação?

Encontramos algumas respostas por meio das concepções de ¹²Miguel Arroyo. Com base em suas pesquisas, o autor explica que historicamente, a escola que se abriu ao povo, não foi a escola que durante muitos anos serviu aos filhos das classes dirigentes e dos proprietários. Segundo ele, a escola que se abriu à classe popular foi uma “[...] rede escolar de segunda, ou terceira categoria” (2003, p. 16).

O autor se refere, ainda, ao abandono escolar e à evasão, questões intimamente ligadas ao êxito e fracasso escolar e que ressaltam alguns dos motivos que levam à população de baixa renda a deixar a escola. Para ele, as camadas populares acabam por ser:

[...] expulsas, obrigadas a sair para entrar precocemente no mercado de trabalho, por falta de condições materiais, psíquicas, motoras e outros condicionantes [saem] porque o lugar deles não era esse, seu destino é o de trabalhadores desqualificados. (ARROYO, 2003, p. 16)

Arroyo é contundente em afirmar que a “[...] escolarização dada aos filhos do povo não foi a mesma dada aos filhos das camadas dirigentes. Foi outra, qualitativamente diferente, feita de ensaios e experimentos.” (2003, p.16) Uma educação que reafirma o caráter elitista presente em nosso sistema educacional: “Para os filhos dos ricos, as escolas ricas; para os filhos dos pobres, as escolas pobres” (2003, p.17).

Com base no que explana, aponta um caminho, propondo a constituição de uma escola que oportunize reais possibilidades de permanência e de construção de sentido, aos cidadãos oriundos das classes populares. Segundo ele, esse caminho inicia pela “[...] destruição do projeto educativo da burguesia [...] feito para a constituição de cidadãos-trabalhadores formados à imagem de seus interesses de classe, e para mantê-los nessa condição de classe” (ARROYO, 2003, p. 17-18).

Ratifica, ainda, a gravidade do fracasso escolar, sobretudo nas escolas populares, que segundo ele, se demonstra por meio das estatísticas. Destaca que os conceitos utilizados no dia-a-dia dos educadores e no cotidiano escolar acabam por reforçar a ideia de insucesso dos alunos, e eximem a escola de suas possíveis culpas.

¹² Doutor em Educação pela Stanford University nos Estados Unidos (1976), e professor Titular Emérito na Faculdade de Educação da UFMG. Fonte: Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787299P4>> Acesso em 15 ago. 2016.

Cita a expressão ¹³*fracasso escolar* e explica que ela nos reporta unicamente ao fracasso do aluno, e por sua vez, oculta uma possível ¹⁴*escola fracassada*, que poderia ser o cerne da questão.

Os conceitos são importantes no ocultamento do real. Nos cursos normais e de pedagogia fala-se de alunos evadidos, nunca de alunos excluídos, do fracasso do aluno e não da escola fracassada [...] Falar de evasão sugere que o aluno se evade, deixa um espaço e uma oportunidade que lhe era oferecida por motivos pessoais ou familiares. Ele é o responsável pela evasão e, conseqüentemente, pela ignorância e pelos efeitos sociais que lhe acarretará essa sua ignorância ao longo da luta pela sobrevivência. (ARROYO, 2003, p. 21-22)

Sobre isso, Magda Soares também explica que “[...] a escola para o povo é, ainda, extremamente insatisfatória, do ponto de vista quantitativo e, sobretudo, qualitativo [...] estamos longe de ter escola para todos [e] a escola que temos é antes *contra* o povo que *para* o povo [...]” (SOARES, 1994, p. 5). A autora reforça que as altas taxas de retenção e repetência dos estudantes demonstram a ineficácia do modelo de escola ofertado à classe popular: “[...] os que conseguem entrar na escola, nela não conseguem aprender, ou não conseguem ficar” (1994, p. 9).

Para ela, uma das possíveis explicações, segundo ¹⁵Bernstein, estaria nas relações com a linguagem, que se desenvolvem por meio das relações sociais e, portanto, “[...] diferentes formas de relações sociais geram diferentes ‘códigos’ linguísticos que [...] criam para o falante diferentes ordens [...] de organização da realidade” (SOARES, 1994, p. 23). Esclarece que, em seus estudos, Bernstein se refere a apenas duas classes sociais, que seriam a classe média e a classe trabalhadora, e dois tipos de códigos linguísticos, ou seja, um código elaborado e um código restrito.

Diante disso, a autora explica que: “[...] o processo de socialização das crianças da classe média levaria à aquisição dos dois códigos, o elaborado e o restrito, enquanto o processo de socialização das crianças da classe trabalhadora daria acesso apenas ao código restrito” (SOARES, 1994, p. 25). As formas de utilização da linguagem no espaço escolar acabam por privilegiar os alunos que utilizam o código elaborado, mais do que aqueles que se utilizam do código restrito.

¹³ Grifo nosso.

¹⁴ Grifo nosso.

¹⁵ Bernstein, sociólogo inglês e um dos principais teóricos da deficiência linguística. (SOARES, 1994, p. 29).

Ressalta que essa seria uma das possíveis explicações para o fracasso escolar entre os alunos da classe trabalhadora, e isso “[...] seria *culturalmente* produzido, através [...] do processo linguístico que [...] teriam vivenciado em sua socialização.” (SOARES, 1994, p. 30). Essa inadequação por parte do aluno muitas vezes se dá pelo fato de que a escola utiliza o código elaborado e espera que os alunos façam o mesmo, que estejam preparados para compreender e utilizar esse código, o que muitas vezes se encontra distante da realidade de muitos estudantes.

Soares adverte que a escola muitas vezes procura suprir as *carências* e *deficiências culturais* dos alunos através de uma educação compensatória, e esse não seria o caminho, pois as falhas não estariam nos alunos, antes:

[...] *na própria escola*, que repudia os estilos cognitivos e linguísticos das crianças das camadas populares, porque os julga erroneamente, em função de uma *norma*, que é o comportamento das classes socioeconomicamente privilegiadas. (SOARES, 1994, p. 35)

Quando tratamos questões de fracasso escolar sob o ponto de vista de uma possível exclusão, nos aprofundamos de outra forma, na temática do problema. Mudamos a ótica de toda a situação, pois tiramos o foco do aluno e voltamos nossa atenção para a escola, que pode, muitas vezes, estar contribuindo para a sua exclusão.

Charlot (2005) estuda as relações do saber com a escola, sobretudo dos alunos das classes populares, com o intuito de entender o que os leva ao sucesso ou ao fracasso escolar. Destaca que esta problemática:

[...] remete, antes de tudo a questão da desigualdade social e às consequências institucionais dela: reprovação, defasagem idade/série, abandono ou evasão de alunos de meios que, decerto, tem acesso ao ensino fundamental, mas nele ‘fracassam’, isto é, não passam de ano da mesma forma que os alunos socialmente ‘favorecidos’. Charlot (2009, p. 17)

Os conceitos de *habitus* e de capital cultural, apontados pelo autor, inspirado pelas concepções de Bordieu, se configuram em importante suporte na análise de temas que envolvem a classe popular. Segundo Charlot (2005, p.39) *habitus*:

[...] é um conjunto de disposições psíquicas socialmente construídas que funciona como matriz das representações e das práticas do indivíduo. Ora, o sucesso escolar supõe representações e práticas que correspondem ao *habitus* dos dominantes, e não dos dominados.

Já com relação ao capital cultural e simbólico, infere que a criança herda de sua família um capital cultural “[...] que a permitiria reproduzir essa mesma posição [de classe] através da escola e da hierarquia dos diplomas” (CHARLOT, 2005, p.40).

Contudo, o autor adverte que essa herança não se configura da mesma forma como a transferência de bens ou de capital material, uma vez que construir a relação da criança com a cultura é algo que implica em muito empenho por parte dos pais e familiares. Bordieu, autor das teorias em questão, elucida em sua concepção que “[...] o sucesso escolar depende, principalmente, do capital cultural herdado [...]” (BORDIEU, 2007, p. 112).

Por isso, Charlot retoma esses conceitos e sua importância, mas observa que “[...] não se pode contar apenas com uma análise da sociedade em termos de posições sociais, é preciso analisar [...] as atividades que os indivíduos desenvolvem nela para conquistar, [...] manter [e] transmitir essas posições [...]” (CHARLOT, 2005, p. 40).

Entretanto, devemos levar em consideração o fato de que diferentes posições sociais acabam por produzir diferentes disposições psíquicas, que influenciam, de certa forma, as atitudes dos sujeitos. Verificamos, portanto, que o insucesso não se configura em uma determinante, ¹⁶pois há pessoas oriundas da classe popular que alcançam o sucesso escolar, e também, filhos de classe alta que fracassam na escola.

Esses conceitos nos remetem a questões profundas, que estão implicadas na formação dos sujeitos e reforçam o entendimento de que sua formação vai mais além do que simplesmente a permanência na escola. O homem é um ser social, que se forma em suas interações com o outro e com o ambiente que o cerca. “A cria da espécie humana não se torna homem se não se apropriar, com a ajuda de outros homens, dessa humanidade [...]” (CHARLOT, 2005, p.56).

Cada indivíduo nasce e se habitua dentro de um determinado contexto histórico e cultural, que influencia diretamente na sua formação (construção) social, uma vez que a marca entre gerações imprime, de certa forma, traços comportamentais e ideológicos. Para Marx (1997, p.21):

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade [ou] sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A

¹⁶ Sociologia da reprodução. Charlot (2005)

tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

Ao analisar as questões que estão envolvidas no sucesso ou fracasso escolar, faz-se necessário levar em conta os aspectos que constituem os sujeitos e sua ¹⁷ historicidade. Entendemos, contudo, que esses aspectos não são determinantes em sua constituição, mas produzem efeitos indiretos. Charlot (2005, p. 50) adverte que:

[...] a posição que uma criança ocupa na sociedade ou, mais exatamente, a posição que seus pais ocupam não determina diretamente seu sucesso ou fracasso escolar. Ela produz efeitos indiretos, e não determinantes, através da história do sujeito.

Outra questão que podemos pontuar é novamente, a relação entre a linguagem, a cultura e o saber. Charlot (2005), assim como Soares (1994) aponta a necessidade de observarmos essa relação a fim de compreendermos a desigualdade social que se dá no espaço escolar:

Em primeiro lugar, é a relação com a linguagem, com a cultura, com o saber que estabelece vínculo entre o sistema escolar e a estrutura das relações de classe. Em outras palavras: se se quer compreender a desigualdade social perante a escola, é preciso se interessar por essa relação. (CHARLOT, 2005, p. 38)

Abordamos até então, com base nos referenciais teóricos estudados, as questões que envolvem, direta e indiretamente, o acompanhamento da frequência dos beneficiários do PBF.

Caracterizamos como se dá o ingresso dos beneficiários e o acompanhamento para fins de manutenção no programa. Abordamos, ainda, aspectos do acompanhamento escolar desses alunos, como o acesso, a evasão, a permanência, o êxito e o fracasso escolar.

Na seção seguinte, discutiremos o caminho metodológico adotado na pesquisa, bem como os procedimentos a serem utilizados no decorrer desse estudo.

4. CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Classificamos essa pesquisa como qualitativa, embora apresente nuances quantitativas acerca dos dados coletados, tanto no Sistema Q-acadêmico da Instituição, quanto em relação aos dados aferidos por meio dos instrumentos de coleta

¹⁷Caráter de tudo aquilo que é reconhecido como tendo acontecido no passado. Conjunto dos fatores que constituem a história de uma pessoa e que condicionam seu comportamento em uma dada situação. (JAPIASSÚ, MARCONDES. 2008, p.133).

elaborados no *Google Drive*. A tabulação desses dados nos forneceu uma sólida ideia acerca do desempenho escolar do grupo de alunos pesquisado, além de permitir-nos compreender outros aspectos importantes, os quais elucidaremos nas seções seguintes, durante as análises acerca dos instrumentos de coleta.

Quanto à abordagem, classificamos a pesquisa como um estudo de caso, uma vez que ele é considerado um “método de olhar a realidade social” (GOODE E HATT, 1968, p. 421) que nos propicia compreender de forma mais completa as diversas questões que estão implicadas nos processos de ensino e aprendizagem, as quais, colaboram para o baixo rendimento acadêmico de muitos dos alunos que compõem esse grupo.

Ainda sobre a conceituação da metodologia de estudo de caso, verificamos que ele é:

[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes. [...] A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados. (YIN, 2015, p.17 - 18)

Como técnica de coleta de dados, utilizamos a pesquisa documental que segundo Gil (2010, p. 51), “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.”

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2010, p. 51)

O acompanhamento escolar dos alunos inscritos no PBF no âmbito do *Campus Pelotas* do IFSul foi realizado por meio de consulta dos dados no Sistema Q-Acadêmico, buscando inicialmente extrair informações relevantes por meio de sondagem às fichas de matrícula e boletins escolares semestrais, até o semestre 2016-1, nos permitindo, assim, traçar um perfil da vida acadêmica dos alunos, desde sua entrada na Instituição.

Os instrumentos de coleta de dados elaborados no *Google Drive*, um para os alunos e outro para os docentes das áreas de ¹⁸matemática, física e química, nos forneceram informações relevantes sobre a visão e o sentimento dos alunos e dos professores com relação a diversos aspectos inerentes a pesquisa.

No documento dirigido aos alunos, foram abordados questionamentos relativos ao PBF, além de questões relacionadas ao *Campus*, visando analisar sob sua ótica, o espaço acadêmico, o sentimento em relação à escola, às disciplinas e aos professores, além de contemplar sugestões dos próprios estudantes no sentido de contribuir para a melhoria dos processos educacionais dentro da Instituição.

No documento proposto aos docentes, buscamos investigar seu tempo de atuação em sala de aula e quais os níveis ou séries com os quais trabalham, além de investigar, sob sua ótica, quais os fatores que contribuem para os altos índices de reprovação nessas disciplinas das ciências exatas, e quais suas sugestões para melhoria, ou seja, redução desses percentuais.

4.1. Sobre a pesquisa

Como mencionamos anteriormente, nossa pesquisa foi realizada em três etapas: primeiramente, utilizando a listagem dos alunos beneficiários retirada diretamente do Sistema Presença, realizamos uma busca no sistema Q-Acadêmico da Instituição a fim de traçar um perfil acadêmico dos alunos pesquisados. A seguir, de posse dos dados extraídos do sistema, montamos um instrumento, para coleta de dados, a ser aplicado aos alunos beneficiários, contendo questionamentos abertos e fechados, utilizando a ferramenta virtual ¹⁹*Google Drive*, cujo sistema de armazenamento *online* nos permitiu realizar um levantamento significativo acerca das percepções destes alunos sobre o PBF, o *Campus* Pelotas, os benefícios ali ofertados, o relacionamento com os professores, além de outros aspectos ligados a relação desses sujeitos com o espaço acadêmico. A terceira etapa, foi a aplicação de um instrumento de coleta de dados, dirigido aos docentes das disciplinas de matemática, física e química.

¹⁸ As áreas de conhecimento mencionadas apresentam, de acordo com a pesquisa realizada, os maiores índices de reprovação entre as disciplinas da formação geral (Vide os gráficos 5 e 6).

¹⁹ *Google Drive* é um serviço de disco virtual disponibilizado pela Multinacional Google, que oferece armazenamento de arquivos e formulários *online*, de forma gratuita aos seus usuários. Fonte: Tutorial de utilização do *Google Drive*. Disponível em: https://www.google.com/intl/pt-BR_ALL/drive/using-drive/. Acesso em 02 de mai. 2017.

Para uma melhor organização da análise, optamos por separá-la em três momentos: inicialmente foram analisados os dados extraídos do Sistema Q-Acadêmico e, em seguida, os dados colhidos via instrumento de coleta, primeiro dos alunos, e em seguida, dos professores.

A pesquisa no Sistema Q-Acadêmico possibilitou traçar um perfil estudantil dos investigados. Utilizando a ferramenta de consulta de dados, imprimimos os relatórios obtidos, incluindo o boletim individual, por semestre, desde o ingresso na Instituição, até o semestre letivo 2016-1. Com base nas informações coletadas, oriundas destes relatórios, organizamos uma listagem completa contendo dados como idade, sexo, nota de ingresso no processo seletivo (por disciplina e geral), tipo de ingresso (por cotas ou acesso universal), situação da matrícula atual, bem como, as disciplinas de maior reprovação, tanto na área da formação geral quanto na área técnica. (vide apêndice 2)

Para uma primeira organização dos dados, classificamos os alunos, evidenciados dentro do Q-Acadêmico, por categorias: Aprovados; Aprovados com dependência e Reprovados. Consideramos aprovados os alunos que passaram sem retenção em nenhuma disciplina durante todo o percurso acadêmico. Os aprovados com dependência, aqueles que passaram para o semestre seguinte, porém cursando disciplinas de semestres anteriores. Os reprovados, consideramos aqueles alunos que reprovaram por falta ou por nota em um semestre ou mais. Cabe salientar que essa organização foi feita separadamente, com relatórios para os alunos de frequência 75% e para os de 85%. Lembrando que para a frequência de 75%, a faixa etária dos alunos é de até 15 anos, enquanto que para a frequência de 85%, a faixa de idade sobe para até 17 anos.

Destacamos que a técnica escolhida para apreciação dos dados, tanto os oriundos do Q-Acadêmico quanto os advindos do instrumento de coleta, foi a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2011), consiste em “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos [...] marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto [...]” (2011, p. 37).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que nos permitem agir com dedução e inferência, e sobre esse processo inferencial, Bardin explica que se dá “[...] a partir de índices ou indicadores [e] não é raro na prática científica.” (2011, p. 47).

Para os documentos extraídos do sistema Q-Acadêmico, nos utilizamos de técnicas documentais dentro da análise de conteúdo. A análise documental é “[...] uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar [...] a sua consulta e referência” (BARDIN, 2011, p. 51).

Dessa forma, analisamos os documentos extraídos, com a intenção de verificar como vinha se dando o percurso formativo dos alunos beneficiários do PBF na Instituição, e durante nossas análises, sentimos a necessidade de classificar novamente esses estudantes, como descrevemos nos parágrafos a seguir, agora em outros três grupos, dois deles, distintos dos anteriores.

Fizemos uma análise categorial, isso é, classificamos e separamos os elementos de análise por categorias. Segundo Bardin (2011, p. 43), essa “[...] técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir alguma ordem na confusão inicial”.

As categorias emergentes foram: Aprovados, seguem sendo os alunos que passaram sem retenção em nenhuma disciplina durante todo o percurso acadêmico. Reprovados, mas apresentam progresso acadêmico, ou seja, alunos que embora tenham reprovado um semestre ou ficado em dependência em algumas disciplinas, seguem avançando durante o seu percurso formativo. Reprovados e que apresentam fracasso escolar médio ou grave. Consideramos para essa última categoria os casos de reprovações sucessivas e retenções/dependência em diversas disciplinas, inviabilizando o progresso acadêmico e levando inclusive a casos de evasão, cancelamento ou trancamento de matrícula.

Com os dados coletados, construímos diversos gráficos que buscam caracterizar o grupo e retratar a situação acadêmica desses alunos. A primeira questão que pontuamos é a do ingresso por cotas, que se encontra subdividido entre L1, L2, L3 e L4, de acordo com a exigência legal sancionada pela ²⁰Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Para uma melhor interpretação das imagens, recorremos a um dos editais do Departamento de Seleção (DES) da Reitoria do IFSul. Escolhemos o edital de nº 109/2016, por ter sido publicado no segundo semestre de 2016, estando

²⁰ A Lei nº 12.711/2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 03 de mai. 2017.

assim com suas informações bastante atualizadas. O edital caracteriza os grupos para reserva de vagas de acordo com a seguinte legenda:

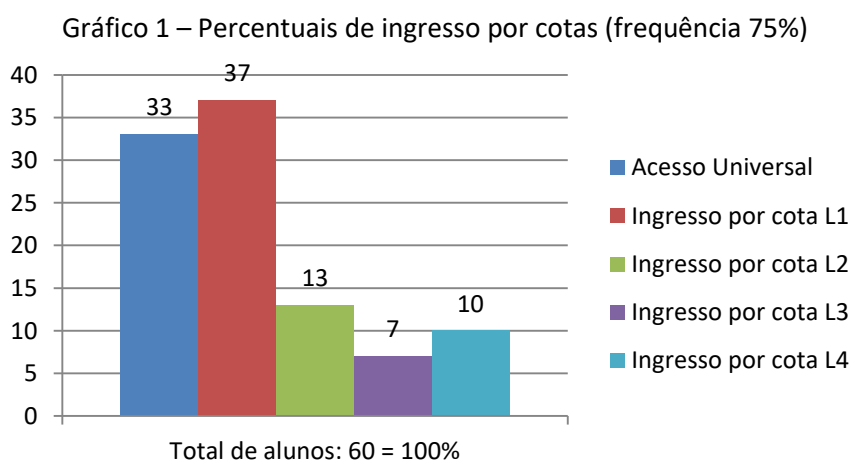
L1 - Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

L2 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

L3 - Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

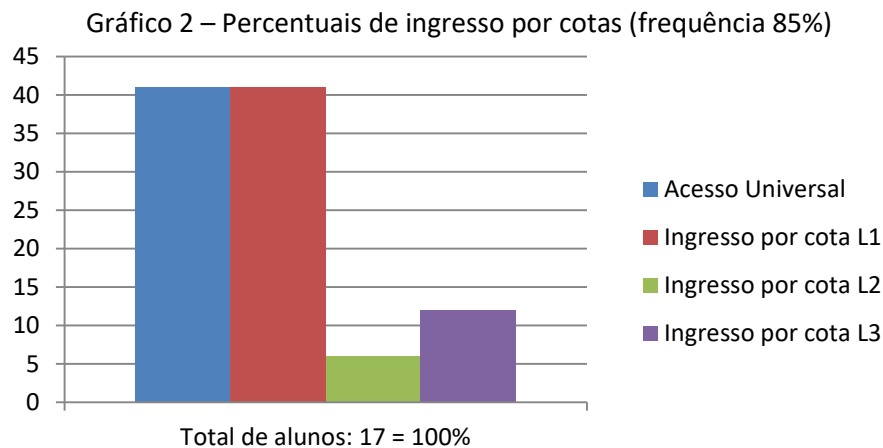
L4 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). (DES/IFsul, 2016, p. 2)

O gráfico 1, a seguir, representa os percentuais de ingresso por cotas dentro do universo de alunos com frequência de 75%. Ao visualizar a imagem percebemos que 37% das vagas foram ocupadas por candidatos L1, com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário. A seguir, 33% das vagas foram ocupadas pelos candidatos que optaram pela modalidade de Acesso Universal, a qual independe de cotas. E o restante subdividiu-se em 13% para L2 – alunos por cotas raciais e de renda; 10% para L4 – cotas raciais e de escola pública e 7% para L3 – cotas de alunos oriundos integralmente de escolas públicas. Inferimos que, excetuando-se os alunos ingressantes por Acesso Universal, os quais totalizam 33%, a grande maioria dos alunos dentro do universo pesquisado, que corresponde a 67%, teve acesso ao *Campus* por meio de algum tipo de cota, seja esta de renda, racial, ou de aluno oriundo de escola pública.



Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico 2, por sua vez, apresenta o ingresso por cotas dentre os alunos com frequência de 85%, neste universo, aponta percentuais iguais para candidatos L1 – com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário e Acesso Universal, isto é, 41% para cada grupo. Os demais percentuais subdividiram-se em 12% para L3 – cotas de alunos oriundos integralmente de escolas públicas e 6% para L2 – alunos por cotas raciais e de renda. Percebe-se novamente, como no gráfico anterior, que somados os percentuais L1, L2 e L3, o maior ingresso se deu para alunos cotistas, 59%.

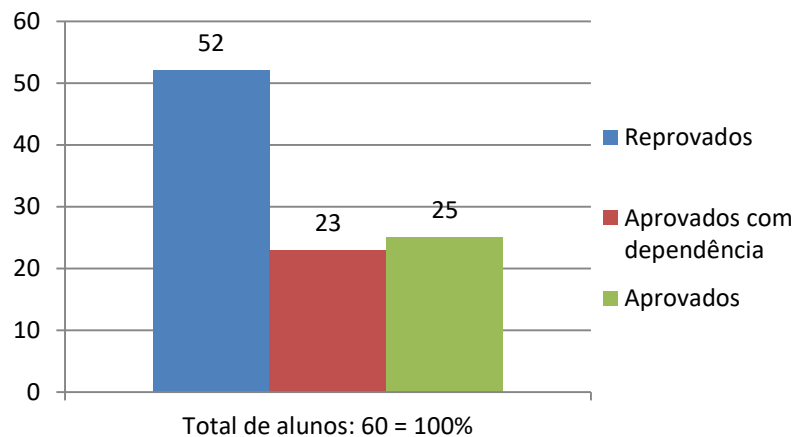


Fonte: elaborado pela autora.

Com base no gráfico apresentado anteriormente, percebemos que exceto os alunos ingressantes por Acesso Universal, um percentual elevado, dentro do universo pesquisado ingressou no *Campus* por meio de algum tipo de cota, seja esta de renda, racial, ou de aluno oriundo de escola pública, ou seja, esse percentual nos indica que a grande maioria dos alunos pertence a grupos minoritários, alvos das políticas públicas governamentais.

A próxima questão analisada foi sobre os percentuais de reprovação, que serão retratados por meio de dois gráficos: novamente, um para alunos com percentual de frequência 75% (gráfico 3) e outro para os alunos cujo percentual é 85% (gráfico 4).

Gráfico 3 – Percentuais de desempenho acadêmico (frequência 75%)

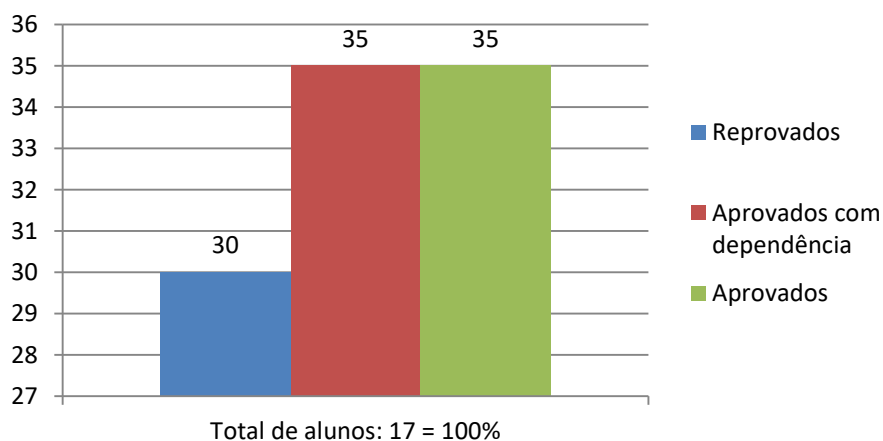


Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico retrata o desempenho acadêmico dentro do grupo de alunos com frequência de 75%. Percebemos a seguinte situação: alunos reprovados uma ou mais vezes correspondem a 52%; aprovados, a 25%, enquanto aprovados com dependência em pelo menos uma disciplina, 23%. Se somarmos o percentual de alunos reprovados, com o percentual de alunos que aprovaram, porém levando disciplinas em dependência para o semestre seguinte, teremos um índice de 75%.

O gráfico 4, a seguir, se refere ao desempenho acadêmico dentro do grupo de alunos com frequência de 85%. Apresenta os seguintes percentuais: alunos aprovados e alunos aprovados com dependência correspondem, ambos, a 35%, enquanto que o percentual de alunos reprovados uma ou mais vezes totaliza 30%. Como fizemos no item anterior, se somarmos o percentual de reprovados, com o percentual daqueles que aprovaram, porém levando disciplinas em dependência para o semestre seguinte, obteremos um índice de 65%.

Gráfico 4 – Percentuais de desempenho acadêmico (frequência 85%)

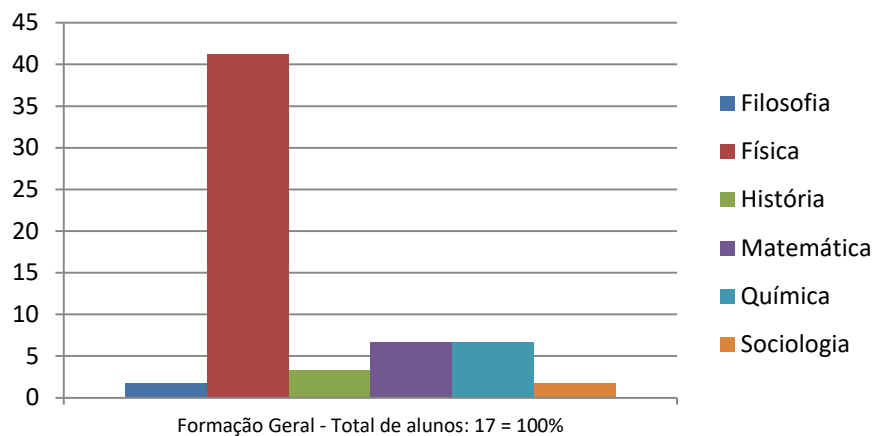


Fonte: elaborado pela autora.

Se levarmos em conta esses índices, resultantes da soma dos percentuais, os quais implicam em 65% e 75%, entendemos que são dados no mínimo, preocupantes, pois indicam percentagens maiores de baixo rendimento acadêmico e/ou dificuldades, do que os percentuais de aprovação dentro do grupo pesquisado.

Diante destes dados buscamos identificar as áreas de conhecimento que tem contribuído para este elevado índice. O gráfico 5, a seguir, assinala as especialidades de maior reprovação dentro do universo da formação geral, para os alunos de frequência 75%. Em nossas análises nos deteremos nas primeiras três áreas de maior reprovação: física (41,17%), matemática e química, ambas com 6,66%

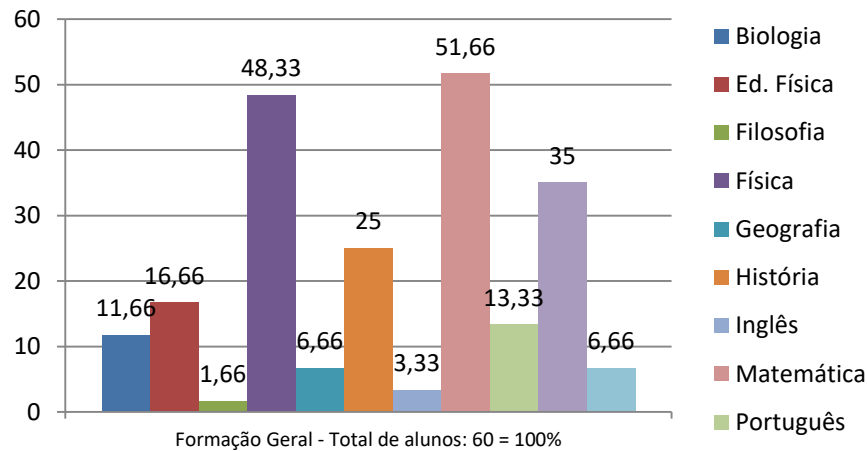
Gráfico 5 – Disciplinas de maior reprovação – Formação geral (frequência 75%)



Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico 6, igualmente, demonstra as disciplinas de maior reprovação dentro do universo da formação geral, porém para os alunos de frequência 85%. As áreas de maior reprovação se concentram novamente em matemática, física e química, apresentando apenas diferenças percentuais da seguinte forma: matemática (51,66%), física (48,33%) e química (35%).

Gráfico 6 – Disciplinas de maior reprovação – Formação geral (frequência 85%)



Fonte: elaborado pela autora.

Ao buscarmos dados para subsidiar as análises, nos deparamos com os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que, segundo o site do ²¹INEP, consiste em uma avaliação internacional, realizada a cada três anos entre os países participantes, coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destinada a medir o nível educacional dos jovens de 15 anos por meio de provas de leitura, matemática e ciências.

Os dados fornecidos pelo relatório da OCDE evidenciam que o Brasil teve uma redução nos índices de desempenho nas três áreas de conhecimento: Leitura, Matemática e Ciências. Por ser do nosso foco a análise dos índices de reprovação no eixo das ciências exatas, nos deteremos nas informações do documento acerca dos resultados em Matemática, área na qual o Brasil apresentou uma redução significativa, com queda no resultado geral de 391 em 2012, para 377 em 2015.

De acordo com o relatório, no Brasil:

²²[...] 70% of students fail to achieve this most basic level of proficiency in mathematics. No OECD country has such a large proportion of low performers in mathematics, and only three other Latin American countries come close or surpass Brazil's staggering percentages of low performers: Colombia and Peru (both near 66%) and the Dominican Republic, where more than 90% of

²¹ Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/o-que-e-o-pisa/21206. Acesso em 08 de mai. 2017.

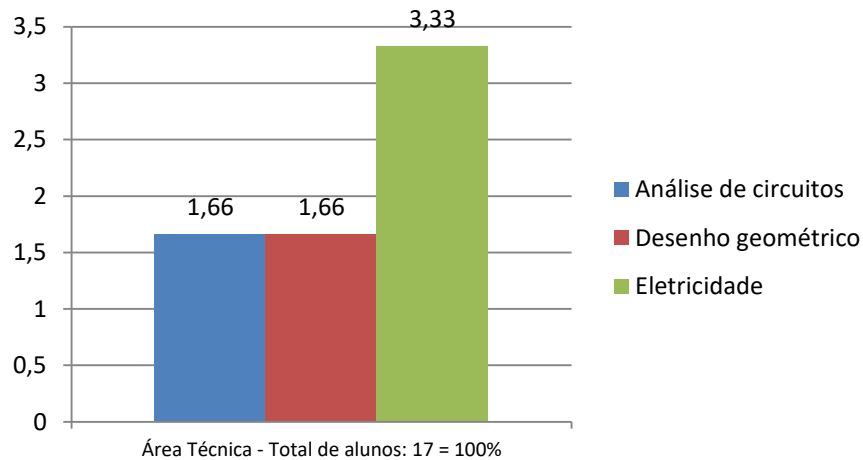
²² No Brasil 70% dos alunos não alcançam o nível mais básico de proficiência em matemática. Nenhum dos países da OCDE apresenta uma proporção tão baixa em Matemática, e apenas três outros países latino-americanos aproximam-se ou superam os percentuais de baixo desempenho: Colômbia e Peru (aproximadamente 66%) e República Dominicana, onde mais de 90% dos alunos não atingem o nível básico de Proficiência em matemática. (Tradução do autor)

students fail to reach the baseline level of proficiency in mathematics. (OCDE, 2015, p.4)

Os dados acima mencionados indicam que a maioria dos alunos ingressantes no Ensino médio, no Brasil, possui conhecimentos matemáticos abaixo da média esperada. Inferimos, portanto, que o baixo desempenho nas disciplinas das ciências exatas dentro do grupo de alunos pesquisado, possui relação direta com essa variável indicada pelo relatório da OCDE.

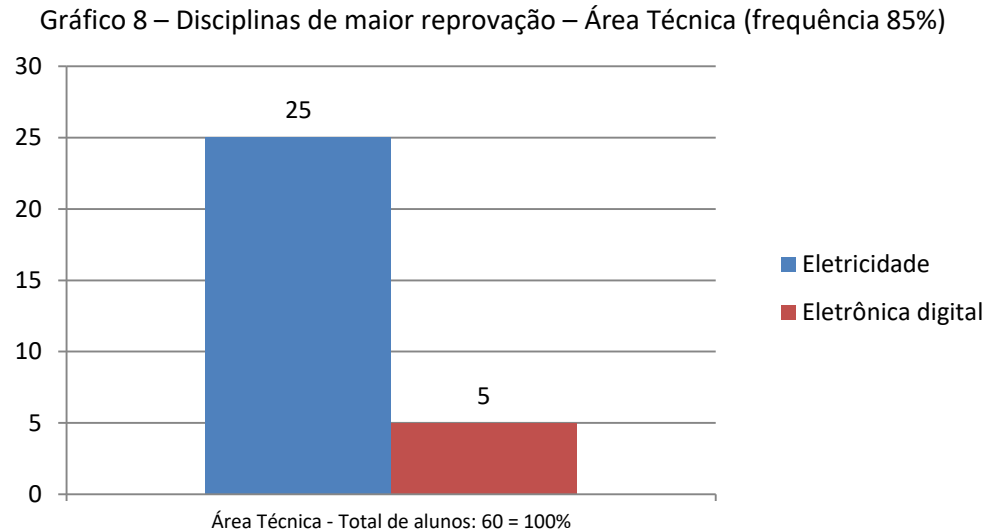
Quanto às disciplinas técnicas, fizemos dois gráficos, de igual forma, um para os alunos de frequência 75% e outro para os de frequência 85%. Novamente, percebemos, ao observar os gráficos a seguir, que as especialidades que envolvem a área das ciências exatas, continuam sendo as de maior dificuldade entre os alunos. O gráfico 7 demonstra o percentual de disciplinas de maior reprovação entre as técnicas, para frequência 75%, estando em primeiro lugar a de Eletricidade (3,33%) seguida de Análise de Circuitos e Desenho Geométrico.

Gráfico 7 – Disciplinas de maior reprovação – Área Técnica (frequência 75%)



Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico 8, a seguir, elaborado a partir dos dados dos alunos com frequência 85%, aponta como áreas de maior reprovação entre as técnicas a Eletricidade, com 25% e a Eletrônica Digital, com 5,01%.



Fonte: elaborado pela autora.

Diante dos gráficos analisados, verificamos que as disciplinas que detêm o maior índice de reprovação, tanto na formação geral, quanto na área técnica, se concentram nas ciências exatas, as quais envolvem diferentes tipos de cálculos e raciocínio lógico, exigindo assim, do estudante, uma sólida base de fundamentos para a construção de seus conhecimentos.

Após esse primeiro momento, com os alunos beneficiários mapeados e tendo identificado, via sistema, possíveis dificuldades existentes com relação ao desempenho individual, procedemos a análise dos dados iniciais. Feito isso, elaboramos um instrumento de coleta de dados que nos possibilitou, através da interação com os beneficiários, verificar outras variáveis.

4.2. Os beneficiários e suas impressões: sistema Q-acadêmico x instrumento de coleta

Como mencionamos anteriormente, para o segundo momento dessa pesquisa elaboramos um instrumento virtual de coleta de dados, com o intuito de reunirmos um maior número de informações sobre o grupo pesquisado, além daquelas já disponíveis no sistema acadêmico do *Campus*. Nossa intenção principal com a construção dessa ferramenta foi possibilitar uma interação maior junto aos alunos, e assim, sob sua ótica, buscar compreender algumas das questões que estivessem ligadas diretamente às suas trajetórias acadêmicas, para assim:

[...] entender a história sob o 'olhar' de quem a vive [...] das pessoas que sofrem as ações das políticas implementadas na área da educação: os alunos. Trata-se, de certa forma, de uma 'reconstrução' da história pelos

sujeitos. Nessa reconstrução, tentamos dar nitidez às figuras sem contorno definido, às imagens disformes ou aos dizeres sem sentido aparente. Numa relação de intersecção de diferentes campos do saber [...] (KASSAR, 2003, p. 417)

Com esse intuito, incluímos nessa ferramenta questionamentos acerca da visão desses estudantes sobre o PBF, o *Campus Pelotas*, os professores, os ²³benefícios fornecidos pelo PNAES, as disciplinas de maior dificuldade, além de incluir espaços para registro de opiniões e sentimentos pessoais, bem como sugestões de melhoria para o *Campus*.

Optamos por utilizar ferramentas digitais, disponíveis *online*, a fim de promover esse contato, uma vez que entendemos os meios virtuais como grandes facilitadores da comunicação e alcance de um maior número de pessoas. Cadastramos o instrumento no *Google Drive* e em seguida, com o link disponível, encaminhamos para os alunos via *e-mail* e via *Facebook*. Para contatá-los via *Facebook*, utilizamos a página da Coordenadoria de Assistência Estudantil, pois a maioria dos alunos constantes em nossos registros estavam cadastrados também na página da COAE na rede social. Cabe registrar que essa ação teve o aceite da Coordenação do setor. Encaminhamos assim, o convite para os alunos, e explicamos os objetivos e o porquê de suas contribuições serem tão importantes.

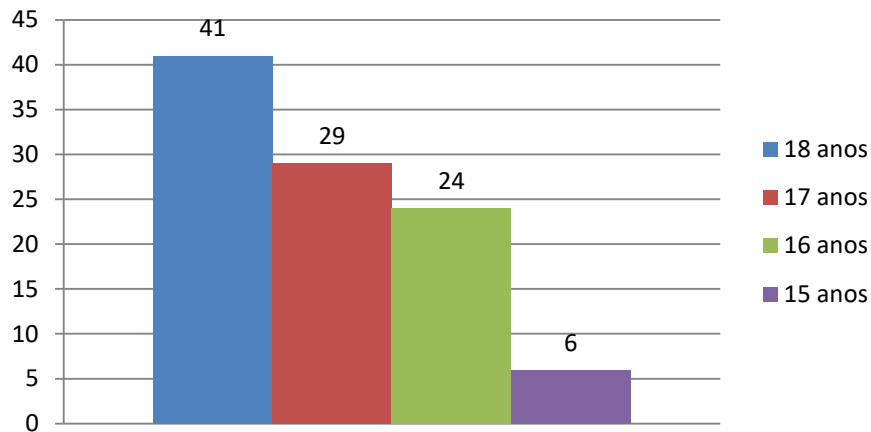
O link do questionário ficou disponível durante um mês, e após esse período fizemos o fechamento das informações, contabilizando o retorno de apenas 17 dos 77 alunos que compunham o grupo, o que resulta em uma taxa de retorno de 22%. Apesar de termos tido uma taxa de retorno menor do que a esperada, os alunos participantes mostraram-se muito receptivos e dispostos a contribuir, o que resultou em alguns posicionamentos autênticos e bastante interessantes, como veremos durante as análises a seguir.

Cabe destacar que, devido ao fato de termos uma quantidade maior de informações para organizar, optamos por não separar, nesse segundo momento da pesquisa, os alunos por condicionalidade de frequência como foi feito para os dados extraídos via sistema acadêmico, portanto, falaremos em um grupo único.

²³ A Coordenadoria de Assistência Estudantil do Campus Pelotas oferece, através do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, benefícios aos alunos que comprovem essa necessidade, mediante edital específico para avaliação socioeconômica. São eles: Almoço e/ou janta no refeitório da Instituição, transporte urbano, transporte intermunicipal e moradia.

Iniciamos o questionário solicitando que o aluno deixasse registrada a sua idade, a fim de obtermos um percentual da faixa etária dos participantes, a qual organizamos, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

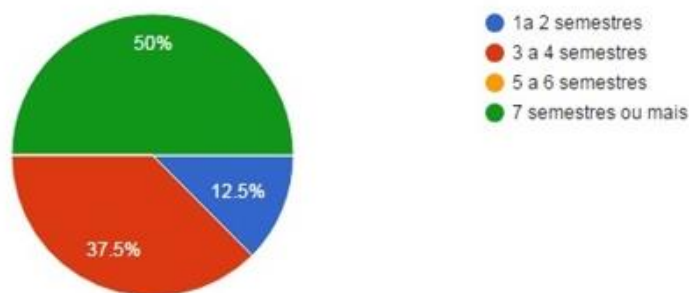
Gráfico 9 – Faixa etária dos alunos pesquisados (17 alunos= 100%)



Fonte: elaborado pela autora.

O primeiro questionamento proposto foi acerca do tempo de permanência no PBF: “Há quanto tempo você é beneficiário do Programa Bolsa Família?”. Como o próprio sistema *Google Drive* faz uma espécie de fechamento das informações, disponibilizando quadros com os percentuais e quantitativos, e então utilizamos os próprios gráficos gerados pelo sistema, conforme disponibilizamos abaixo:

Imagem 1 – Tempo de permanência no PBF



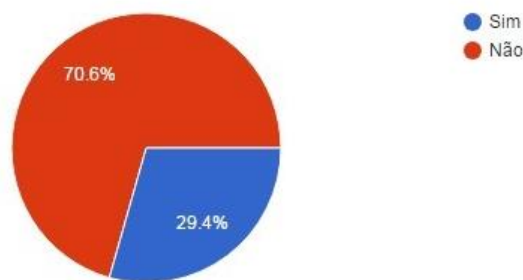
Fonte: elaborado pela ferramenta *Google Drive*.

Ao analisarmos a imagem acima, percebemos que a maior parte dos alunos, 50%, é integrante do PBF há mais de sete semestres, o que corresponde a três anos e meio aproximadamente. Um percentual de 37,5% dos alunos integra o programa há três ou quatro semestres, e 12,5% fazem parte há um ou dois semestres. Se somarmos os dois maiores índices de participação, obtemos um total de 87,5%, portanto, deduzimos que o grupo vem cumprindo as condicionalidades para

permanência no programa, uma vez que a grande maioria dos alunos é integrante há pelo menos dois anos.

O questionamento 2 diz respeito à obrigatoriedade de frequência escolar aos participantes do PBF: “Você acha que a obrigatoriedade de frequência escolar do PBF contribui para o seu rendimento acadêmico, ou seja, influencia de alguma maneira as suas notas e o seu processo de aprendizagem?”. O gráfico gerado via sistema refletiu a seguinte situação:

Imagem 2 – Condicionalidade de frequência sob a ótica do estudante



Fonte: elaborado pela ferramenta *Google Drive*.

Quando questionados sobre a influência ou não da condicionalidade de frequência do PBF sobre suas trajetórias acadêmicas, percebemos que a grande parte dos alunos, 70,6%, acredita que ela não exerce nenhuma influência para seu rendimento acadêmico. Em contrapartida, 29,4% acredita que sim, esse fator influencia o seu processo de aprendizagem.

Dentre os 29,4% que responderam acreditar que a frequência influencia em seu processo de aprendizagem e em suas notas, apenas quatro explicaram o porquê:

B.N, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química, destaca que:

“Influencia, pois através desse dinheiro que minha mãe recebe, ela me ajuda muitas vezes, com dinheiro para trabalhos, roupas para escola, entre outras coisas!”.

J.N, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Edificações, ressalta a importância da presença em aula, uma vez que:

“Na sala de aula podemos tirar qualquer dúvida”.

J.T, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrônica também observa que:

“A frequência em aulas são (sic) importantes para o aprendizado”.

K.B, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica, destaca que a frequência influencia:

“[...] pois aluno que não tem uma frequência boa, não assiste aula e consequentemente não tem boas notas”.

Diante dos dados retratados por meio da imagem 2, e das colocações feitas pelos alunos, é possível pensar em algumas proposições teóricas que nos auxiliem a compreender as duas posições: tanto daqueles 70,6% que acreditam que a condicionante de frequência não influencia no rendimento acadêmico, quanto daqueles 29,4% que dizem incidir sobre seus resultados educacionais.

Quando recorremos aos conceitos de motivação e mobilização, propostos por Charlot (2005, p. 19) compreendemos que são conceitos que diferem um do outro, embora em um primeiro olhar pareçam bastante similares. Segundo o autor, a grande questão não é a motivação, uma vez que ela é um fator externo, e sim a mobilização, que seria um fluxo interno do aluno, ligado diretamente a questão do desejo e à ideia de sentido.

Relacionando os conceitos de motivação e mobilização à questão da obrigatoriedade de frequência para permanência no PBF, por exemplo, entendemos que essa condicionante seria um tipo de motivação para a permanência do aluno no espaço escolar, mas como é um fator externo, acaba muitas vezes, não produzindo qualquer impacto diante dos resultados educacionais, e talvez por isso, a grande parte dos alunos acredita que ela não influencie em seu processo de aprendizagem.

Todavia, percebemos que há um percentual menor, de 29,4%, que acredita que a condicionante de frequência influencia em seu desempenho acadêmico. Contudo, percebemos pelas falas desses alunos que eles não se referem à frequência enquanto mera condição imposta pelo PBF, o que seria um motivador externo, mas sim, como um meio que possibilita a aprendizagem e a construção de conhecimentos.

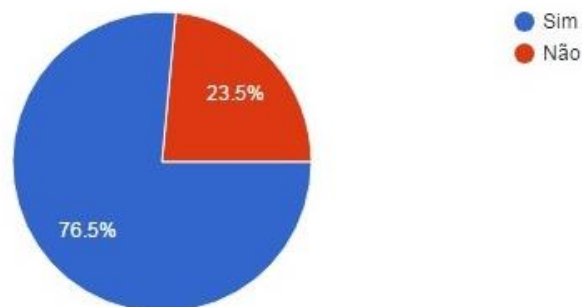
Inferimos que há um processo de mobilização interna por parte desses estudantes, que vai além da simples exigência do programa, pois compreendem que a presença em sala de aula viabiliza sua interação com os professores e colegas, e possibilita a aquisição de habilidades e competências, o que incide diretamente sobre seus resultados acadêmicos.

O questionamento 3 teve relação com os benefícios fornecidos pela COAE. Antes de passarmos a análise da questão propriamente dita, faremos uma exposição, mais detalhada, desses benefícios.

Desde 2010 o IFSul vem implementando uma Política de A.E, baseada no Decreto 7.234/2010, que regulamenta e dispõe sobre o ²⁴PNAES, programa que financia as ações de assistência ao estudante no âmbito da Instituição. Por meio desse programa são ofertados aos alunos benefícios de transporte intermunicipal ou urbano, bolsa de auxílio para moradia, almoço e/ou janta no refeitório do *Campus*, e esporadicamente, quando há sobra de recursos ao final do exercício financeiro, é realizado um pagamento de bolsa-auxílio para a aquisição de material escolar. Os benefícios são ofertados com o intuito de contribuir para o “[...] acesso, permanência e êxito [dos] estudantes em situação de vulnerabilidade social [para] a melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.” (IFSul, 2015, p. 7).

Como mencionamos, no item 3, questionamos os estudantes sobre o recebimento ou não dos benefícios: “Você recebe algum dos benefícios da Assistência Estudantil do IFSul (COAE)?”. Os resultados subdividiram-se conforme demonstra a imagem abaixo:

Imagem 3 – Visão do estudante sobre os benefícios da A.E

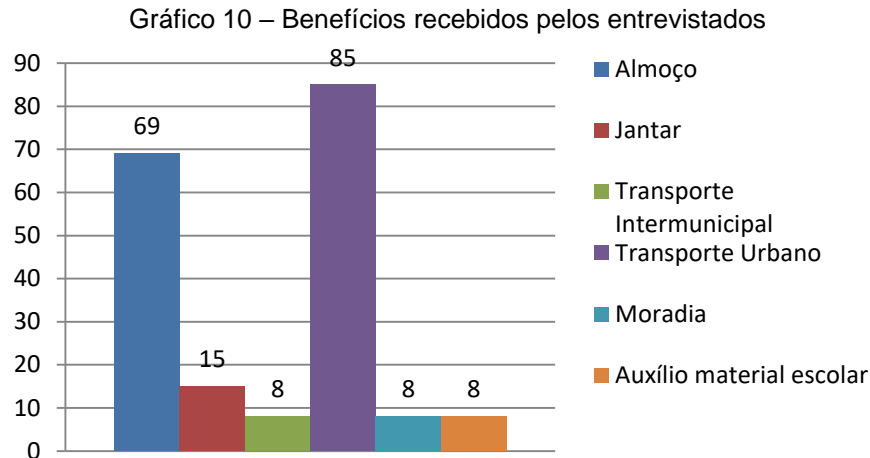


Fonte: elaborado pela ferramenta *Google Drive*.

A grande maioria dos entrevistados, 76,5%, além de ser beneficiário do PBF, estava inscrito também nos auxílios fornecidos pela A.E. Um percentual de 23,5% declarou não receber qualquer benefício.

A seguir, o questionamento 4, pedia que os estudantes especificassem os auxílios que recebiam. Elaboramos um gráfico, com base nas respostas, o qual segue abaixo:

²⁴ Programa Nacional de Assistência Estudantil.



Fonte: elaborado pela autora.

Percebemos, então, que a grande maioria dos alunos está inscrita para os benefícios de transporte urbano e almoço, respectivamente 85% e 69%. O restante subdividiu-se entre jantar, 15%, transporte intermunicipal, 8%, moradia, 8%, e auxílio material escolar, 8%. Lembrando que cada aluno pode receber mais de um benefício, de acordo com o grau de vulnerabilidade identificado durante a avaliação socioeconômica.

A questão 4, a seguir, retrata a visão dos alunos sobre a contribuição dos benefícios para sua permanência na escola: “Os auxílios que recebe contribuem para sua permanência no espaço escolar?”. O gráfico abaixo retrata a visão dos estudantes:

Imagem 4 – Contribuição dos auxílios para a permanência do estudante beneficiário



Fonte: elaborado pela ferramenta *Google Drive*.

Quando questionados sobre a influência dos benefícios para sua permanência, a grande parte dos alunos, 93,3%, declara que contribuem diretamente. Percebemos que a resposta foi bem diferente da que evidenciamos quando da contribuição da condicionalidade de frequência do PBF (vide imagem 2), em que boa parte dos alunos declarou não influenciar.

Quando questionados sobre o porquê, obtivemos 13 respostas abertas, conforme relatamos abaixo:

F.A, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Edificações explica que os benefícios facilitam sua rotina:

“Porque não preciso retornar até a minha casa, fica muito acessível com os benefícios.”

Já, W.L, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrônica se limita a dizer apenas que:

“Sim, porque eles ajudam.”

J.M, 15 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica ressalta a importância dos auxílios:

“Minha família não teria condições de pagar transporte urbano diário para mim (sic) ir ao instituto.”

B.N, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química, de mesma forma explica que:

“[...] sem esses benefícios eu não conseguiria me manter na escola, meus pais não tem dinheiro suficiente para pagar todos os gastos!”

C.S, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Comunicação Visual esclarece que os auxílios possibilitam seu deslocamento diário:

“[...] permite que eu me locomova até a escola, caso contrário não teria condições de arcar com as despesas do transporte.”

De mesma forma, T.B, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química:

“Pois sem o auxílio que recebo (transporte urbano) seria difícil me locomover até o Instituto, pois nem sempre teria o dinheiro necessário para o ônibus.”

K.B, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica destaca a relevância dos auxílios:

“[...] com essa ajuda que recebo posso frequentar todas as aulas.”

N.A, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica, também ressalta a notabilidade do recebimento dos benefícios:

“As passagens principalmente, porque é um valor que eu posso gastar depois com algo pro if msm (sic), por exemplo em alimentação a tarde.”

J.T, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrônica esclarece que os benefícios que recebe (moradia e alimentação) facilitam sua rotina diária de estudo e trabalho:

“O local onde resido com a minha família fica muito distante do Instituto, pois o acesso moradia e o acesso à alimentação contribuem para a minha sobrevivência dentro do instituto. Faço estágio na parte da manhã e logo no meio dia posso me dirigir direto para o refeitório, não necessitando me locomover até um restaurante que são super caros e distantes do IFSul. Tendo o refeitório no IFSul sobra tempo para um breve estudo antes de começar a aula na parte da tarde. E falando um pouco da moradia, ela contribui para proximidade ao [Campus], pois resido muito longe!”

J.N, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Edificações é mais um dos estudantes que recebe o transporte urbano, e explica que sem o benefício seria inviável o deslocamento até o *Campus*:

“[...] eu não teria condições de custear a minha locomoção.”

J.C, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química explica que os benefícios contribuem muito. Deixa transparecer inclusive certa tranquilidade quanto à gratuidade dos benefícios:

“[...] meus pais não recebem muito dinheiro, então o auxílio do transporte ajuda muito e o do almoço também, porque com o almoço eu posso ir pro IFSul de manhã estudar e não me preocupar [...] pois ele é grátis (sic).”

V.T, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química, explica que ainda não recebe os benefícios, mas pretende solicitar o mais breve possível, uma vez que identifica a contribuição desses auxílios para a permanência do estudante:

“Pretendo solicitar o benefício de transporte urbano quando estiver disponível no próximo edital. Acredito que podem sim contribuir para a permanência no espaço escolar, visto que custeiam o transporte necessário para deslocamento até o Campus.”

Em contrapartida, J.F, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrônica, que também não recebe os auxílios, explica que para ele esses benefícios não interferem:

“Não influencia. Não recebo.”

Ao analisarmos as respostas, percebemos que a grande maioria dos alunos considera os auxílios que recebe como facilitadores da sua permanência dentro do espaço escolar. Como mencionamos anteriormente, não verificamos a mesma correlação com a transferência de renda oriunda do PBF. Inferimos que isso talvez se deva ao fato de que os benefícios da A.E são recebidos e utilizados unicamente pelo

aluno, pois ele é o receptor, o que já não ocorre no caso do PBF, uma vez que quem recebe o benefício é a família, e geralmente a ²⁵titularidade fica em nome da mãe. O aluno sabe que sua família recebe determinado valor mensal, e que esse valor auxilia de alguma forma, mas não verifica diretamente a influência dessa variável sobre seu rendimento acadêmico.

O questionamento 6 indagava aos estudantes se já haviam sofrido algum tipo de discriminação no espaço escolar por serem participantes de programas sociais: “Em algum momento da sua trajetória acadêmica você já se sentiu vítima de algum tipo de [...] preconceito por ser beneficiário do PBF ou por utilizar algum dos benefícios da COAE?”

Dispensamos, neste item, o gráfico gerado pelo sistema, pois o total de alunos, isto é, 100%, relatou nunca ter sido vítima de qualquer tipo de preconceito ligado às questões socioeconômicas no espaço escolar. Esse percentual é bastante positivo, principalmente se levarmos em conta que o ambiente escolar, assim como a sociedade em geral, é permeado por diversas desigualdades. Um quantitativo de 100% dos alunos relatando nunca ter sofrido preconceitos socioeconômicos nesse espaço nos reflete o que Charlot (2005, p. 38) exemplifica quando menciona que “[...] a escola pode reduzir a desigualdade social [...] trabalhando no sentido de transformar a relação com a linguagem, com a cultura e com o saber.”

A questão 7 teve relação com a motivação dos alunos em estudarem no *Campus Pelotas*: “Por que você resolveu estudar no IFSul?”. Os alunos responderam de acordo com a imagem abaixo:



Fonte: elaborado pela ferramenta *Google Drive*.

²⁵ De acordo com pesquisa realizada pelo MDS, 93% dos titulares do PBF são mulheres. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cerca-de-93-dos-titulares-do-programa-bolsa-familia-sao-mulheres>. Acesso em 15 de mai. 2017.

Um percentual de 52,9% declara ter procurado o IFSul por conta da estrutura física disponibilizada pela escola, uma vez que dispõe de diversas salas, laboratórios, quadras, ginásio poliesportivo, biblioteca, entre outros espaços destinados ao aluno. Por sua vez, 35,3% explicam que o motivo principal de terem procurado o IFSul é porque seu ingresso no *Campus* facilitaria o seu acesso ao mercado de trabalho, e por fim, 11,8% declaram ter procurado a escola por outros motivos.

Questionados sobre quais seriam estes motivos, obtivemos 3 respostas abertas, as quais seguem abaixo:

B.N, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química explica que sua escolha está diretamente ligada às suas perspectivas de futuro:

“[...] é o lugar que vai fazer o meu futuro, não vejo outra escola hoje que seja tão boa quanto o IFSul!”

J.C, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química elucida que sua escolha está relacionada ao desejo de uma formação consistente, que propicie boas notas para ingresso na Universidade:

“[...] eu não tinha condições de fazer uma escola particular, então eu decidi fazer o IFSul pelo fato de ser um colégio bom e que melhorasse os meus estudos, para que eu pudesse (sic) ter uma boa formação e para eu entrar na faculdade com uma ótima nota.”

A.F, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Comunicação Visual, relaciona sua escolha a questões pessoais e familiares, e ao desejo de agradar aos pais:

“Pra ajudar meus pais. Tendo em mente que os dois nunca se formaram, fazendo minha parte nesse lugar, podia fazer eles mais felizes. Sei lá, tô (sic) me sacrificando num lugar que, em sua essência, contribui e muito ‘pro’ esgotamento de cada indivíduo [...]. Enfim, espero que esse dito sacrifício valha a pena e me poupe de tanto estresse.”

Percebemos na fala de A.F, citada acima, o desejo de agradar à família, especificamente, aos seus pais. Sua fala nos remete a uma citação de Charlot quando o autor pondera que: “[...] o sucesso escolar [dos filhos de classe popular] é, ao mesmo tempo, fonte de orgulho e de sofrimento [...] Orgulho pelo sucesso. Sofrimento porque o preço a pagar é muito alto do ponto de vista psicológico.” (Charlot, 2005, p. 53).

Sobre a fala de B.N, “[...] é o lugar que vai fazer o meu futuro [...]”, podemos relacioná-la ao pensamento dos 35,3% que dizem ter optado pelo IFSul devido à crença de que isso facilitaria sua entrada no mercado de trabalho. Quando analisamos esse percentual, podemos recorrer ao que Charlot (2005) exemplifica quando

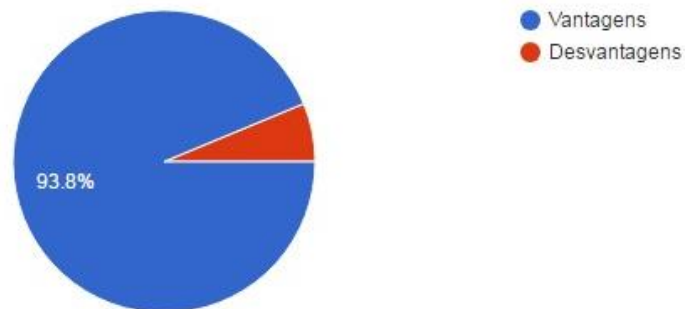
menciona que, de acordo com suas pesquisas, 75% a 80% dos estudantes estão na escola para futuramente alcançar um bom emprego.

Segundo o autor essa é uma questão de realidade:

[...] para se ter um bom emprego, se deve ter um diploma e, para se ter um diploma, se deve passar de uma série para outra [...] Deve-se ter diploma para ter emprego [...] emprego para ter dinheiro [...] dinheiro para ter uma vida normal. (CHARLOT, 2005, p. 67)

A questão 8 questionava sobre possíveis vantagens ou desvantagens em estudar no IFsul: “Você considera que possui mais vantagens ou desvantagens em relação a seus colegas de outras escolas por estudar no IFsul?” O quantitativo subdividiu-se da seguinte forma:

Imagem 6 – Percepção do aluno sobre as vantagens ou desvantagens em estudar no IFsul



Fonte: elaborado pela ferramenta *Google Drive*.

Como observamos na imagem acima, 93,8% dos alunos consideram-se em vantagem com relação aos outros colegas que não estudam no IFsul. Em contrapartida, há um percentual de 6,2% que se sente em desvantagem. Quando questionados sobre o porquê de suas opiniões, obtivemos 12 respostas abertas, a maioria ressaltando os aspectos positivos que os levaram a estudar no *Campus*, os quais retrataremos a seguir:

N.A, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica enfatiza a qualidade do ensino ofertado na escola:

“Porque aqui no if nós sabemos que o ensino é bom, e nas outras escolas principalmente as públicas isso não é uma realidade na grande maioria.”

E.A, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química, de mesma forma, destaca:

“A qualidade de ensino que o IFsul disponibiliza é superior a maioria das escolas públicas.”

V.T, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química ressalta, entre outras coisas, a oportunidade de participar de atividades extracurriculares:

“Pela qualidade do ensino e a estrutura que o IFSul proporciona aos seus alunos, bem como a possibilidade de se envolver com atividades extraclasse.”

T.B, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química explica:

“[...] o ensino do IFSul, comparado ao de outras escolas de ensino médio da rede pública aqui de Pelotas é muito melhor, os professores são mais capacitados, a infraestrutura da escola é muito boa e também existem os auxílios para os estudantes que, assim como eu, teriam dificuldades em manter a frequência escolar sem eles”.

C.S, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Comunicação Visual, observa, dentre outras vantagens, a questão do suporte pedagógico (reforço de matérias) disponibilizado aos estudantes:

“Acredito que tenha um ensino mais rigoroso, porém com mais suporte e incentivo aos alunos, com várias opções de reforço em caso de dificuldade em alguma matéria, auxílios para quem tem dificuldade financeira e uma infraestrutura que permite que os alunos tenham aulas mais dinâmicas e em melhores condições do que o que pude notar em outras escolas.”

J.F, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrônica, por sua vez, destaca o diferencial proposto pela formação técnica, porém reforça que em sua opinião, essa formação deveria focar-se mais no mercado de trabalho:

“O ensino técnico proporciona uma qualidade a mais, embora ache que ainda deva focar-se mais no mercado o ensino técnico no geral, o ensino é suficiente para ser um dos melhores disponíveis na rede pública.”

J.M, 15 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica destaca, entre outras coisas, a infraestrutura disponibilizada:

“[...] nós sabemos que não são todas as escolas que tem tamanha capacidade de infraestrutura e de ensino como a do instituto.”

F.A, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Edificações nota a questão do sistema de avaliação:

“[...] é uma Instituição de ensino que tem o seu sistema de avaliação próximo ao de uma universidade.”

J.T, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrônica explica que com sua vinda para o Campus passou a ser uma pessoa mais responsável:

“[...] o IFSul nos ensina a gostar de estudar e com isso nos tornamos pessoas responsáveis e cheias de conhecimentos [...] isso não [está] disponível em escolas do estado.”

B.N, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química, destaca que, em sua opinião, o IFSul é um lugar que propicia, além do crescimento profissional, o pessoal:

“Como falei acima, o IFSul é um ótimo lugar [...] Todos alunos que se formam [...] são capacitados em alto nível, e isso é uma grande vantagem pois o ensino que é passado para nós faz com que nos tornamos (sic) mais maduros, racionais, ‘hábitos’ para diversas coisas! Sem contar que todo esse ciclo de educação acarreta totalmente em nosso caráter, fazendo a gente se tornar mais responsável entre outras coisas.”

A.F, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Comunicação Visual observa que embora considere-se em vantagem com relação a alguns pontos, conforme demonstra sua resposta, também percebe alguns aspectos negativos com relação à cobrança, que segundo ele, seria de certa forma exagerada:

“Queria marcar as duas opções, mas enfim. Acho muito subjetivo. Em relação ao verdadeiro estudo, que é o estudo dos comportamentos sociais, dos preconceitos da sociedade para com alguns grupos de pessoas e etc, vejo que tenho vantagem. Acho que a desvantagem se daria nessa metodologia sugatória e vexaminosa que se tem no Instituto, nessa vontade em fazer os alunos sofrer (sic), de uma certa forma. O que cria um aspecto de valorização da meritocracia com base nessas noites sem dormir, dias sem comer direito e por aí vai.”

J.C, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química, por sua vez considera-se em desvantagem com relação aos outros colegas, e explica o porquê:

“[...] a grande parte dos meus colegas vem de colégios particulares ou de colégios que puxam (sic) o conhecimento, mais do que o meu, então sinto bastante dificuldade.”

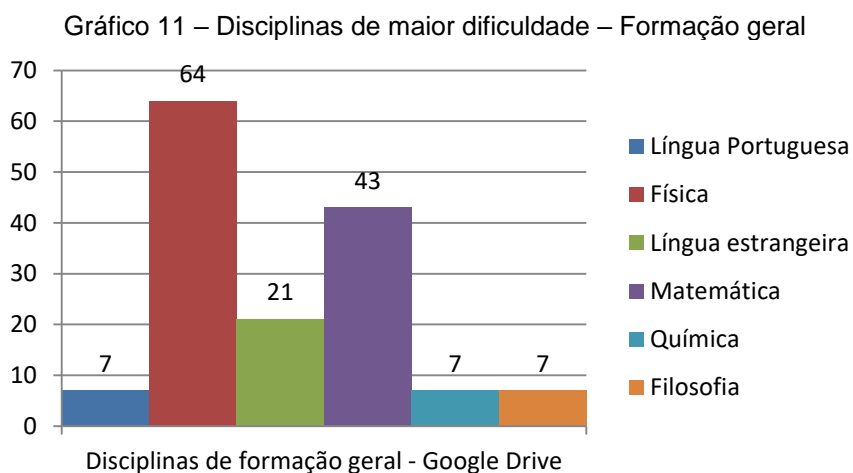
Analisando os posicionamentos dos alunos, percebemos que a grande maioria observa muitas vantagens em estudar no IFSul. Frisam a questão da infraestrutura disponibilizada, bem como o apoio socioeconômico a que tem acesso, além da qualidade do ensino ofertado, que segundo boa parte, seria uma das maiores vantagens, devido ao fato de estar ligado diretamente à possibilidade de ascensão social, proporcionada pelo que Charlot (2005, p. 40) denomina “[...] hierarquia dos diplomas”.

Novamente, é possível perceber a relação dos alunos com a escola, que fundamenta-se mais sobre a necessidade de alcançar um futuro melhor do que sobre a ideia de construção de saberes propriamente dita: “[...] um número crescente de alunos [...] nos meios populares, [vai] à escola somente para ter um bom emprego no futuro, estando a ideia de escola desvinculada da ideia de aquisição do saber.” (CHARLOT, 2005, p. 83).

Observando as falas dos dois últimos alunos, A.F e J.C, é possível perceber claramente um sentimento de desvantagem. A.F sente essa desvantagem com relação aos colegas de outras escolas, uma vez que reconhece que no IFSul as exigências são bem maiores. J.C também expressa esse sentimento, porém em relação aos próprios colegas de classe, uma vez que reconhece que boa parte de seus colegas, principalmente os que vieram de escolas particulares, possuem uma base de conhecimentos mais sólida, logo, não enfrentam tantas dificuldades.

Outro ponto a ser destacado, principalmente nas falas dos alunos J.T e B.N, é a questão das mudanças comportamentais que perceberam em si mesmos e em seus pares, por meio de seu ingresso no *Campus*. Ambos ressaltam que as vivências proporcionadas nesse espaço fazem com que amadureçam, se tornem mais conscientes e responsáveis, o que também podemos relacionar ao que Charlot menciona ao afirmar que: “[...] aprender é mudar, formar-se é mudar. Não se pode aprender sem mudar pessoalmente, porque se estou aprendendo coisas que têm um sentido, vou mudar minha visão do mundo, minha visão da vida.” (CHARLOT, 2005, p. 71).

A questão de número 9 pedia que elencassem as áreas de maior dificuldade dentro do eixo de formação geral: “Com relação às disciplinas de formação geral, quais você considera mais difíceis?”. O gráfico abaixo retrata os percentuais por disciplina, de acordo com os entrevistados, lembrando que cada aluno poderia escolher mais de uma opção:



Fonte: elaborado pela autora.

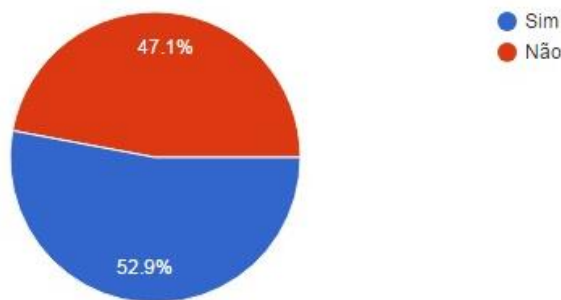
Ao observarmos a ilustração acima, percebemos uma vez mais que as disciplinas das ciências exatas, nesse caso, física e matemática, pontuam como as

de maior dificuldade entre os alunos, o que confirma os percentuais de reprovação aferidos por meio das consultas realizadas ao sistema acadêmico, e evidenciados por meio dos gráficos 5 e 6 desta pesquisa.

O questionamento 10 pedia que citassem as disciplinas de maior dificuldade, agora com relação à área técnica. Como essa questão era aberta, a ferramenta virtual não gerou qualquer tipo de gráfico, mas as disciplinas mais citadas foram: Química-orgânica, Análise de circuitos e Eletrônica Digital. Uma vez mais confirmamos os dados elencados nos gráficos 7 e 8, que retratam as disciplinas de maior reprovação dentre as da área técnica.

Já a questão 11 se referia à relação dos alunos com os professores: “Em sua opinião, a sua relação com os professores dessa(s) disciplina(s), tanto técnicas quanto de formação geral, influencia de alguma forma a sua aprendizagem, ou [...] nas dificuldades que você sente?”

Imagem 7 – Relação com os professores x Rendimento acadêmico



Fonte: elaborado pela ferramenta *Google Drive*.

O percentual de 52,9% acredita que sua relação com os professores exerce influência sobre sua aprendizagem. Em contrapartida, 47,1% diz que esse fator não interfere em seu rendimento acadêmico. Questionamos aqueles que dizem ter relação direta sobre a aprendizagem, isto é, 52,9%, sobre o porquê de sua opinião. Obtivemos sete respostas abertas, conforme seguem abaixo:

A.F, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Comunicação Visual, ressalta a relação de poder existente entre professor e aluno, e observa que, muitas vezes, essa relação pode se tornar abusiva, o que acarretaria problemas:

“Tudo é psicológico e tende a afetar certos pontos, mas minha visão é mais em caráter de metodologia. E bom, se o professor for um assediador, machista, homofóbico, pedófilo [...] bem, aí eu levo pro (sic) lado pessoal.”

B.N, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química explica que, sob seu ponto de vista, a relação com os professores possui um caráter essencial:

“Influência na forma que é transmitida a informação! Se eu não tiver boa relação com os professores, não vou conseguir absorver conhecimento, posso até aprovar, mas não saberei nada! Por isso que nota não me define!”

J.T, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica ressalta a competência e o profissionalismo de seus professores, porém, lembra que isso não é o suficiente para a compreensão de determinadas disciplinas:

“Os professores são ótimos profissionais e contribuem muito nessas disciplinas, mas são disciplinas difíceis de entendimento!”

J.F, 17 anos, aluno do Curso Técnico em Eletrônica ressalta a importância do diálogo na relação professor x aluno:

“Ter uma boa relação dá uma abertura maior para o questionamento, às vezes o aluno pode se retrair e ter um professor com um bom relacionamento te dá uma liberdade para fazer mais questionamentos e absorver melhor.”

De mesma forma, K.B, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica enfatiza que:

“[...] ter professores que nos damos bem [faz] sentirmos mais confortáveis para perguntar dúvidas”

C.S, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Comunicação Visual destaca a relevância da postura do professor em sala de aula:

“Dependendo da situação, creio que sim. Pois se o professor não tiver uma postura adequada em aula e não se ater (sic) à matéria, na minha opinião atrapalha o entendimento, além de ser, muitas vezes, bem inconveniente.”

Por último, N.A, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica, adverte que um relacionamento, no mínimo, respeitável com os professores é muito importante para obter um bom rendimento acadêmico:

“Porque sempre que a gente não tem um relacionamento razoável com o professor, de respeito, que é o mínimo, ele não se importa com a gente em si e muito menos com a turma, não nos dá chance de estudar mais, de tirar as dúvidas melhor, de adiar prova, de ser mais flexível com avaliações em geral. Fora que quando eles pegam ‘birra’ da gente eles nos rodam, e isso é uma verdade dentro do if que as pessoas tentam esconder.”

Percebemos que acerca das questões que dizem respeito ao relacionamento professor x aluno, a opinião dos estudantes é bastante dividida.

Charlot (2013) explica que a relação entre essas duas figuras é, antes de tudo, uma relação de interdependência. O autor esclarece que o professor sofre cobranças pelo desempenho acadêmico de seus alunos, e por isso, se sente ²⁶*ameaçado* diante de um processo que não depende apenas dele:

[...] o professor pressiona o aluno, por meios legítimos, visando despertar no aluno o desejo de aprender, ou às vezes, ilegítimos, quando desrespeita os direitos do aluno ou fere a sua dignidade. Neste caso, o aluno replica por meio da indiferença [...] ou até, pelo desaforo ou pela violência. (CHARLOT, 2013, p.176)

Notamos, em posicionamentos como o de N.A, essas relações de poder e de dependência, pois ele(a) é claro(a) quando explica que se não houver um bom relacionamento, o professor pode dificultar as coisas: “[...] quando eles pegam ‘birra’ da gente eles nos rodam [...]”.

Charlot trabalha com a perspectiva de que as relações entre professor e aluno estão permeadas de questões conscientes e inconscientes, afetivas ou não, que devem ser levadas em conta, e lembra que:

A escola democrática é aquela que o professor ensina e educa todos os alunos, incluídos os de quem não gosta e os que não gostam dele. Claro que a situação é melhor quando professor e aluno gostam um do outro, mas isto não é obrigação. (CHARLOT, 2013, p. 125)

Diante disso, entendemos que o respeito e a democracia devem transpassar essas relações, a fim de que os processos de ensino e aprendizagem tenham condições necessárias para ocorrer.

A questão 12 pedia aos alunos que relatassem o que mais gostavam em nossa escola. Sobre tal questionamento, registramos diversas respostas abertas, dentre as quais, passaremos a detalhar as mais significativas:

Sobre isso, F.A, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Edificações diz que o que mais gosta no *Campus* é:

“O ambiente aconchegante que nos proporciona.”

W.L, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrônica ressalta a qualidade do ensino:

“O ensino que temos”.

C.S, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Comunicação Visual destaca, dentre outras coisas, algumas disciplinas que seu curso oferece:

²⁶ Grifo nosso.

“De várias das matérias do curso que acho interessantes, como História da arte, Sintaxe Visual, Estética e Estudos volumétricos, e de saber que sempre que tenho dificuldades em alguma matéria, posso contar com os atendimentos e monitorias para me auxiliarem a garantir um melhor entendimento das matérias.”

T.B, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química se refere ao conhecimento dos professores em suas áreas de atuação:

A capacitação dos professores nas disciplinas que eles trabalham. Em outras escolas é comum vermos professores de uma área dando aula de outra matéria, muitas vezes por falta de opção. No IFSul isso não ocorre e quem dá aula tem, normalmente, muita experiência e conhecimento sobre o assunto.

B.N, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química cita o curso escolhido:

“Meu curso.”

E.A, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química enfatiza a grande variedade de oportunidades disponibilizadas:

“A escola permite uma grande variedade de atividades.”

J.M, 15 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica destaca o ambiente dos laboratórios:

“O laboratório do meu curso.”

J.T, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrônica ressalta o espaço de que mais gosta:

“A biblioteca.”

N.A, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica se refere à atividade que desempenha com maior satisfação:

“A educação física.”

A.F, 17 anos aluno(a) do Curso Técnico em Comunicação Visual, por sua vez, destaca os relacionamentos interpessoais:

“Meus amigos, disparado! Gosto de todos e todas, tios e tias(sic) da limpeza, são demais. Gosto bastante de uns professores e tal [...]”

Durante a análise das respostas, é possível perceber a grande variedade de questões que são mencionadas. Os alunos se referem a diversos espaços e atividades que a escola disponibiliza, os quais oportunizam e intermediam suas relações com o saber, bem como a construção de conhecimentos, além de

destacarem a importância das relações sociais propiciadas pela convivência no espaço escolar.

Essa somatória de aspectos positivos contribui para que eles construam, a partir das informações e relações a que tem acesso dentro da escola, os seus próprios saberes, como menciona Charlot: “[...] informação não é saber, ela se torna saber quando contribui para o esclarecimento do sujeito sobre o sentido do mundo, da vida, de suas relações com os outros e consigo mesmo.” (2005, p. 85).

O questionamento 13 indagava: “O que você não gosta, ou pensa que deveria ser diferente?”. Frente a essa questão, obtivemos também diversas respostas, e mencionaremos aquelas mais expressivas:

F.A, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Edificações pondera sobre a questão das avaliações:

“Talvez fosse necessário repensar o tipo de avaliação dos professores.”

W.L, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrônica propõe a possibilidade de atualização do currículo do curso:

“Atualizarem as matérias do curso.”

J.F, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrônica se refere à ampliação dos convênios para estágio:

“Deveria-se (sic) buscar mais parcerias com empresas privadas para disponibilizar mais estágios para os alunos.”

C.S, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Comunicação Visual, considera que a escola, talvez, devesse priorizar as disciplinas da área das ciências humanas:

“Mais foco nas Ciências humanas, às vezes sinto que dão mais prioridade às matérias de Exatas. Compreendo que a maioria dos cursos técnicos disponibilizados pela Instituição se relaciona mais com as Exatas, mas acho que seria positivo se dessem mais atenção às matérias como História, Geografia, Sociologia e Português, que são as que, na minha opinião, mais auxiliam a formar uma opinião mais crítica, sendo tão úteis e importantes quanto as Ciências exatas.”

B.N, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química pondera sobre o sexismo, que de acordo com suas palavras, é muito presente no *Campus*:

“Não gosto do preconceito (todos tipos), o machismo [...] é a pior coisa da Instituição!”

T.B, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química, por sua vez, reflete sobre determinadas práticas negativas de alguns docentes:

“[...] Alguns professores são prepotentes e acreditam que seus diplomas estão acima de todos os alunos, às vezes não se preocupando muito em dar uma aula de qualidade, pois sabem que estão tão enraizados no IFSul que não irão sair de lá, independente de estarem cumprindo seu papel na sala de aula ou não.”

J.C, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química, se refere a questões de segurança no entorno da escola:

“[...] gostaria que a segurança não fosse só na entrada do IFSul, mas lá na frente pois ocorrem muitos assaltos.”

N.A, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica, considera as questões de resolução dos problemas entre professor e aluno:

“A maneira com que ‘vocês’ resolvem os problemas alunos x professor.”

A.F, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Comunicação Visual, também destaca essa relação, porém do ponto de vista interpessoal:

“A forma de tratar o aluno. De ‘dar afeto’ a esses que entram com 14 anos pra serem esmagados com essa rotina [...] maçante.”

Quando observamos as réplicas dos alunos, percebemos, por meio de suas reflexões, diversas questões pontuadas, contudo, uma nos chama mais a atenção: as falas que se referem novamente às relações entre os professores e alunos.

Citamos o exemplo de A.F, que se refere ao ²⁷afeto, que segundo sua visão, deveria existir no espaço escolar. Sua fala nos remete uma vez mais a Charlot, quando o autor explica que “Não se pode assentar a escola democrática sobre sentimentos [uma vez que] a escola não é lugar de sentimento, mas lugar de direitos e deveres” (2013, p. 125). Logo, ao refletir sobre o que o autor propõe, entendemos que a escola democrática deve propiciar a todos os envolvidos o direito e o acesso ao conhecimento, independente dos sentimentos implicados nessa relação entre professor e aluno, embora seja difícil distanciar essas questões.

O último questionamento, 14, enunciava o seguinte: “E por fim, nos deixe sugestões de como o IFSul poderia ajudar seus alunos a não abandonarem seus estudos”. Frente a isso, novamente, vamos expor, a seguir, as contribuições que consideramos mais significativas:

N.A, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrotécnica, ressalta uma vez mais, diversos aspectos positivos da escola, em contrapartida, esclarece os

²⁷ Grifo nosso.

possíveis motivos pelos quais imagina que os alunos acabem desistindo, e propõe um maior acompanhamento pedagógico aos estudantes:

“O IFSul nos dá uma grande ajuda, com benefícios, atendimentos, palestras, monitorias e a infraestrutura é agradável. Eu acredito que o aluno desista [...] por achar muito difícil, por vir de uma escola muito fraca e se ‘apavorar’ com o jeito que as coisas são aqui, ou também por não saber lidar com a responsabilidade que nós é dada de, por exemplo, entrar e sair da sala de aula a qualquer momento. Eu acredito que os professores deveriam saber ver isso e encaminhar pra psicóloga, pra ter um acompanhamento profissional, pra saber lidar com as dificuldades etc.”

C.S, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Comunicação Visual, cita a possibilidade da revisão do currículo dos cursos técnicos de modalidade integrada:

“Acho que seria interessante rever a distribuição das matérias técnicas, principalmente nos primeiros semestres. Lembro que uma queixa comum, tanto minha como dos colegas, era que no início do curso (do primeiro ao terceiro semestre mais ou menos) todas as (poucas) matérias da formação eram muito técnicas e ‘chatas’, e que as matérias mais interessantes e que nos encorajariam a continuar cursando só começavam a partir do quarto, quinto semestre. Isso acaba desestimulando vários alunos, que sentem dificuldades de prosseguir no curso devido à sobrecarga de provas e trabalhos do ensino médio, combinada à desilusão causada pela demora em chegar às matérias mais interessantes da parte do curso técnico.”

J.C, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química, refere-se à ampliação dos campos de estágios remunerados:

“Dando mais oportunidades de estágios remunerados (sic) para que os alunos fiquem ligados ao IFSul e não parem de estudar.”

B.N, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química, aponta diversos temas que merecem atenção:

“Bom, esse é o principal ponto. Acho que primeiro de tudo, o IFSul deveria dar mais atenção a questão da desigualdade que há [...] também na questão das denúncias sobre assédios que estão arquivadas e nós sabemos, pois o IFSul parece não se importar com o bem estar dos alunos e sim ‘DA IMAGEM’ do Campus e isso é inadmissível! Também outro ponto é a questão que muitos alunos estão entrando em depressão dentro do Campus e a Instituição novamente vira as costas para isso! Todos nós sabemos que há uma pressão exagerada em cima dos alunos quanto às disciplinas (eu sei que cada professor faz seu trabalho, e cumpre seus deveres) mas o IFSul no geral deveria criar mais núcleos de apoio aos alunos, um núcleo onde pudessem ser ajudados de várias formas, quanto a preconceito, abusos, problemas de saúde, entre outros [...]”

T.B, 16 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Química, também traz em suas palavras diversas questões que merecem ser averiguadas:

“É conhecido no instituto as reclamações em relação a alguns professores, e por mais que muitos alunos não prestem reclamações formais, é de conhecimento de alunos, técnicos administrativos e professores os problemas que acontecem em algumas disciplinas e ainda assim nada é feito em relação a isso. Esses ‘boatos’ que circulam dentro do IF deveriam ser investigados, e ver se de fato alguns professores não estão cumprindo o seu papel.”

Por fim, as falas de J.T, 17 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Eletrônica e F.A, 18 anos, aluno(a) do Curso Técnico em Edificações, respectivamente, apontam para a necessidade de um maior acompanhamento pedagógico:

“Minha sugestão seria chamar cada pessoa que pensa em desistir para uma conversa formal sobre os motivos que vão desistir ou se desligar do instituto, e de alguma forma tentar compreender seus motivos e por fim ajudar por algum meio.”

“Se fazer mais presentes, chamar os alunos para conversas e pedir que disponibilizem suas dificuldades. ”

Analisando as assertivas dos alunos, percebemos alguns pontos que nos chamam bastante a atenção:

Quando observamos a fala de N.A “[...] Eu acredito que os professores deveriam saber ver isso [...]”, notamos a responsabilidade atrelada à figura do professor. Muitos estudantes vinculam as questões de sucesso ou fracasso escolar, unicamente aos educadores, como se refere Charlot “[...] uma grande parte dos alunos pensa que quem é ativo no ato de ensino-aprendizagem é o professor [...]” (2013, p. 179). Esse fato acarreta sobre os docentes uma responsabilidade que não é unicamente deles, uma vez que tanto os professores, quanto os alunos devem ser ativos nesse processo.

Outra fala que destacamos é a de J.C quando frisa a questão dos estágios como uma das alternativas de combate à evasão: “Dando mais [...] estágios remunerados (sic) para que os alunos [...] não parem de estudar”. Ao atentarmos para sua fala, notamos uma vez mais essa relação que Charlot aponta: “A escola como lugar de saber e de formação está sendo ocultada pela escola como promessa de inserção socioprofissional” (2013, p. 153).

4.3. Os docentes e suas impressões: sistema Q-acadêmico x instrumento de coleta

A terceira e última fase de nossa pesquisa, o questionário direcionado aos docentes, se deu com a aplicação de um instrumento *online*, elaborado, novamente,

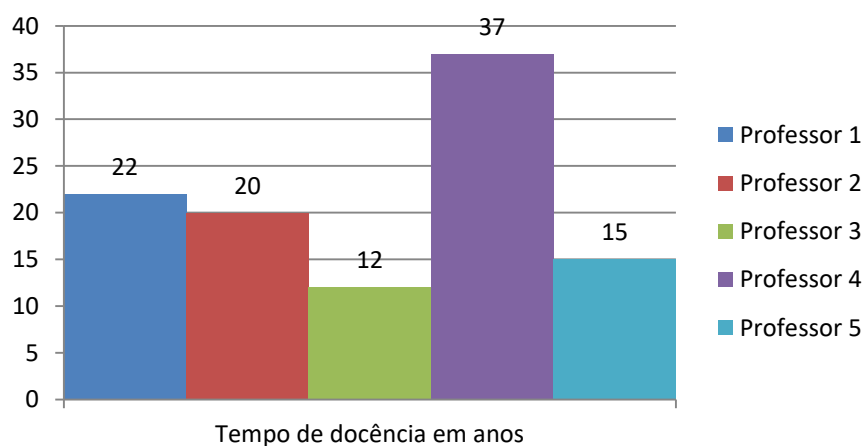
utilizando a ferramenta virtual *Google Drive*. Esse instrumento foi dirigido aos docentes das disciplinas de matemática, física e química, visando obter a contribuição desses professores no sentido de compreendermos, sob sua ótica, os possíveis motivos que levam tantos alunos a um baixo rendimento acadêmico nessas áreas do conhecimento, conforme aferido noutros momentos desse estudo.

Nosso contato com os professores foi feito de duas maneiras: primeiramente, encaminhamos o link do questionário via *e-mail* aos coordenadores de área das disciplinas e solicitamos que o repassassem aos docentes. Os coordenadores se mostraram bastante receptivos e comprometeram-se em encaminhar aos professores, contudo, não observamos retorno por parte do grupo, o que nos levou a recorrer a uma segunda alternativa: contatar os professores dessas disciplinas via *Facebook*.

Buscamos contato, então, via perfil pessoal na rede social. Obtivemos o retorno positivo de cinco professores, e embora nossa taxa de resposta tenha sido baixa, é importante ressaltar que os participantes se mostraram bastante dispostos a contribuir conosco.

O primeiro questionamento pedia que identificassem em qual área de conhecimento atuavam. Assinalamos a participação de três professores de matemática, um de física e um de química. A seguir, o questionamento 2 pedia que especificassem o tempo de experiência em sala de aula, e com as respostas, elaboramos um gráfico para melhor visualização. Os participantes serão identificados, ao longo das análises, como professor 1, professor 2, professor 3, professor 4 e professor 5, juntamente com o tempo de experiência em docência.

Gráfico 12 – Professores x Tempo de docência (em anos)



Fonte: elaborado pela autora.

Com o questionamento 3, solicitamos que identificassem em que séries ou cursos atuavam, e percebemos uma grande variedade, pois a maioria ministra aulas não apenas para o ensino médio/técnico, mas também junto aos cursos superiores e em nível de pós-graduação. Percebemos que o público atendido por esses docentes é bastante diversificado, pois vai desde adolescentes, até adultos com variadas idades, e diferentes experiências de vida. Sobre esse item, inferimos a dificuldade para esses profissionais que atuam junto a níveis acadêmicos tão matizados.

O questionamento 4 tinha ligação com os possíveis fatores que, segundo sua visão, contribuiriam para os altos índices de evasão e reprovação evidenciados ao longo da pesquisa. Obtivemos cinco respostas abertas, as quais analisaremos a seguir, lembrando que os professores serão identificados por número e tempo de experiência em sala de aula:

Professor 1, 22 anos de experiência, refere-se, entre outros, ao excesso de atividades requerido aos alunos:

“Falta de base, muitas atividades para os discentes.”

Professor 2, 20 anos de experiência, atribui em partes, aos professores, que muitas vezes apresentam pouca familiaridade com o conteúdo:

“Falta de interesse do aluno pela área e falta da habilidade do professor em ministrar o conteúdo.”

Professor 3, 12 anos de experiência, relaciona o baixo desempenho às deficiências de conteúdo dos próprios estudantes:

“Pré-requisitos do ensino fundamental mal trabalhados, principalmente da 5ª série. Os alunos do ensino superior apresentam baixo estímulo e enormes deficiências trazidas do ensino fundamental e médio.”

Professor 4, 37 anos de experiência, atribui à ausência de mobilização dos alunos diante das dificuldades, além de pontuar também outros fatores:

“A falta de base que os alunos chegam ao IF. Diante de dificuldades tornam-se apáticos. Grande parte desses alunos assiste às aulas sem nenhuma motivação. Não aproveitam horário de atendimento do professor ou monitorias.”

Professor 5, 15 anos de experiência, confere o baixo desempenho ao fato de que, para muitos alunos, estudar nunca se tornou um hábito:

“Falta de pré-requisitos, pouco hábito de estudo.”

Ao analisarmos as falas dos docentes, é possível perceber um ponto comum, mencionado por quatro dos cinco interrogados, a saber, a falta de embasamento teórico com que muitos estudantes chegam ao IFSul. Para boa parte dos entrevistados, esta seria uma das primeiras questões que colaboram para o baixo desempenho acadêmico dos alunos nas áreas de conhecimento estudadas.

Sobre isso, podemos citar Luckesi, quando explica que o “[...] nível de dificuldade do novo deve ser assimilável pelo educando [...] Um educando que não possui os pré-requisitos para uma aprendizagem qualquer não poderá efetivá-la.” (LUCKESI, 2002, p. 134). Concebemos como imprescindível ao aluno um mínimo de fundamentos conceituais em sua ²⁸*bagagem cognitiva*, a fim de que possa construir novos conhecimentos.

Outro ponto a ser referenciado é a falta de interesse por parte de alguns alunos, o que fica bastante claro por meio dos relatos dos professores 2, 3 e 4. Sobre isso, podemos, uma vez mais, estabelecer uma relação com as questões de motivação e mobilização propostas por Charlot (2005). Segundo o autor, a motivação é um processo externo, enquanto a mobilização, por sua vez, é um movimento interno do aluno, que de fato o impulsiona no sentido de aprender, ou seja, construir o seu próprio conhecimento, por meio de sua relação com o saber, erigida ao longo de suas experiências.

Refletimos ainda sobre o que aponta Luckesi, quando menciona que a “[...] ²⁹assimilação receptiva dos conhecimentos é a base para o desenvolvimento de habilidades, hábitos e convicções, que não se desenvolvem no vazio; ao contrário, carecem de conteúdos” (LUCKESI, 2002, p. 137). É preciso conjecturar sobre os conhecimentos, ter uma postura ativa durante os processos de ensino e aprendizagem: “Não basta ‘saber’ os conteúdos; importa o exercício de pensar com eles e a partir deles” (LUCKESI, 2002, p. 139).

Outro tópico que nos chamou a atenção, ao analisarmos as respostas, relaciona-se à fala do professor 5, quando se refere ao “[...] pouco hábito de estudo [...]” de muitos alunos. Acreditamos que esse ponto é bastante relevante, uma vez que

²⁸ Grifo nosso.

²⁹ Segundo Luckesi, a assimilação receptiva é a “[...] recepção atenta e inteligível que o educando faz de um conhecimento, de um princípio, de um processo, de uma análise elaborada[...]” (LUCKESI, 2002, p. 137)

a relação com o saber é uma das questões centrais das pesquisas desenvolvidas por Charlot (2005).

Segundo o autor, os estudantes desenvolvem diferentes tipos de relação com o saber: há aqueles que se relacionam com o saber apenas para conseguir um emprego, e há aqueles que, de fato, encontram prazer nessa relação, e por isso, conseguem descobrir sentido na escola e produzir esse movimento interno chamado mobilização.

Ainda, dentre as questões pontuadas pelos participantes, foram mencionados o excesso de atividades a que os alunos são submetidos, além da falta de habilidade de muitos docentes para ministrarem determinados conteúdos. Segundo eles, essas questões, embora tenham sido pouco citadas, incidiriam igualmente sobre o rendimento acadêmico dos alunos.

O quinto e último questionamento pedia que deixassem sugestões, as quais, sob sua ótica, pudessem minimizar os índices de reprovação. Registraremos, a seguir, as contribuições dos educadores:

O professor 1, 22 anos de experiência sugere edições de cursos de “nivelamento”, direcionados aos ingressantes, a fim de trabalharem determinados pré-requisitos para as disciplinas, sobretudo, para as ciências exatas:

“Cursos de nivelamento ao ingressar no IFSul.”

O professor 2, 20 anos de experiência, recomenda, dentre outras coisas, investimentos em capacitação docente:

“Aulas de reforço, mais exercícios e capacitação docente.”

O professor 3, 12 anos de experiência, propõe a edição de cursos básicos, na área da matemática, aos alunos ingressantes com baixa pontuação nos processos seletivos:

“Alunos que não atingem certa pontuação nas provas seletivas para entrar no IF seriam convidados (e/ou obrigados) a fazerem certas disciplinas básicas de Matemática. Mas para isso, nós professores da Matemática, deveremos contar com o apoio pleno da direção desta Instituição.”

O professor 4, 37 anos de experiência, por sua vez, destaca a importância dos horários de atendimento e das monitorias:

“Se frequentassem horários de atendimento e monitorias; Aprendessem a estudar, coisa que ensino em sala de aula; Fizessem os trabalhos propostos em [...] aula. Implantação de um projeto de resgate de conteúdos do ensino fundamental (que já foi

proposto à chefia da formação geral, mas que não foi implantado, por falta de docentes).”

O professor 5, 15 anos de experiência, sugere a implantação de cursos básicos, que trabalhassem fundamentos principais das disciplinas das ciências exatas, tanto para os cursos integrados, quanto para os cursos superiores:

“[...] um curso semelhante ao ‘básico’, que havia na antiga ³⁰ETFPel, tanto para o ensino médio quanto para o superior.”

Considerando os apontamentos feitos pelos professores, é possível percebermos, como consenso entre eles, a necessidade de cursos destinados a trabalhar fundamentos teóricos e habilidades básicas das disciplinas de ciências exatas. A intenção seria, por meio dos cursos, propiciar, de certa forma, um nivelamento de conhecimentos entre os alunos, e assim, minimizar as carências conceituais existentes.

Ressaltamos também a importância dada pelos educadores aos horários de atendimento e às monitorias, períodos esses dos quais os alunos dispõem para tirar suas dúvidas e trabalhar melhor determinados conteúdos nos quais apresentem dificuldade. Sobre isso, podemos referenciar Luckesi, quando explica que:

O exercício com os conhecimentos adquiridos desenvolve as habilidades. As habilidades são modos adequados de realizar atos [...] que demonstram que [o educando] tornou seu os conhecimentos transmitidos, possibilitando autonomia e independência. (LUCKESI, 2002, p. 127)

O autor cita ainda que os “[...] hábitos são automatismos que se desenvolvem pelo exercício de um modo [...] de agir [e] são necessários ao avanço do desenvolvimento das capacidades humanas.” (LUCKESI, 2002, p. 127). Portanto, os hábitos trabalhados dentro de um determinado conteúdo facilitariam os raciocínios mais complexos que o sucederiam. Diante disso, percebemos como relevante a solicitação dos professores, uma vez que, ampliando os espaços para que as habilidades conceituais sejam laboradas, subentende-se um melhor rendimento acadêmico dos estudantes.

³⁰ Sigla adotada em 1965 para referenciar a antiga Escola Técnica Federal de Pelotas, atual, Campus Pelotas do IFSul. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/histórico>> Acesso em: 24 de mai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou investigar a questão da condicionalidade de frequência imposta pelo PBF, sobretudo no âmbito do *Campus* Pelotas do IFSul, a fim de saber se tal condicionante influenciava, de alguma forma, o rendimento acadêmico dos alunos beneficiários. Buscamos ainda, investigar, sob a ótica dos sujeitos envolvidos, questões relacionadas aos altos índices de reprovação e dependência evidenciados dentro do grupo pesquisado, como forma de elucidar tais fatores, e assim, viabilizar alternativas para melhoria dos processos educacionais da Instituição.

Cabe destacar que não foi nossa intenção, em momento algum, esgotar o tema, uma vez que acreditamos que ainda há diversas questões relacionadas à temática que podem ser aprofundadas. Em um primeiro momento, fizemos um breve histórico acerca do PBF, explicando desde as primeiras ações pontuais realizadas, até sua consolidação enquanto política de transferência de renda. Abordamos, a fim de situar o leitor, questões conceituais sobre a legislação e funcionamento do PBF, a nível municipal, estadual e nacional.

A seguir, constituímos o estado da questão, com a finalidade de verificar as pesquisas existentes na área, e assim, compreender os caminhos metodológicos percorridos por diversos pesquisadores, bem como os resultados alcançados. Por meio dessa ferramenta, foi possível subsidiar, teórica e metodologicamente, esse estudo.

Após, elaboramos a fundamentação teórica, a qual subdividimos em três partes, para uma melhor organização dos fundamentos conceituais abordados, com vistas a subsidiar o trabalho. Nossa pesquisa se classificou como um estudo de caso, de cunho qualitativo, embora apresente nuances quantitativas ao longo das análises dos dados percentuais extraídos do sistema acadêmico. Como técnica de coleta de dados, utilizamos a pesquisa documental, e para a análise dos dados extraídos, empregamos as técnicas da análise de conteúdo, segundo BARDIN (2011).

Nossa pesquisa foi composta por três momentos distintos: primeiramente, realizamos um mapeamento de situação acadêmica dos alunos beneficiários, utilizando como ferramenta principal para extração dos dados, o sistema Q-acadêmico da Instituição. No segundo momento, aplicamos um instrumento de coleta de dados com os alunos que aceitaram participar da pesquisa, com intenção de investigar

questões relativas ao PBF e à vida estudantil dos entrevistados, e no terceiro e último momento, um instrumento de coleta de dados direcionado aos docentes das áreas de matemática, física e química, no sentido de averiguar, sob a ótica dos professores, quais as principais causas de reprovação e baixo rendimento escolar e, por conseguinte, suas sugestões para minimizar tais questões.

Diante dos dados obtidos via sistema acadêmico, auferimos altos índices de reprovação e dependência, em torno de 65% e 75%, indicando percentagens maiores de baixo rendimento acadêmico, do que os percentuais de aprovação dentro do grupo pesquisado.

Constatamos também que as disciplinas que detêm o maior índice de reprovação, tanto na formação geral, quanto na área técnica, se concentram no eixo das ciências exatas. No que diz respeito à formação geral, as áreas de maior reprovação se concentram em matemática, física e química. Quanto à área técnica, podemos citar as disciplinas de Eletricidade, Análise de Circuitos, Desenho Geométrico e Eletrônica Digital. Percebemos que esse fato não é um caso isolado, uma vez que apresentamos, em seções anteriores, ao longo desse estudo, os dados extraídos do relatório PISA, o qual assinala que a maioria dos alunos ingressantes no Ensino médio, no Brasil, possui conhecimentos matemáticos abaixo da média esperada, o que acaba por dificultar a compreensão desses estudantes em diversas outras disciplinas que se fundamentam nas ciências exatas.

Foi possível verificar também a questão do ingresso por cotas. Evidenciamos que um percentual elevado, dentro do universo pesquisado, ingressou no *Campus* por meio de algum tipo de cota. Esse fato nos indica que a grande maioria dos alunos pertence a grupos minoritários, alvos das políticas públicas governamentais.

Quanto aos dados obtidos pelo instrumento aplicado virtualmente, foi possível extrair informações bastante relevantes. Com relação ao tempo de participação no PBF, observamos que a maior parte dos alunos integra o programa há pelo menos dois anos, portanto, deduzimos que o grupo vem cumprindo as condicionalidades para permanência, tanto na área da saúde, quanto na área da educação, caso contrário, já teriam sido desligados do projeto pelos órgãos de controle.

Quando questionados sobre a influência ou não da condicionalidade de frequência do PBF sobre suas trajetórias acadêmicas, a grande parte dos alunos,

70,6%, acredita que ela não exerce nenhuma influência sobre seu rendimento acadêmico. Diante disso, e subsidiados pelas concepções de Charlot (2005) acerca dos conceitos de motivação e mobilização, inferimos que essa questão, talvez, esteja vinculada ao fato de que o PBF se traduziria como um motivador externo para a frequência escolar, mas não se configuraria como um fator mobilizador. Concluímos ainda, que pelo fato de a transferência de renda não ser paga diretamente aos alunos, e sim à família, normalmente às mães, eles não sintam diretamente o efeito desse benefício, embora reconheçam sua contribuição indireta.

Em contrapartida, no que diz respeito aos benefícios fornecidos pela COAE, os quais 76,5% dos entrevistados são beneficiários, a posição dos alunos é diferente. Quando questionados sobre a influência dos benefícios para sua permanência na Instituição, a grande parte, 93,3%, reconhece que os auxílios contribuem diretamente. Mais uma vez, quanto a esse item, inferimos que seja pela questão mencionada acima, nesse caso, pelo fato de que eles são os beneficiários diretos, e não a família.

Outro fator de grande relevância identificado por meio das pesquisas reside no fato de que o total dos entrevistados relata nunca ter sido vítima de qualquer tipo de preconceito socioeconômico no espaço escolar. Essa questão nos chamou bastante a atenção, uma vez que vivemos em uma sociedade dominada pelo capitalismo, onde a escola acaba sendo, por vezes, um dos espaços principais de reprodução das desigualdades sociais. Por outro lado, entendemos que é um importante espaço para superação de tais questões, como mencionam Aguiar e Bock (2016, p. 225): “[...] a escola é o lugar da reprodução da desigualdade social, mas também um espaço potente para empreender ações com vista à superação das diferenças”.

Quanto ao interesse dos alunos pelo *Campus*, e sobre os fatores que os motivaram a ingressar no IFSul, predominaram duas questões principais: a infraestrutura da escola e a necessidade de acesso ao mercado de trabalho. Uma vez mais, fundamentados em Charlot, percebemos o que autor denomina de ³¹*hierarquia dos diplomas*, e confirmamos suas reflexões, a saber: “[...] um número crescente de alunos [...] nos meios populares, [vai] à escola somente para ter um bom emprego no

³¹ Grifo nosso.

futuro, estando a ideia de escola desvinculada da ideia de aquisição do saber” (CHARLOT, 2005, p. 83).

Com relação às questões de relação professor e aluno, identificamos posições bastante divididas: há aqueles que acreditam que a relação com o professor não exerce influência sobre o seu rendimento acadêmico, em contrapartida, outro grupo acredita que essa questão influencia diretamente os processos de ensino e aprendizagem. Compreendemos que essas relações, no ambiente escolar, estão permeadas de questões conscientes e inconscientes, afetivas ou não, que devem ser levadas em conta, portanto frisamos que o bom senso, o respeito e a democracia devem transpassar essas relações, a fim de que os processos de ensino e aprendizagem tenha condições necessárias para se desenvolver.

Já, no que tange à visão e sentimentos sobre o espaço escolar, constatamos que a grande maioria dos estudantes observa diversas vantagens em estudar no IFSul. Ressaltam a questão da infraestrutura, do apoio socioeconômico e principalmente, a qualidade do ensino ofertado, que, segundo boa parte, seria uma das maiores vantagens, devido à vinculação direta desse fator a possível inserção no mercado de trabalho.

Boa parte dos estudantes se refere com satisfação aos espaços e às atividades que a escola propicia, os quais oportunizam e intermediam suas relações com o saber e com a construção de novos conhecimentos. Destacam a importância das relações sociais proporcionadas pela convivência no espaço escolar. É possível identificar, através da fala de muitos alunos, o quanto essas questões se refletem em mudanças comportamentais e o quanto contribuem para que construam, a partir das informações e relações a que tem acesso dentro da escola, os seus próprios saberes e experiências de mundo.

Quanto ao pensamento dos docentes, houve consenso no que se refere à falta de embasamento teórico com que muitos alunos chegam ao IFSul, o que, segundo eles, seria a principal causa dos altos índices de reprovação e dependência nas disciplinas que envolvem as ciências exatas. Para minimizar as taxas de retenção e evasão, bem como o baixo desempenho dos estudantes, os professores sugerem a criação de cursos de nivelamento em fundamentos básicos das ciências exatas.

Diante de todas as questões pontuadas ao longo desse estudo, compreendemos que há diversas outras limitações que atravessam o cotidiano dos estudantes e professores dentro do espaço escolar, além daquelas geralmente

abordadas. Há muito mais processos que se interligam no tocante às questões de rendimento acadêmico do que simplesmente o sucesso ou o fracasso escolar, ou ainda, as questões socioeconômicas.

Entendemos, como menciona Charlot, que o “[...] que produz o sucesso ou o fracasso escolar é o fato do aluno ter ou não uma atividade intelectual [...] Se um aluno fracassa na escola, não é [...] porque pertence a uma família popular, é porque não estuda [...]” (CHARLOT, 2005, p. 54). E ainda:

Por ser a educação, indissociavelmente, construção de si mesmo e apropriação do mundo humano, ela é um movimento de dentro alimentado pelo que o educando encontra fora de si mesmo. Portanto, são imprescindíveis, ao mesmo tempo, a mobilização pessoal do aluno e a ação do professor [...] (CHARLOT, 2013, p.178)

Concluimos que a condicionante imposta pelo programa não exerce influência significativa no tocante ao rendimento acadêmico desses alunos, bem como não influencia as questões inerentes aos processos de ensino e aprendizagem, quais sejam, aprovação, reprovação e/ou dependência escolar. Antes, notamos múltiplos aspectos marginais que tangenciam tanto as questões de sucesso quanto as de fracasso escolar.

Observamos, pelos relatos de muitos dos alunos, que a exigência da frequência é um motivador externo para sua presença no ambiente escolar, mas que, de fato, o que os faz frequentar o espaço acadêmico são as razões intrínsecas que cada um traz em sua fala, o que os mobiliza e faz com que encontrem uma real significação em estar no espaço-escola.

Cada sujeito constitui-se pela somatória de inúmeros fatores que atravessam suas vidas, e assim, de mesma forma, suas trajetórias acadêmicas são constituídas por resultados distintos, de acordo com cada história construída ao longo das diferentes vivências. Portanto, compreendemos que questões isoladas, como por exemplo, a obrigatoriedade da frequência escolar, ou pura e simplesmente a questão socioeconômica, não são suficientes a ponto de resultar em fracasso ou sucesso escolar.

Esperamos que essa pesquisa possa contribuir para elucidar diversos pontos que estão implicados nas relações que se desenvolvem no ambiente escolar, bem como esclarecer questões ligadas aos processos de ensino e aprendizagem, bem como, de rendimento acadêmico. Almejamos ainda, que esse trabalho possa agregar valor às pesquisas que vem sendo realizadas, envolvendo as temáticas que

dizem respeito não apenas ao PBF, mas às diversas políticas públicas que vem sendo implementadas ao longo dos últimos anos no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; BOCK, Ana Mercês Bahia. **A dimensão subjetiva do processo educacional**. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

ARROYO, Miguel G. (Org). **Da escola carente à escola possível**. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editora Presença, 1970.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**; Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITTENCOURT, Jeanne Rodrigues. **O Bolsa Família em Mato Grosso**. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15262>>. Acesso em: 19 de jun. 2016.

BORDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo/SP: Edusp; Porto Alegre/RS: Zouk, 2007.

BORBA, Francisco S. e Colaboradores. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo, UNESP: 2004.

BOSSA, Nadia A. Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini; ROCHA, Any Dutra Coelho. **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Dois Pontos, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei nº 10836, de 09 de janeiro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm> Acesso em 08 de março de 2016.

_____. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm#art28ii>. Acesso em: 08 de março de 2016.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 24 jun. 2016.

CAMARGO, Pedro Cavalcanti; PAZELLO, Elaine Toldo. **Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v18n4/03.pdf>> Acesso em 19 de jun. 2016.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês (Org). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasil: IPEA, 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Bolsa Família.** Disponível em: <http://caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 04 de julho de 2016.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação de hoje.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **A construção social da noção de fracasso escolar: do objeto sociomidiático ao objeto de pesquisa.** In: ARROYO, MIGUEL G; ABRAMOWICZ, ANETE (Org). **A reconfiguração da escola: Entre a negação e a afirmação de direitos.** Campinas/SP: Papirus, 2009.

_____. **Da relação com o saber às práticas educativas.** 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CORDIÉ, Anny. **Os atrasados não existem – psicanálise de crianças com fracasso escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: ARTMED, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FELICETTI, Vera Lucia. **Um estudo sobre o problema da matofobia como agente influenciador nos altos índices de reprovação na 1ª série do Ensino Médio.** 2007. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FLORES, Daniela Fernanda. **“A GENTE NÃO TEM NOÇÃO”:** pontos de vista de professores de uma escola pública de Campinas (SP) em relação ao Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/3/TDE-2015-05-15T085046Z-1931/Publico/DANIELA%20FERNANDA%20FLORES.pdf>. Acesso em: 19 de jun. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOODE, W. J. e HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social.** 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1968.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. Diretoria de Ensino. **Organização didática da educação básica, profissional e superior de graduação**. Pelotas, 2012.

_____. Departamento de Seleção. **Editais de convocação para 1ª chamada oral**. Pelotas, 2016.

_____. Departamento de Gestão de Assistência Estudantil. **Regulamento da Política de Assistência Estudantil**. Pelotas, 2015.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5.ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2008

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Políticas educacionais e sujeitos: contribuição para desenhos de pesquisas em educação especial**. Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 413-430, jul/dez. 2003.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Brasil reduziu miséria em 40% em 21 anos, diz ONU**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/brasil-reduziu-miseria-em-40-em-21-anos-diz-onu>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

MOTTA, Thalita Cunha. **Política de Transferência de Renda e Educação: um estudo sobre o Programa Bolsa Família a partir da percepção de mães e estudantes beneficiários e suas repercussões no meio escolar**. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/4683/arquivo5749_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 19 de jun. 2016.

NORA, Naraiana Inez. **Nova política velhos valores: a condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://200.201.88.199/portalpos/media/File/educacao/Dissertacao%20Naraiana.pdf>> Acesso em 19 de jun. 2016.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de. **O Programa Bolsa Família e a condicionalidade Educação: o caso de alunos matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista (RR)**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36104/000817669.pdf?seque=1>> Acesso em: 19 de jun.2016.

PIRES, André. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a07v21n80.pdf>> Acesso em 18 de jun. 2016.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Relatório de Desempenho por País/Brasil, PISA 2015.** Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/pisa-2015-Brazil.pdf>. Acesso em 08 de mai. 2017.

SANTOS, Cristiane Galvão dos. **Transferência de renda e educação:** uma análise da contrapartida educacional do Programa Bolsa Família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/12832/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Cinthya%20Cristiane%20Galv%C3%A3o%20dos%20SaSant.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 19 de jun. 2016.

SILVA, Angélica Lima da. **O Programa Bolsa Família e o desafio da construção de uma vida nova:** percepções das mães de crianças beneficiárias do programa matriculadas em uma escola de Campinas/SP. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/729>>. Acesso em: 19 de jun. 2016.

SOARES, Magda B. **Alfabetização no Brasil:** o estado do conhecimento. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Reduc, 1989.

TERRIEN, Sílvia Maria Nóbrega; TERRIEN, Jacques. **Os trabalhos científicos e o estado da questão:** reflexões teórico-metodológicas. Estudos em avaliação educacional, v.15, n.30, jul.- dez. 2004

VIGNOLI, J.R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables:** un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Serie Población y Desarrollo nº 17. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

YIN, Robert. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Estado da questão

ARTIGOS						
	Título	Ano	Local	Objeto	Metodologia	Palavras-Chave
1	Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?	2013	Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação/ Rio de Janeiro – RJ.	Refletir sobre as estratégias de enfrentamento da pobreza a partir da exigência de frequência escolar mínima, presente no desenho do programa de transferência de renda condicionada do governo federal, intitulado Bolsa Família.	Pesquisa de cunho qualitativo, realizada por meio de entrevistas com participantes selecionados entre novembro de 2008 e julho de 2010.	Educação; Políticas Públicas; Programas de Transferência de Renda Condicionada; Campinas (SP).
2	Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras.	2014	Revista Economia Aplicada/ São Paulo – SP.	Avaliar o efeito de um aumento na proporção de alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família nas escolas sobre o desempenho médio das mesmas.	A metodologia utilizada foi a pesquisa binária, utilizando como base os dados coletados pela SECAD/MEC e MDS durante o ano de 2008.	Educação; Programa Bolsa Família; Desempenho escolar.

DISSERTAÇÕES						
	Título	Ano	Local	Objeto	Metodologia	Palavras-Chave
1	Bolsa Família: Uma análise dos resultados sob a óptica educacional.	2009	Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/ São Paulo – SP.	Verificar se há relação entre o recebimento do Programa Bolsa Família (PBF) e o rendimento escolar e investigar a sua possível contribuição para a emancipação social das famílias beneficiadas.	Foi utilizada a metodologia qualitativa, e feita a análise dos históricos escolares do grupo de alunos selecionados. A seguir, foram aplicados questionários com entrevistas semi-estruturadas aos pais dos alunos selecionados e professores.	Bolsa família, emancipação social, rendimento escolar, pobreza.
2	Programa Bolsa-Família e o trabalho de crianças e adolescentes: Limites e alcances.	2009	Programa de Pós-Graduação em Economia da UFU/ Uberlândia – MG.	Investigar se o Programa Bolsa-Família contribuiu para reduzir a incidência de trabalho entre as crianças de 5 a 12 anos e entre os adolescentes de 13 a 15 anos de idade.	Metodologia utilizada: Pareamento pelo Escore de Propensão (PEP).	Trabalho infanto-juvenil; Frequência escolar; Programa Bolsa Família; Recursos familiares; Sentido de preservação.
3	O Programa Bolsa Família e a condicionalidade Educação: O caso de alunos matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista (RR).	2011	Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS/ Porto Alegre-RS.	Avaliar o programa Bolsa Família, quanto à condicionalidade da Educação, verificando as ações do programa e sua relação com o desempenho escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Boa Vista/RR. A pesquisa se deu junto aos alunos beneficiários que não obtiveram êxito escolar durante o ano de 2010.	Pesquisa bibliográfica, de cunho quantitativo-descritiva.	Programa Bolsa Família; Desigualdade; Pobreza; Educação.

4	Política de Transferência de Renda e Educação: Um estudo sobre o Programa Bolsa Família a partir da percepção de mães e estudantes beneficiários e suas repercussões no meio escolar.	2011	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE/ Recife – PE.	Analisar as políticas educacionais implementadas no Brasil, para atender aos objetivos do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família.	Pesquisa qualitativa com categorização de informações por meio da Análise de Conteúdo.	Programa Bolsa Família; Repercussões na escola; Percepções das famílias e atores escolares; Caicó; São João do Sabugi.
5	Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras.	2011	Programa de Pós-Graduação em Economia da FEA-RP/ Ribeirão Preto – SP.	Avaliar o efeito do aumento da proporção de alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família nas escolas, sobre o desempenho das mesmas, utilizando como base os dados do Censo Escolar de 2008, e da Prova Brasil de 2009, bem como a frequência escolar dos beneficiários do PBF nesse período.	A metodologia utilizada foi a pesquisa binária.	Educação; Programa Bolsa Família; Desempenho escolar.
6	Impactos de curto prazo do Programa Bolsa Família sobre o abandono e o desempenho escolar do alunado paulista.	2011	Departamento de Economia, Administração e Contabilidade da USP São Paulo – SP.	Avaliar o impacto da política do Programa Bolsa Família sobre as diferentes variáveis escolares dos alunos beneficiários, com base em dados do Estado de São Paulo, sobre boletins, matrículas, exames padronizados e variáveis socioeconômicas.	Pesquisa com base em estimativas e notação tradicional. A estimação foi realizada por MQO e dados em Cross-section.	Programas de transferência de renda condicionais; Educação; Avaliação de políticas públicas.
7	Nova política velhos valores: A condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família.	2012	Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE/ Cascavel-PR.	Avaliar e problematizar a condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família, analisada mediante a exigência da frequência escolar, e sua relação com a ideologia liberal da igualdade de oportunidades.	Pesquisa teórico-bibliográfica e documental, com análise Dialético-materialista.	Programa Bolsa Família; Condicionalidade; Educação; Igualdade de Oportunidades.
8	Programas de transferência de renda e as políticas educacionais: O Sistema Presença e a gestão da pobreza na escola.	2012	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES/ Vitória – ES.	Analisar quais políticas educacionais foram implementadas no Brasil, para atender aos objetivos do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família.	A metodologia utilizada foi a dos exames comparativos aplicados às Ciências Sociais, utilizando a matriz compreensiva de Weber (2005) e Schneider e Schmitt (1998). As técnicas utilizadas foram quantitativas e qualitativas	Sistema Presença; Pobreza; Discriminação positiva.
9	Dois ensaios sobre a qualidade da educação e sua relação com o	2012	Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da	Examinar os fatores que influenciam a qualidade da educação fundamental no	A metodologia adotada foi abordagem econométrica, com testes de quatro hipóteses levantadas	Bolsa Família; Brasil; Educação fundamental; Investimento público; Efeitos fixos; Capital humano.

	Bolsa Família e gastos educacionais no Brasil.		UFJF/ Juiz de Fora – MG.	Brasil, com destaque para os gastos públicos em educação e para o programa de transferência de renda Bolsa Família (BF).	pelo autor durante a pesquisa.	
10	O Programa Bolsa Família e o estado nutricional de crianças participantes: Uma análise no município de Cabedelo –PB.	2012	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da UFPB/ João Pessoa – PB.	Analisar o estado nutricional das crianças e participantes do Programa Bolsa Família no município de Cabedelo no período de 2008 a 2010. Verificar o perfil das famílias, aspectos relacionados ao uso dos recursos e o cumprimento das condicionalidades do Programa.	O estudo foi avaliativo-participativo, sendo desenvolvido em duas etapas: Primeiro, avaliação dos dados de saúde disponíveis no DATASUS das crianças cadastradas no PBF de 2008 a 2010. Segundo, entrevistas com pais e responsáveis das crianças cujos dados foram analisados.	Políticas públicas de saúde; Programa saúde da família; Programas e políticas de alimentação e nutrição; estado nutricional.
11	Programa Bolsa Família e a condicionalidade de educação: Exclusão ou Emancipação?	2013	UFMG.	Compreender a relação do Programa Bolsa Família com a superação das desigualdades sociais.	Revisão de bibliografia, mediante consulta nas bases da Biblioteca Virtual da Saúde, Scielo e sites oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social.	Não foram localizadas palavras-chave uma vez que a dissertação completa não foi disponibilizada pelo repositório da Universidade (UFMG).
12	Avaliação dos impactos do programa bolsa família na renda, na educação e no mercado de trabalho das famílias pobres do Brasil.	2013	Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGN/ Natal – RN.	Verificar o impacto do Programa Bolsa Família na renda e na frequência escolar das famílias pobres brasileiras.	Metodologia do Efeito Quantílico de Tratamento (EQT).	Avaliação de impacto distributivo de políticas públicas; Programa Bolsa Família; Brasil.
13	Programa Bolsa Família: Impactos da condicionante frequência escolar sobre o rendimento escolar de alunos da rede municipal de ensino de Curitiba.	2013	Mestrado Acadêmico em Organizações e Desenvolvimento / Centro Universitário Franciscano do Paraná – UniFAE/ Curitiba – PR.	Compreender o fenômeno da transferência de renda condicionada à frequência escolar e investigar quais os impactos da condicionante de frequência escolar sobre o rendimento escolar dos alunos beneficiários da Rede Municipal de Educação de Curitiba – PR.	Metodologia de abordagem quali-quantitativa, pesquisa exploratória, análise documental e entrevistas semiestruturadas junto aos sujeitos que realizam a execução do PBF em Curitiba – PR.	Não foram localizadas palavras-chave uma vez que a dissertação completa não foi disponibilizada pelo repositório da Universidade (UniFAE).
14	Transferência de renda e educação: Uma análise da contrapartida educacional do Programa Bolsa Família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife.	2014	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE/ Recife-PE.	Analisar a relação entre a obrigatoriedade da frequência escolar do Programa Bolsa Família (PBF) e o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife, buscando compreender o impacto que essa contrapartida exerce no processo de aprendizagem.	A metodologia utilizada foi quanti-qualitativa. Inicialmente fez-se uso de documentos normativos e oficiais do PBF, e de informações relativas ao desempenho escolar como os dados do IDEB e das avaliações da Prova Brasil/SAEB e SAEPE. O tratamento dos dados foi feito com base na Teoria Social do Discurso.	Política de Transferência de Renda; Educação; Programa Bolsa Família; Frequência escolar; Desempenho.

15	Programa Bolsa Família: Percepções sobre ter estudos a partir da visão de beneficiárias residentes na região Sul de Campinas (SP).	2014	Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/ Campinas – SP.	Visa compreender como se estabelece a relação entre frequência escolar e saída da pobreza, de acordo com a própria visão dos titulares das famílias beneficiadas pelo PBF nas famílias da região sul do município de Campinas (SP).	Metodologia qualitativa, utilizando-se da pesquisa de campo e entrevistas semi-estruturadas.	Programa Bolsa Família; Pobreza; Frequência escolar; Escolaridade; Campinas (SP).
16	O Programa Bolsa Família e o desafio da construção uma vida nova: Percepções das mães de crianças...	2014	Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/ Campinas – SP	Analisar a frequência escolar do PBF como possível fator para impedir a transmissão intergeracional de pobreza. Investigar se a presença da criança na escola configura-se como um fator que garante sua aprendizagem.	Pesquisa de campo e entrevistas semi-estruturadas.	Programa Bolsa Família (PBF); Educação; Política Pública; Frequência Escolar; Campinas (SP).
17	Pobreza, trabalho infantojuvenil e escolarização: concepções e práticas a partir do programa bolsa família.	2014	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS/ Porto Alegre – RS.	Identificar concepções e práticas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família sobre o trabalho infantojuvenil, bem como, mapear concepções e práticas de famílias beneficiárias e educadores acerca da infrequência e/ou evasão escolar.	Pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, incluindo análise documental de diários de campo e entrevistas semi-estruturadas.	Trabalho infantojuvenil; Programa Bolsa Família; Infrequência e evasão escolar.
18	O Bolsa Família em Mato Grosso.	2015	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE/ Recife-PE.	Avaliar o impacto do Programa Bolsa Família sobre o desempenho escolar dos beneficiários, no Estado de Mato Grosso. Analisar em que medida um programa, que possui como condicionalidade a permanência em sala de aula, colabora para o desempenho escolar dos alunos?	Metodologia quantitativa com pesquisa documental, por meio dos históricos escolares dos alunos, para averiguar o desempenho educacional durante os anos de 2005 a 2011. A pesquisa foi realizada nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis.	Políticas Públicas; Condicionalidades; Programa de transferência de renda; Frequência escolar; Avaliação escolar.
19	“A GENTE NÃO TEM NOÇÃO”: pontos de vista de professores de uma escola pública de Campinas (SP) em relação ao Programa Bolsa Família.	2015	Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/ Campinas-SP.	Compreender o ponto de vista dos professores no Estado de SP, sobre a importância do Programa Bolsa Família (PBF) como forma de enfrentamento da pobreza por meio da condicionalidade da frequência escolar.	A pesquisa é de cunho qualitativo. Foram realizados levantamento bibliográfico e entrevistas semi-estruturadas com professores da região Noroeste de Campinas (SP).	Educação; Programa Bolsa Família; Frequência Escolar; Professores; Pobreza.

Observação: As Dissertações dispostas de acordo com a numeração que segue, repetem-se nas buscas da CAPES e da BDTD, aparecendo apenas uma vez no quadro de resultados acima: 1, 4, 6, 7, 8 e 10.

TESES						
	Título	Ano	Local	Objeto	Metodologia	Palavras-Chave
1	Combate à pobreza: A educação e o Programa Bolsa Família.	2014	Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP/ Campinas – PR.	Investigar os caminhos que levaram o Brasil à construção de um modelo específico de política de combate e/ou erradicação da pobreza (PBF) e suas relações com as demais políticas sociais.	Metodologia qualitativa e quantitativa com utilização de quadros analíticos, bem como, análise de indicadores resultantes das estratégias adotadas pelo Programa Bolsa Família; e extensa revisão bibliográfica.	Programa Bolsa Família; políticas sociais; educação; pobreza.
2	Abordagem multinível na avaliação do Programa Bolsa Família.	2013	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da UNB/ Brasília – DF.	Avaliar o programa de transferência de renda conhecido por Bolsa Família (PBF), através de dados secundários oficiais públicos. O período de análise foi de 2000 a 2010.	O método utilizado foi a análise de regressão multinível com medidas repetidas.	Avaliação de programas sociais; Análise multinível; Medidas repetidas; Programa de transferência de renda.
3	O Programa Bolsa Família na cidade de Manaus: Análise das dimensões da inclusão social e escolar.	2009	Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP/ Campinas – SP.	Analisa as dimensões da inclusão social do Programa Bolsa Família — PBF. Reflete sobre a participação das famílias no programa e discute as possíveis mudanças que ocorreram no âmbito educacional após o ingresso destas no PBF.	A metodologia utilizada foi a Pesquisa de Campo, com aplicação de formulários aos pais e alunos, e realização de entrevistas semi-estruturadas com os gestores do programa na cidade de Manaus.	Programa Bolsa Família; exclusão social; Inclusão social; Educação; exclusão escolar; inclusão escolar.

Apêndice 2 – Mapeamento de situação acadêmica

LEGENDA:

A: Aprovado
 AD: Aprovado com Dependência
 AE: Assistência Estudantil
 AU: Acesso Universal

C: Cancelado
 CVI: Comunicação Visual
 DIN: Design de Interiores
 E: Evadido
 EDI: Edificações

EME: Eletromecânica
 EP: Oriundo de Escola Pública
 F: Feminino
 M: Masculino

MT: Matriculado
 N: Não
 QUI: Química

MAPEAMENTO DE SITUAÇÃO ACADÊMICA – ALUNOS COM FREQUÊNCIA 85%										
	Idade	Sexo	Nota do vestibular	Forma de Ingresso	Cota	Curso	S.A	A.E	Matrícula	Observações
1	15	F	20 - 7 P; 4 M; 4 H; 5 G	EP	L1		R	S	MT	Reprovação em Química, Física, Matemática, Biologia e História.
2	15	F	21 - 7 P; 4 M, 4 H, 6 G	EP	L2		R	N	MT	Dependência em Filosofia e Química. Reprovou nas dependências e reprovou em Desenho Geométrico, Física II, Química II, Sociologia.
3	15	M	18 - 6 P, 5 M, 3 H, 4 G	EP	L1		A	S	MT	
4	15	M	18 - 5 P, 4 M, 4 H, 5 G	AU			AD	S	MT	Dependência em Eletricidade e Matemática
5	15	M	30 - 9 P, 8 M, 7 H, 6 G	AU			AD	S	MT	Dependência em disciplinas pontuais, ao longo de períodos espaçados, mas segue avançando.
6	15	F	20 - 4 P, 6 M, 7 H, 3 G	EP	L1		A	N	MT	
7	15	M	25 - 4 P, 6 M, 8 H, 7 G	AU			R	N	MT	Dependência em Física, Química e Matemática.
8	15	M	11 - 2 P; 2 M, 4 H, 3 G	EP	L1		R	S	MT	
9	15	M	21 - 4 P, 5 M, 8 H, 4 G	EP	L3		A	N	MT	
10	15	F	22 - 9 P, 2 M, 6 H, 5 G	AU			A	S	MT	
11	15	F	24 - 6 P, 6 M, 6 H, 6 G	AU			AD	N	MT	Dependência em disciplinas pontuais, ao longo de períodos espaçados, mas segue avançando.
12	15	F	14 - 1 P, 5 M, 4 H, 4 G	EP	L1		R	N	MT	Dependência em Eletricidade, Física e Matemática.
13	15	M	18 - 5 P, 3 M, 7 H, 3 G	EP	L3		AD	N	MT	Dependência em Física
14	15	F	20 - 5 P, 3 M, 7 H, 5 G	EP	L1		A	S	MT	
15	15	M	26 - 8 P, 10 M, 3 H, 5 G	AU			A	N	MT	
16	15	M	24 - 6 P, 6 M, 6 H, 6 G	AU			AD	N	MT	Dependência em Química e Geografia
17	15	M	25 - 6 P, 8 M, 7 H, 4 G	EP	L1		AD	S	MT	Dependência em disciplinas pontuais, ao longo de períodos espaçados, mas segue avançando.

MAPEAMENTO DE SITUAÇÃO ACADÊMICA – ALUNOS COM FREQUÊNCIA 75%

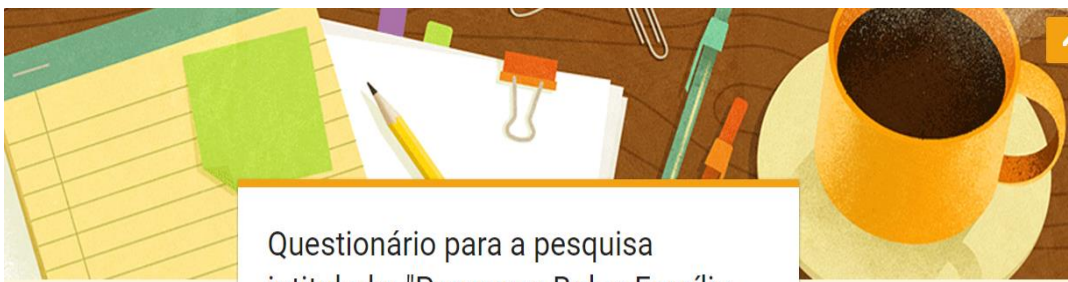
	Idade	Sexo	Nota do Vestibular	Forma de Ingresso	Cota	Curso	S.A	A.E	Matrícula	Observações
1	17	M	18 - 7 P; 1 M; 4 H; 6 G	AU		TEC	AD	N	MT	Reprovação em disciplinas pontuais, mas vem obtendo rendimento acadêmico.
2	17	M	16 - 6 P; 3 M; 3 H; 4 G	AU		TEC	R	S	MT	O aluno vem reprovando continuamente desde seu ingresso. Está desde 2014/2 cursando o primeiro semestre.
3	17	F	17 - 5 P; 2 M; 5 H; 5 G	EP	L3	DIN	A	S	MT	
4	17	M	23 - 6 P; 4 M; 7 H; 6 G	AU		EME	R	N	MT	Reprovou em física, química, biologia e História.
5	16	M	14 - 4 P; 2 M; 5 H; 3 G	EP	L4	TEC	R	N	MT	Aluno cancelou a 1ª matrícula em edificações, fez novo Processo seletivo, ingressando em eletrônica. Está cursando o 1º semestre do novo, ainda não possui rendimento acadêmico.
6	17	M	19 - 7 P; 5 M; 2 H; 5 G	AU		CVI	AD	N	MT	Aluno apresenta dificuldades em física e matemática (dependência nessas disciplinas no 1º e 3º semestre), mas segue progredindo.
7	17	M	22 - 5 P; 3 M; 6 H; 8 G	AU		TRO	AD	S	MT	Dependência em disciplinas pontuais, ao longo de períodos espaçados, mas segue avançando.
8	16	M	16 - 4 P; 4 M; 2 H; 6 G	EP	L1	TRO	R	S	MT	Reprovação em Eletricidade, Química, Física e matemática
9	17	F	15 - 4 P; 3 M; 4 H; 4 G	EP	L4	QUI	R	S	MT	Dificuldades em Química, Física e Matemática.
10	17	F	20 - 7 P; 4 M; 3 H; 6 G	AU		CVI	A	S	MT	
11	16	F	23 - 8 P; 4 M; 5 H; 6 G	AU		DIN	A	N	MT	
12	16	F	19 - 9 P; 4 M; 4 H; 2 G	EP	L1	EDI	R	S	MT	
13	16	M	19 - 9 P; 4 M; 4 H; 2 G	EP	L1	EDI	R	S	MT	Dependência em Física, Matemática e Geografia.
14	17	M	15 - 1 P; 5 M; 4 H; 5 G	EP	L1	TEC	R	S	MT	Dependência em Eletricidade, Física, Matemática e História.
15	16	F	25 - 7 P; 8 M; 7 H; 3 G	AU		CVI	A	S	MT	
16	16	M	27 - 6 P; 6 M; 5 H; 10 G	AU		QUI	AD	N	MT	Dependência em disciplinas pontuais, ao longo de períodos espaçados, mas segue avançando.
17	16	M	14 - 5 P; 2 M; 1 H; 6 G	EP	L4	EDI	R	N	MT	Dependência em Física, Matemática e Química. Cursou as dependências e seguiu reprovando. Cursou as dependências pela 2ª vez, aprovou nas dependências, avançando de semestre com novas dependências.
18	17	M	19 - 7 P; 2 M; 4 H; 6 G	AU		TEC	A	N	MT	

19	17	M	20 - 6 P; 4 M; 3 H; 7 G	EP	L1	TEC	AD	S	MT	Dependência em Matemática e Química no 1º semestre, mas após esse episódio vem aprovando direto em todos os semestres
20	16	M	17 - 4 P; 2 M; 6 H; 5 G	AU		TEC	AD	S	MT	Dependência em disciplinas pontuais, ao longo de períodos espaçados, mas segue avançando.
21	17	M	22 - 8 P; 2 M; 6 H; 6 G	EP	L1	EDI	A	S	MT	
22	17	F	21 - 7 P; 2 M; 6 H; 6 G	EP	L2	EDI	R	S	MT	Dependências sequenciais em Química, Física e Matemática, porém mesmo com as dificuldades vem avançando.
23	16	M	21 - 7 P; 2 M; 5 H; 7 G	EP	L3	TEC	A	S	MT	
24	17	F	21 - 9 P; 3 M; 6 H; 3 G	EP	L3	CVI	AD	N	MT	Dependências sequenciais em Física, e em Matemática e um dos semestres, mas apesar das dificuldades evidenciadas, tem avançado.
25	16	M	17 - 6 P; 5 M; 3 H; 3 G	EP	L1	TEC	R	S	E	Reprovou em todas as disciplinas desde o 1º semestre (2015/1) até evadir em 2016/2
26	16	M	21 - 7 P; 4 M; 3 H; 7 G	EP	L1	TRO	R	N	MT	Dependências em Física, Química, Eletricidade e Biologia
27	17	F	30 - 9 P; 8 M; 4 H; 9 G	AU		QUI	AD	S	C	
28	16	M	22 - 8 P; 2 M; 4 H; 8 G	EP	L1	TEC	R	S	MT	Dependência em Física, Química e Matemática.
29	17	F	20 - 7 P; 6 M; 4 H; 3 G	EP		QUI	A	S	MT	
30	16	M	25 - 6 P; 8 M; 6 H; 5 G	EP	L3	TRO	AD	N	MT	Dependência apenas em Ed. Física. Acredito que tenha sido algum erro no sistema acadêmico.
31	16	F	21 - 6 P; 3 M; 8 H; 4 G	EP	L1	EDI	A	S	MT	
32	16	M	19 - 6 P; 3 M; 4 H; 6 G	EP	L1	EDI	A	S	MT	
33	16	M	19 - 5 P; 4 M; 6 H; 4 G	EP	L1	TRO	A	N	MT	
34	16	F	12 - 3 P; 2 M; 4 H; 3 G	AU		QUI	AD	N	MT	Dependência em Química, Matemática e História
35	16	F	21 - 8 P; 7 M; 3 H; 3 G	EP	L2	EDI	A	N	MT	
36	17	F	21 - 6 P; 5 M; 7 F; Q3	AU		EDI	A	N	MT	
37	17	M	17 - 3 P; 5 M; 5 H; 4 G	EP	L1	TEC	AD	N	MT	Dependência em Física apenas, mas segue avançando
38	16	F	16 - 5 P; 4 M; 2 H; 5 G	EP	L2	DIN	R	S	MT	Reprovada em todas as disciplinas do 1º semestre. Novamente, reprovada em 6/10 disciplinas no semestre que repetiu e reprovada por faltas no semestre seguinte.
39	16	M	22 - 7 P; 2 M; 10 H; 3 G	EP	L1	DIN	AD	N	MT	Dependência apenas em Química do 3º semestre. Segue progredindo

40	17	M	20 - 6 P; 4 M; 5 H; 5 G	EP	L1	TRO	R	N	MT	Reprovado em 7/10 disciplinas do 1º semestre.
41	17	M	15 - 4 P; 3 M; 4 H; 4 G	EP	L2	CVI	R	S	MT	Dependência em Física e Matemática no 1º semestre. No 2º, reprovou nas disciplinas anteriores e em Física, Matemática e Química do 2º. No 3º seguiu reprovando em Física. No 4º reprovou novamente, agora em física II e III e em Matemática.
42	17	M	19 - 5 P; 5 M; 5 H; 4 G	EP	L4	TRO	R	N	MT	Dependência em Física, Matemática, Química e Biologia.
43	16	M	24 - 7 P; 2 M; 7 H; 8 G	EP	L1	CVI	R	N	MT	Reprovação em Física I, Português, Física II, Matemática, Química e Biologia
44	17	M	23 - 6 P; 8 M; 5 H; 4 G	EP	L2	EDI	R	N	MT	Reprovação em Física, Matemática e Química. Kursou as dependências no 2º semestre e seguiu reprovado, kursou as disciplinas no 3º semestre reprovando em 10/13.
45	16	M	20 - 5 P; 5 M; 3 H; 7 G	EP	L2	TEC	R	N	MT	Reprovação em Eletricidade, Física e Química. No semestre seguinte kursou a dependência e aprovou em 1/3.
46	17	M	22 - 7 P; 2 M; 10 H; 3 G	AU		TEC	R	N	T	Reprovação em disciplinas pontuais, mas vem obtendo rendimento acadêmico
47	16	F	23 - 6 P; 8 M; 4 H; 5 G	EP	L1	DIN	R	S	MT	Reprovação em Química, Matemática, Física e História; kursou as dependências aprovando em 2/4, e no semestre seguinte aprovou em 10/13. Foi para 2016.2 com dependências novamente em Física e Matemática II.
48	17	M	17 - 2 P; 5 M; 6 H; 4 G	EP	L4	TEC	R	S	MT	Reprovou em 6/10 disciplinas.
49	16	F	29 - 9 P; 7 M; 7 H, 6 G	AU		TEC	R	N	MT	Reprovação em disciplinas pontuais, mas vem obtendo rendimento acadêmico
50	17	F	17 - 3 P; 5 M; 3 H; 6 G	EP	L4	TEC	R	S	MT	Reprovada em Eletricidade, Física, Matemática, Química, Biologia e História. No 2º semestre foi reprovada por falta
51	17	F	21 - 7 P; 2 M; 4 H; 8 G	EP	L1	CVI	A	S	MT	
52	17	F	20 - 3 P; 8 M; 3 H; 6 G	AU		DIN	R	S	MT	Dependência em Física e Matemática. No semestre seguinte reprovou de novo nas dependências e em Física II.
53	17	F	15 - 5 P; 2 M; 5 H; 3 G	EP	L2	DIN	R	N	MT	Reprovação em disciplinas pontuais, mas vem obtendo rendimento acadêmico
54	17	M	16 - 6 P; 3 M; 3 H; 4 G	EP	L1	TEC	R	S	C	Apresentou dificuldades em Física, Química, Matemática e em algumas das disciplinas técnicas. Em dois anos de curso não passou do 2º semestre, até cancelar a matrícula em 2016.1
55	17	F	17 - 5 P; 2 M; 4 H; 6 G	EP	L2	TEC	R	N	C	Apresentou dificuldades em Física, Química, matemática, biologia e em algumas das

										disciplinas técnicas. em dois anos de curso não passou do 2º semestre, até cancelar o curso em 2016.2
56	17	F	15 - 5 P; 5 M; 2 H; 3 G	EP	L1	TEC	R	S	MT	Reprovação em disciplinas pontuais, mas vem obtendo rendimento acadêmico
57	16	F	23 - 8 P; 8 M; 3 H; 4 G	EP	L1	QUI	A	N	MT	
58	17	M	27 - 9 P; 8 M; 3 H; 7 G	AU		QUI	R	N	MT	Progrediu até o 3º semestre. A partir do 4º semestre começou a reprovar, repetindo 3 vezes o 4º semestre.
59	16	M	22 - 5 P; 7 M; 5 H; 5 G	AU		TEC	AD	N	MT	Dependências continuadas, porém, apenas em Eletricidade
60	17	M	16 - 5 P; 5 M; 4 H; 2 G	EP	L1	TEC	AD	S	MT	Reprovação em disciplinas pontuais, mas vem obtendo rendimento acadêmico

Apêndice 3 – Questionário direcionado aos alunos



Questionário para a pesquisa intitulada: "Programa Bolsa Família - Uma análise de seus impactos sobre os resultados educacionais dos alunos beneficiários no Campus Pelotas do IFSul."

Prezado aluno, agradecemos desde já pelo seu interesse em participar de nossa pesquisa. Esse questionário faz parte de um estudo que estamos realizando junto a todos os alunos do Campus que são beneficiários do Programa Bolsa Família, com a intenção de verificar se a condicionalidade do Programa que exige do aluno frequência escolar, desempenha de fato algum impacto na questão de aproveitamento acadêmico desses estudantes. A participação é rápida e bem simples! Basta apenas responder as perguntas. Não se preocupe! Como forma de garantir o sigilo, seu nome não será utilizado em nenhuma fase da pesquisa, ou seja, seu anonimato fica garantido!

* Required

Email address *

Your email _____

Antes de começarmos, por favor nos conte a sua idade:

Your answer _____

1) Há quanto tempo você é beneficiário do Programa Bolsa Família?

1 a 2 semestres

3 a 4 semestres

5 a 6 semestres

7 semestres ou mais

2) Você acha que a obrigatoriedade de frequência escolar do PBF contribui para o seu rendimento acadêmico, ou seja, influencia de alguma maneira as suas notas e o seu processo de aprendizagem?

Sim

Não

Se influencia, nos explique por quê:

Your answer _____

3) Você recebe algum dos benefícios da Assistência estudantil do IFSul (COAE)?

Sim

Não

4) Se sim, quais benefícios recebe?

- Janta
- Almoço e Janta
- Transporte Intermunicipal
- Auxílio Material escolar
- Almoço
- Transporte Urbano
- Auxílio Moradia

5) Os auxílios que recebe contribuem para sua permanência no espaço escolar?

- Sim
- Não

Por quê?

Your answer

6) Em algum momento da sua trajetória acadêmica você já se sentiu vítima de algum tipo de discriminação ou de preconceito por ser beneficiário do PBF ou por utilizar algum dos benefícios da COAE?

- Sim
- Não

Se sim, nos conte melhor sobre isso:

Your answer

7) Por que você resolveu estudar no IFSul?

- Pela infraestrutura que disponibiliza (salas, laboratórios, quadras, biblioteca)
- Por acreditar ser mais fácil o ingresso no mundo do trabalho
- Porque outros colegas, amigos, conhecidos ou familiares o recomendaram
- Outros motivos.

Se você escolheu a "opção outros motivos" nos explique melhor:

Your answer

8) Você considera que possui mais vantagens ou mais desvantagens em relação a seus colegas de outras escolas por estudar no IFSul?

- Vantagens
- Desvantagens

Por quê?

Your answer

9) Com relação as disciplinas de formação geral quais você considera mais difíceis?

- Matemática
- Física
- Química
- Língua Portuguesa
- Língua estrangeira
- História
- Geografia
- Sociologia
- Filosofia

Se você considera mais de uma, cite quais:

Your answer

10) Com relação as disciplinas técnicas, cite as que considera mais difíceis:

Your answer

11) Em sua opinião a sua relação com os professores dessa(s) disciplina(s), tanto técnicas quanto de formação geral, influencia de alguma forma a sua aprendizagem, ou influencia nas dificuldades que você sente?

- Sim
- Não

Se influencia, nos explique melhor por quê:

Your answer

12) Qual a coisa que você mais gosta em nossa escola?

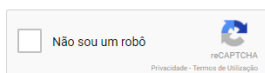
Your answer

13) O que você não gosta, ou pensa que deveria ser diferente?

Your answer

14) E por fim, nos deixe sugestões de como o IFSul poderia ajudar seus alunos a não abandonarem seus estudos

Your answer



SUBMIT

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. Report Abuse - Terms of Service - Additional Terms

Google Forms

Apêndice 4 – Questionário direcionado aos docentes



Questionário aos docentes

Prezado professor, permita-me uma breve apresentação. Chamo-me Juliana Roldão Bittencourt, sou servidora do Campus Pelotas, lotada na Coordenadoria de Assistência Estudantil, e aluna regular do Programa de Mestrado dessa Instituição. Estou realizando uma pesquisa sobre o rendimento acadêmico dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família em nosso Campus. Para tal, realizei levantamentos junto ao sistema Q-acadêmico da Instituição, acessando os boletins semestrais de todos os beneficiários do PBF, desde sua entrada na Instituição até o semestre 2016-1, com intuito de fazer um "desenho" de suas trajetórias acadêmicas, e avaliar assim, se a condicionalidade de frequência escolar exigida pelo Programa exerce algum impacto sobre a vida acadêmica desses educandos. Ao realizar a pesquisa, me deparei com os seguintes resultados, que passo a detalhar: As disciplinas de maior reprovação para os alunos no que diz respeito à formação geral são, respectivamente, Matemática, Física e Química. Gostaria muito de saber sua opinião, enquanto professor, e ter assim a sua contribuição para minha dissertação de mestrado. Saliento que a pesquisa manterá em sigilo o nome dos participantes, diante disso, não será necessário que assine este documento, portanto, deixo abaixo os seguintes questionamentos:

É professor(a) de qual disciplina?

- Matemática
- Física
- Química

Qual o tempo de docência na área?

Your answer

Com quais séries e/ou cursos você trabalha?

Your answer

Em sua opinião, quais fatores contribuem para os altos índices de reprovação nessas disciplinas?

Your answer

De que maneira esses índices poderiam ser minimizados de alguma forma?

Your answer

Com quais séries e/ou cursos você trabalha?

Your answer

Em sua opinião, quais fatores contribuem para os altos índices de reprovação nessas disciplinas?

Your answer

De que maneira esses índices poderiam ser minimizados de alguma forma?

Your answer

SUBMIT

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. Report Abuse - Terms of Service - Additional Terms

Google Forms